UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

BRUNO RODRIGO DOS SANTOS

**RESISTÊNCIA SILENCIOSA NO AI-5:
A LUTA IMEDIATA DO TRABALHADOR DO INTERIOR DO
ESTADO DE SÃO PAULO REGISTRADA EM PROCESSOS
TRABALHISTAS (1968-1978)**

**SÃO PAULO
2019**

BRUNO RODRIGO DOS SANTOS

**RESISTÊNCIA SILENCIOSA NO AI-5:
A LUTA IMEDIATA DO TRABALHADOR DO INTERIOR DO
ESTADO DE SÃO PAULO REGISTRADA EM PROCESSOS
TRABALHISTAS (1968-1978)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em História na área de História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Bernardo M. Pericás

**SÃO PAULO
2019**

Autorizo a reprodução e divulgação parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Contato: brunors@usp.br

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S237r Santos, Bruno Rodrigo dos
Resistência silenciosa no AI-5: A luta imediata do trabalhador do interior do Estado de São Paulo registrada em processos trabalhistas (1968-1978) / Bruno Rodrigo dos Santos; orientador Luiz Bernardo M. Pericás - São Paulo, 2019.
157 f.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Resistência Silenciosa. 2. Luta de Classes. 3. Atos Institucionais. 4. Ditadura. I. Pericás, Luiz Bernardo M., orient. II. Título.

Nome: SANTOS, Bruno R.

Título: RESISTÊNCIA SILENCIOSA NO AI-5: A luta imediata do trabalhador do interior do Estado de São Paulo registrada em processos trabalhistas (1968-1978)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profª. Dr. Luiz Bernardo Pericás (presidente)

Instituição: FFLCH – USP

Julgamento: (não vota)

Prof. Dr. Lincoln Secco

Instituição: FFLCH – USP

Julgamento:

Prof. Dr. Gilberto Maringoni

Instituição: PCHS – UFABC

Julgamento:

Prof. Dr. Paulo D. Barsotti

Instituição: FGV e PUC-SP

Julgamento:

Dedico à minha mãe, Isabel, e à
Giovanna, minhas inspirações.

AGRADECIMENTOS

O fim de uma grande tarefa, geralmente, se impõe com uma estranha melancolia trazida pela sensação de missão cumprida. É o momento em que se percebe que pouco do que se planejou resta materializado porque, na verdade, pouco de *quem* planejou resta encarnado. Tal qual o rio e o homem de Heráclito, nada ficou o mesmo: pessoas se foram, outras voltaram, algumas permaneceram e tantas chegaram e todas elas, de alguma maneira, contribuíram para o fazer-se não só da pesquisa, mas do pesquisador que a conduziu. Contribuíram com livros e autores, mas também com risos e amores; contribuíram com as mais longas palavras, mas também com o mais abreviado olhar; contribuíram como puderam, mas também com o que bastou. Aqui, quero agradecer e homenagear algumas delas.

E não podia iniciar se não agradecendo, com a intensidade que a vida humana permite, à Isabel, minha mãe. Pelo carinho, pela paciência, pelo colo reconfortante e pelas palavras que sempre curam as mais intensas dores, as da existência. Todas as minhas virtudes são frutos de teus passos, quanto aos meus vícios, estes decorrem de minha teimosia. Ainda no núcleo familiar agradeço à Giovanna: obrigado por ser minha grande pequena guia, por me admirar e por me repreender, quando é necessário. Obrigado, sobretudo, por me eleger para um dos papéis mais importantes da sua vida. Agradeço, também, à Ariane, por ser a irmã que não tive e por cuidar de ambas na minha ausência. Se é verdade que uma pessoa é capaz de realizar grandes conquistas quando tem para onde voltar, a julgar pela qualidade do lar construído por vocês, eu poderia ter conquistado o mundo.

Com a idade, a família se apequena diante do mundo que se nos apresenta e é necessário buscar solidariedade para além da consanguinidade. E foi na graduação que conheci grandes irmãos a quem agradeço pelo apoio: Buriti, Pernilongo, Joca e Diego Toloto, o meu obrigado por permanecerem e pela incondicional disponibilidade sempre que acionados.

De minha grei campineira, agradeço ao Leoni, Danilo, Alex, Vitor, Marco, Adilson, Gustavo e Dio pelo contato diário, pelos fins de semana e pela impagável sensação de pertencer a um grupo elado por solidariedade e cumplicidade, valores caros, por tão raros. Dentre os camaradas da militância, gostaria de agradecer ao Maycon pela parceria, à Fer Carriel pela cumplicidade, ao Irineu Ramos pela presteza e solicitude nos

piores momentos, ao Eduardo Bonachela pela obstinada luta diária e aos trabalhadores componentes do MUSP, que me confiaram importante papel em sua luta.

Dos amigos que o tempo e a distância não me tiraram, gostaria de agradecer à Agnes Nunes pela permanente leveza, à Amanda Alves pela eterna prontidão e à Débora Dias, por todo o cuidado com minha ida à “Terrinha”.

Em meu primeiro passo para sair de Campinas, passei por Valinhos, onde momentos desagradáveis abriram portas de acesso a pessoas formidáveis. O meu agradecimento a Ricardo Tardelli pela paciência quando tudo era caos, pelas longas conversas e pela resiliência. Agradeço, também, à Denise Sciammarella pela ajuda permanente, pelo incondicional incentivo e pela boemia quando a noite era vazia. Na parede das memórias agradáveis, tenho quadros estampados pelos rostos de vocês! Aproveito para mencionar um agregado à nossa família: Gustavo Schiezero, obrigado pelo apoio e pelas baladas mais improváveis.

Como não podia deixar de ser, Valinhos também se fez pequeno e eu parei na capital. Esse processo não teria sido possível e, se o fosse, não teria sido tão agradável não fosse o protagonismo do casal que mais admiro: Célia Silva e Rogério Bieber. Obrigado pelo apoio, por não me deixarem desistir, pelo alojamento, pelas revisões à pesquisa e, sobretudo, por não me deixarem dúvida de que tenho sempre com quem contar: na selva de pedras, essa sensação não tem preço.

Uma vez em São Paulo, pude reencontrar alguns amigos e me aproximar ainda mais de outros. Assim foi que reencontrei Carol Beltramini que, desde então, tem sido uma constante na desafiadora vida paulistana. Obrigado, Carol, pela amizade, pela cumplicidade, pela companhia, pela preocupação e pela destreza em apagar os incêndios que compulsivamente provoco. Onde São Paulo se erige cinza, você traz cor.

Outros amigos que reencontrei ampliaram meu círculo e passaram a fazer parte de maneira mais próxima de minha vida. Agradeço-os por fazer da existência uma experiência menos solitária: Nayara Moura, “Jazz” Nunes, “Folga” Cavalcante, Carlos “Patrocínio” e Danyel Rodrigues.

Apesar dos abundantes amigos, era necessário buscar uma nova família e foi quando encontrei o pessoal do Ap. 21, a quem agradeço. Obrigado Popó pelas noites de filosofia de cozinha, obrigado Marcelo “Japa” pela acolhida e parceria em Portugal e pela aventura “*transeuropeia*” e obrigado Fábio pela companhia nos bons vinhos das noites frias. Menção deve ser feita, também, ao agregado, Saulo: obrigado pela animação da casa!

Não posso deixar de agradecer meu orientador, Prof. Dr. Luiz Bernardo Pericás. Obrigado, Professor, pelo apoio, pela confiança em meu trabalho, pela autonomia e pelas boas conversas que sempre quebram a frieza das relações de orientação. Sua disposição em atender minhas necessidades me rendeu uma ótima experiência acadêmica e – por que não? – de vida. Agradeço também aos professores que, gentilmente, aceitaram compor minha banca: Prof. Dr. Lincoln Secco, Prof. Dr. Gilberto Maringoni e Prof. Dr. Paulo Barsotti.

Minha vida acadêmica foi, também, bastante facilitada por alguns amigos, com quem pude trocar experiências e informações: “Tufic” Pomini, Elder “Massa” e “Dri” Lima. A vocês, obrigado pela presteza acadêmica. Vocês, certamente, enriqueceram os resultados de minha pesquisa. Agradeço, também, a Marco Freitas e Renata Rodrigues pelas explicações sobre a prática do Direito; o meu obrigado também pela acolhida ao “estranho no ninho” do Largo São Francisco e pelas intermináveis conversas de *Porão*.

Agradeço aos funcionários do Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região pela prontidão e apoio à pesquisa, pela presteza e disposição em ajudar a identificar os autos cujos relatos encontram-se analisados neste trabalho. Gostaria de agradecer especialmente à Thais Lepesteur que tem, pacientemente, me acompanhado há 3 anos nessa pesquisa, feito contatos com outros Centros de Memória e, assim, viabilizado um trabalho mais robusto e mais rigoroso do ponto de vista científico. Não obstante, faço menção aos meninos e meninas responsáveis pelo acesso aos processos judiciais que, apesar da precarização que assola os trabalhadores terceirizados, estiveram sempre a postos viabilizando a expansão de um conhecimento que, infelizmente, poucos acessarão.

Agradeço às pessoas de breve passagem em minha trajetória e que, de alguma maneira, contribuíram para o meu crescimento, em qualquer aspecto de minha vida.

Por fim, agradeço às agências de fomento à pesquisa (em especial, à CAPES), à Universidade de São Paulo e a todos os seus funcionários por viabilizarem meu trabalho acadêmico. Agradeço, principalmente, pelo esforço exaurido na defesa da ciência e do conhecimento, na promoção do saber e na resistência diante dos vis ataques sofridos recentemente pelo grupo de interesses sórdidos que governa o País. A universidade pública urge defesa e esta passa, invariavelmente, pela prática cotidiana de vocês!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

SANTOS, Bruno R. **RESISTÊNCIA SILENCIOSA NO AI-5: A luta imediata do trabalhador do interior do Estado de São Paulo registrada em processos trabalhistas (1968-1978)**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

RESUMO

A partir da análise de processos judiciais trabalhistas, a pesquisa intenta verificar as práticas de Resistência Silenciosa deflagradas pelos trabalhadores no interior do Estado de São Paulo, durante a vigência do Ato Institucional número 5 da ditadura militar, ou seja, no período de intervalo entre os anos de 1968 e 1978. Busca-se analisar ações como agressão a superiores, furtos, destruição de máquinas ou ferramentas, absenteísmo e atos de desídia em geral sob a ótica classista, ou seja, verificar em que medida as ações de Resistência Silenciosa são frutos da diluição da luta de classes em práticas sociais cotidianas ou, de outra maneira, se essas ações prosaicas apresentam-se como maneiras de se demonstrar descontentamento com a organização da produção ou de corrigir algo que se acredite ser injusto, uma espécie de forma não declarada de resistir à exploração à força de trabalho. Daí, o nome “resistência silenciosa”.

Palavras-chave: Resistência silenciosa; Luta de Classes; Mundo do Trabalho.

SANTOS, Bruno R. **SILENT RESISTANCE DURING IA-5: The immediate struggle of the interior of São Paulo State registered in labor lawsuits (1968-1978)**. 2019. 152 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ABSTRACT

From the analysis of labor lawsuit, the research intends to verify the practices of Silent Resistance triggered by workers in the interior of the State of São Paulo, during the term of Institutional Act number 5 of the military Brazilian dictatorship, that is, in the period between the years 1968 and 1978. The aim is to analyze actions such as aggression against superiors, thefts, destruction of machines or tools, absenteeism and acts of mischief in general from the classist perspective, that is, to verify to what extent the actions of Silent Resistance are the result of dilution of the class struggle in everyday social practices or, otherwise, whether these prosaic actions present themselves as ways of demonstrating discontent with the organization of production or correcting something believed to be unfair, a kind of undeclared form of resist exploitation of the workforce. Hence the name "Silent Resistance".

Keywords: Silent Resistance; class struggle; worlds of labor.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela demonstrativa do número de reclamações registradas junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, elaborada segundo dados disponíveis em: http://www3.tst.jus.br/Sseest/JT1941/TRT1941/TRT1941.htm	56
Tabela 2: Tabela demonstrativa do número de reclamações registradas junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, elaborada segundo dados disponíveis em: http://www3.tst.jus.br/Sseest/JT1941/TRT1941/TRT1941.htm	56
Tabela 3: Exibe dados acerca dos desfechos possíveis para o conjunto da fonte, em função de gênero e estado civil.....	90
Tabela 4: Relaciona dados referentes ao setor, a cidade o gênero, seus respectivos números e o número total de processos de cada setor.....	94
Tabela 5: Apresenta o número de processos por empresa, relacionando-os com os possíveis desfechos de um litígio.....	95

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1:** Trecho destacado de atestado médico com sinais de rasura anexado ao processo trabalhista de número 450/73.....135
- Imagem 2:** Destaque de trecho de atestado médico adulterado nos campos que apresentam o número de dias necessários ao repouso da trabalhadora.....136
- Imagem 3:** Destaque de trecho de atestado médico antes da adulteração.....137

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Gráfico que aponta o aumento de registro de processos junto à Justiça do Trabalho em todo o País entre os anos de 1960 e 1980, elaborado a partir de dados retirados do Tribunal Superior do Trabalho.....	54
Gráfico 2: Gráfico que aponta o aumento de registro de processos junto à Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo entre os anos de 1960 e 1980, elaborado a partir de dados retirados do Tribunal Superior do Trabalho.....	55
Gráfico 3: Gráfico que aponta a evolução de registro de processos junto à Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo em comparação com o Brasil entre os anos de 1960 e 1980, elaborado a partir de dados retirados do Tribunal Superior do Trabalho.....	58
Gráfico 4: Gráfico que aponta comparação entre o número de registro de processos junto à Justiça do Trabalho e os processos julgados por ela em todo o País entre os anos de 1960 e 1980.....	61
Gráfico 5: Gráfico que aponta, de maneira comparativa, a relação entre o número de processos recebidos e o número de processos julgados pela Justiça do Trabalho em âmbito nacional e estadual.....	61
Gráfico 6: Gráfico que ilustra o desempenho dos canais possíveis para registro de reclamação na Justiça do Trabalho segundo análise de fonte eleita, considerando as causas em que os juízes decidiram a favor do Reclamante, o trabalhador.....	78
Gráfico 7: Gráfico que ilustra o desempenho dos canais possíveis para registro de reclamação na Justiça do Trabalho segundo análise de fonte eleita, considerando as causas em que houve conciliação entre as partes.....	79
Gráfico 8: Gráfico que ilustra o desempenho dos canais possíveis para registro de reclamação na Justiça do Trabalho segundo análise de fonte eleita, considerando as causas em que o juiz decidiu pela improcedência da reclamação registrada pelo trabalhador.....	80
Gráfico 9: Gráfico que compara o desempenho em função das diferentes vias de acesso à Justiça do Trabalho com as decisões judiciais.....	81
Gráfico 10: Gráfico que compara, em termos absolutos, o número de homens e mulheres, bem como seus respectivos estados civis, envolvidos em processos trabalhistas oriundos de atos de Resistência Silenciosa e que compõem o conjunto das fontes analisadas.....	86
Gráfico 11: Gráfico que compara, em função do estado civil, a proporção entre homens e mulheres envolvidos em processos trabalhistas que compõem o conjunto das fontes analisadas.....	87
Gráfico 12: Gráfico que compara, em função do gênero, a proporção dos desfechos possíveis para uma causa.....	89

LISTA DE FLUXOGRAMAS

Fluxograma 1: Ilustra as formas de relações construídas em ações de conflito entre trabalhadores em função de sua natureza e forma de expressão.....112

Fluxograma 2: Ilustra as formas de relações construídas em ações de conflito entre trabalhadores em função de sua natureza e forma de expressão.....115

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1.....	23
1.2 – O TRABALHADOR E A JUSTIÇA.....	35
1.3 – O DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL.....	44
CAPÍTULO 2.....	64
2.1 – O UNIVERSO DAS FONTES.....	66
2.2 – ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE UM PROCESSO TRABALHISTA.....	69
2.3 – OS NÚMEROS DO PROCESSO.....	76
2.5 – OS PERSONAGENS DO CONFLITO: O OUTRO LADO.....	93
CAPÍTULO 3.....	98
3.1 – A CATEGORIZAÇÃO DAS FORMAS SILENCIOSAS DE RESISTÊNCIA:.....	106
3.2 – AS RELAÇÕES E AÇÕES INTERCLASSE, UM CASO À PARTE:.....	114
CONCLUSÃO.....	139
ANEXO.....	144
FONTES.....	146
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147

INTRODUÇÃO

Adentrando o saguão do luxuoso hotel, estavam, lado a lado, Sérgio e Paulo. Tão pertos, porém, tão distantes: Paulo, executivo de uma fábrica têxtil, estava acostumado às viagens de trabalho e a hotéis que faziam jus à sua distinta estirpe. Sem vacilar, caminhava majestoso ao destino óbvio que se punha do outro lado do saguão e onde já havia uma recepcionista sorridente pronta para atender-lhe. Olhar indiferente, peito sobressaliente, gestos contidos, Paulo informa o número da reserva quando é interrompido por um esbarrão...

Sérgio, seu subordinado, olhava maravilhado pelo lugar, hipnotizava-se com os ornamentos arquitetônicos e caminhava sem saber para onde ir. Segurando desajeitadamente as malas, sorria para todos e parava no meio do caminho ao se distrair com qualquer coisa que lhe passava. Numa dessas distrações, Sérgio passou a andar de costas sem desviar o olhar de seu alvo até ser interrompido por um corpo no caminho. Era o de Paulo.

Hospedados, ambos viveram experiências diferentes. De um lado, Paulo em sua monótona experiência de turismo de negócios, passava algum tempo livre deitado em volta da piscina. Sua presença era quase imperceptível para os funcionários, com cujo contato se limitava a atender às suas necessidades. De outro, Sérgio, descobrindo as benesses de ter sido inserido no ambiente de uma classe que não era a sua. Popular entre os funcionários do hotel, era simples satisfazê-lo e, às vezes, até se podia apanhá-lo batendo algum papo com o *concierge*, entre um cigarro e outro. A despeito de toda a pompa, Sérgio sentia-se em casa com aqueles funcionários e nem os funcionários do hotel, nem Sérgio sabiam de onde vinha essa sintonia.

Os dias passam e chega o último dia de viagem. “Tudo o que é bom dura pouco!”, pensava Sérgio, enquanto, no fundo, sentia certo alívio por voltar aos seus.

No momento do *checkout*, ao ser informado do valor, Sérgio deixou um sorriso amarelo lhe escapar dos lábios, buscou Paulo com os olhos e disse:

_ O Sr. Ivo determinou que o senhor é quem deveria pagar.

Paulo estranhou, mas não questionaria as decisões do Diretor da empresa. Se sentindo um tanto quanto enganado por não ter sido avisado com antecedência, efetuou o pagamento e pensou que, assim que chegasse, solicitaria o reembolso do valor gasto.

De volta à rotina do escritório, Paulo dirigiu-se ao departamento financeiro, munido de todas as notas para que providenciassem o reembolso pelos gastos com a viagem. Sorrindo a cada dizer de “boas vindas” que recebia, Paulo sentiu seu rosto queimar com a informação dada pela responsável do departamento financeiro: “O hotel reservado ao Sérgio era outro. Então, infelizmente, o reembolso não está autorizado porque funcionários do baixo escalão não ficam em hotéis de primeira classe, senhor!”.

No mesmo dia, em um outro ponto da cidade, o silêncio do quarto de uma casa de três cômodos foi interrompido com o grito: “Maria... Maria, venha aqui! Hoje é um grande dia!”. Maria foi até a cozinha e encontrou seu marido, Pedro, com um largo sorriso, que, ansioso, logo despejou a boa notícia:

— Mulher, eu consegui um emprego *pro* nosso menino. É lá na fábrica onde trabalha o Waldir. Ele começa amanhã. E é registrado, Maria, vê só!

Tratava-se de Aparecido, um menino de 15 anos, magro e cuja timidez era denunciada pelos ombros curvos e pela cabeça sempre abaixada. Ele ouviu a notícia dada à mãe e olhou com um sorriso inseguro, que denunciava a mistura de sentimentos que o tomou naquele instante: sentia-se empolgado pela vida de adulto que se anunciava com o emprego formal, mas, à medida que a empolgação aumentava, a insegurança adolescente o tomava por assalto – e essa ele tratou logo de disfarçar.

No dia seguinte, ao chegar na fábrica têxtil onde começaria o trabalho, Aparecido sentiu-se logo acuado no novo ambiente, onde havia uma multidão de homens bem maiores que ele e que transitavam para lá e para cá ao sinal da sirene. Sem saber ao certo para onde ir, encostou numa parede e lá permaneceu algum tempo, ao que ouviu uma voz dizer-lhe: “Hei, rapaz. Você é novo aqui, certo?” Este era Nilton, um homem de 31 anos que veio a ser a primeira (e melhor) amizade de Aparecido.

Longos anos se passaram e Aparecido é, agora, conhecido como Cidão. Seus 18 anos trouxeram alguma corpulência e a rotina, segurança. Diferentemente do menino Aparecido, Cidão caminhava pela fábrica com a firmeza de quem caminha pelo próprio quarto.

A amizade com Nilton resistiu ao tempo. Aliás, Nilton, já casado, adquirira um hábito que nunca abandonou: o de levar pão de queijo ao menino todas as manhãs. Naquele dia, enquanto terminavam de comer às escuras o pão de queijo, riam em meio às piadas que contavam. O clima foi interrompido quando Nilton se lembrou de que havia uma encomenda a ser produzida e que o trabalho estava atrasado.

Antes mesmo de chegar à sua máquina, Nilton foi interpelado pelo chefe de seção, Sr. Francisco, um homem já velho que ostentava um bigode grosso e branco, que lhe atribuía algum ar de arrogância e prepotência. Sr. Francisco havia percebido que a máquina de Nilton estava parada havia algum tempo e não estava disposto a tentar compreender os motivos: levou a informação aos superiores, que puniram Nilton.

Com a advertência em mãos, Nilton pôs-se a trabalhar. Cidão experimentou um misto de culpa e indignação. A culpa ele resolveria na missa de domingo, mas a indignação, essa ele resolveria naquele instante: assim que Sr. Francisco dirigiu-se ao banheiro, Cidão o seguiu. Lá, um local sem testemunhas, Cidão agarrou Sr. Francisco pela camisa, o jogou contra a parede e disse: “Quanto é que lhe paga o mestre da seção a você para que seja dedo-duro, puxa-saco e sem-vergonha, como foi entregando Nilton?”

Sr. Francisco assustou quando reconheceu e notou que aquele menino havia virado um homem e que, naquele momento, o ameaçava. Assim que pôde, soltou-se, levando a informação aos seus superiores, que providenciaram um documento para que Cidão abandonasse a seção. Cidão rasgou o documento enquanto gritava em discussão. Após todo o tumulto que paralisou parcialmente a rotina do trabalho, Cidão, ouvindo os conselhos do Fiscal Geral, acabou convencido a deixar a fábrica e ir para casa.

Enquanto isso, durante o horário de janta de uma empresa em outra cidade da mesma região, trabalhadores reunidos trocavam experiências e impressões acerca de seu trabalho. Alguns reclamavam da Judith, do RH, enquanto outros, faziam piada com a chefe, Dona Izabel. Flávio desabafava: após três tentativas de pedido de aumento, havia desistido. Foram dias que se seguiram pensando em bons argumentos e em uma narrativa comovente, mas de nada adiantaram: o Sr. Ricardo que, por sua formação em

direito, preferia ser chamado “doutor”, sempre tinha algum argumento envolvendo a conjuntura econômica nacional e a baixa das vendas.

Mas, dessa vez, o problema é que, a despeito das reclamações com a situação econômica, Sr. Ricardo trocou de carro e os funcionários achavam aquilo uma afronta ao bom senso. Por isso, Flávio punha-se tão insatisfeito a ponto de decretar: “Eu não trabalho mais, vocês vão ver!”. Os colegas riram e chegaram a duvidar. Alguns fizeram piada e sugeriram que ele havia ganhado na loteria, mas não era o caso.

No dia seguinte, Flávio chegou na empresa às 17:53, sete minutos antes do horário devido. Um dos colegas chegou a mencionar: “Achei que não viria hoje!”, mas Flávio ignorou e foi para outra seção, onde trabalhava Rita, uma colega de trabalho por quem ele nutria alguma esperança.

Para não ser visto, Flávio se sentou debaixo de uma mesa no fundo do salão, onde passou longos 40 minutos conversando com Rita que, percebendo a protelação do colega, decidiu voltar à produção. Flávio continuou ali, chegou a deitar-se e se perdeu em seus pensamentos.

Foi nessa hora que chegou Dona Izabel, a chefe da seção. Ela avistou Flávio e foi até ele, dizendo que ele deveria voltar ao trabalho, mas o funcionário estava tão imerso em seus pensamentos que não ouviu a chefe. Dona Izabel, impaciente, gritou: “Rapaz, estou falando com você. Volte já ao trabalho!”

Flávio, de volta à realidade, rapidamente colocou-se sentado e disse: “Hei, Izabel. Não precisa gritar!”. Ao que Izabel, irritada, responde que, então, ele deveria voltar ao trabalho imediatamente. Flávio, incomodado com a grosseria, disse:

_ Quer saber? Não vou trabalhar! O que me pagam é pouco demais para que eu trabalhe o quanto querem!

Antes que Izabel pudesse responder à afronta de Flávio, ela foi interrompida pela chegada de Sr. Ricardo, que perguntou o que estava ocorrendo. Izabel respondeu:

_ Doutor, que bom que o senhor chegou. Esse rapaz aqui disse não querer trabalhar! – Izabel estava certa de que a presença de Ricardo poderia dissolver qualquer intenção de tumulto por parte do funcionário, mas ela havia se enganado.

Flávio não titubeou ao levantar aos gritos e dizer que não voltaria a trabalhar porque seu salário era demasiado baixo para que lhe exigissem qualquer coisa “naquele lugar”. Ao final de seu discurso acalorado, Flávio deu seu veredito: “E com o seu dinheiro, eu teria comprado um carro melhor!”, deu as costas e voltou para casa.

As três histórias apresentadas na abertura deste texto introdutório são ficções baseadas em alguns dos processos analisados e não necessariamente ocorreram em concomitância entre si. No entanto, certamente, ocorreram ao mesmo tempo em que outras ações que passaram ao largo do interesse da pesquisa que aqui se inicia a apresentar, seja porque não culminaram em processos judiciais, seja porque estavam fora do recorte espacial definido.

O fato é que a materialização do antagonismo de interesse entre as classes é um dado constante e que se expressa a cada embate assistido nos ambientes laborais mundo afora. Os conflitos laborais podem variar em seu grau, em sua intensidade ou em seu método, mas está ali, tão presente quanto a própria relação entre trabalho e capital. Isto é, essa relação não se constrói ou se mantém, se não a partir do próprio conflito, embora muitas vezes este não seja declarado – ao menos, ao nível de consciência - entre as partes nele envolvidas.

E é isso o que se tenta demonstrar na pesquisa que ora se desenha: a luta de classes pode assumir formas que torne possível sua diluição através das práticas sociais cotidianas, mantendo viva a cultura de resistência do trabalhador naquilo que, aqui, convencionou-se a chamar Resistência Silenciosa.

A escolha do nome não se dá por acaso. Tratam-se de ações que operam no sentido de apresentar alguma resistência à normalização do regime de exploração, mas que não se apresentam em caráter ostensivo, como greves e rebeliões. Muitas vezes, aliás, tais ações não são, se quer, acompanhadas de um discurso conscientemente politizado, capaz de articular ideias de maneira a legitimá-las. Pelo contrário, essas ações podem, muitas vezes, ganhar terreno fértil no campo das emoções, das angústias ante a humilhação, ao assédio moral e à violência (física e moral) que toma corpo na manutenção da ordem fabril.

Muito provavelmente, a maioria dos trabalhadores cuja trajetória encontra-se, de alguma maneira, narrada neste trabalho não conseguiria construir um discurso que explicasse suas ações enquanto formas de combate à mais-valia mas isso não quer dizer que esse combate não exista, com alvos específicos. Os monstros que se combatem são aqueles se veem e as dores que se curam, aquelas que se sentem. Por isso, não se pode deixar de ver que, entre uma artimanha ou outra no mundo do trabalho, há, na verdade,

o combate ao regime que viabiliza o mecanismo que tal artimanha visa burlar: a recusa à hora extra, a agressão ao chefe e o furto não são senão a resistência à exploração física, à disciplina fabril e à expropriação do trabalho. Uma resistência dissimulada, mas ainda uma resistência e, daí, o adjetivo “silenciosa”.

Embora as ações analisadas sejam uma constante na cultura operária, o período escolhido para a análise é o período em que vigorou o Ato Institucional Número 5 da Ditadura Militar brasileira e atende a uma demanda bastante específica: o clima de terror gerado pela hipertrofia do Poder Executivo e o consequente controle sobre a questão trabalhista foram suficientes para disciplinar a força de trabalho? Para tentar responder a essa questão, elegeu-se como amostra as relações de trabalho criadas no interior do Estado de maior atividade econômica do País à época: o Estado de São Paulo.

Para realizar essa pesquisa, valeu-se de processos trabalhistas inaugurados no período de recorte temporal (a vigência do AI-5, ou seja, o período entre os anos de 1968-1978) cuja postulação estava, geralmente, relacionada a demissões decorrentes de ações consideradas puníveis como faltas graves dos trabalhadores. Assim, os documentos foram coletados no Centro de Memória e, por se tratar de um recorte geográfico que abrangia o interior do Estado de São Paulo, o local de pesquisa foi o Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, o que garantiu relativa pluralidade das fontes, uma vez que elas tratavam de relações de trabalho firmadas em diferentes cidades, de distintas atividades econômicas e plurais estágios culturais. Neste sentido, a escolha de um Centro de Memória que aglutinasse processos tão diversos acabou sendo mais vantajosa para termos comparativos, uma vez que o público analisado possui características tão diferentes.

O resultado do trabalho é apresentado nas páginas que se seguem e foi submetido à seguinte divisão. O primeiro capítulo apresenta os desafios da fonte e as possibilidades e limitações metodológicas delas advindas; não obstante, neste capítulo apresenta-se o que é necessário ao leitor conhecer acerca do rito jurídico-trabalhista, bem como a história do desenvolvimento do Direito do Trabalho e as instituições a ele concernentes no País; Por fim, é apresentada uma reflexão acerca da atuação da Justiça do Trabalho ao longo dos anos, desde suas origens enquanto Conselho Nacional do Trabalho até as datas limites do recorte eleito. Neste interim, analisaram-se os números referentes à demanda dos trabalhadores em relação à Justiça do Trabalho, bem como a

resposta, em números, que a Justiça do Trabalho apresentava aos trabalhadores ao longo de sua história.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo do conjunto das fontes. Primeiro é apresentada a estrutura constituinte de um auto judicial, explicando os momentos e o significado de cada um dos elementos que compõem uma peça, ato necessário para que a fonte fosse conhecida pelo leitor, de modo que as reflexões apresentadas pudessem encontrar lastro suficiente para serem avançadas – movimento que representa a pedra de toque de um trabalho acadêmico. Além disso, foi feita uma análise quantitativa dos dados fornecidos pelo conjunto das fontes. Os dados obtidos foram transcritos em números e tabulados de maneira que fosse possível conhecer o perfil do trabalhador sobre o qual se lançaram as lupas da investigação: recortes segundo o gênero, o estado civil, o tempo de contratação, entre outros, geraram importante categorização do público que compôs o objeto do estudo. Sempre que possível, foi feita uma análise qualitativa para tentar interpretar os dados e evitar qualquer tipo de reducionismo.

Por fim, apresenta-se o terceiro e último capítulo. Neste, cada uma das fontes foi analisada a fundo e as ações ali descritas foram teorizadas sob a ótica da luta de classes. As ações dos trabalhadores foram dissecadas e passaram por uma categorização, segundo a qual foi possível descrever todas as ações encontradas, deixando, de alguma maneira, um esboço para que este método fosse aplicado a outras realidades, podendo contribuir para pesquisas sobre o mesmo tema mas sob outros recortes de tempo ou de espaço.

Dada a natureza da pesquisa, não se ambiciona que o presente estudo esgote o tema apresentado, inclusive porque o avanço do conhecimento não se constrói com “palavras finais”. No lugar disso, espera-se que se tenha suscitado o debate acerca da natureza classista das ações que tantas vezes ganham o status de vandalismo gratuito, quando não de desvio de conduta individual daquele que a deflagra, enquanto a academia debruça-se sobre eventos históricos que, ao fim e a cabo, são construídos a partir do esgotamento dessas ações.

Se tal não for possível espera-se, ao menos, que seja uma jornada agradável ao leitor, que proporcione algumas reflexões acerca da vida cotidiana no mundo do trabalho e que, por fim, possibilite um espasmo de visão alternativa acerca dessas ações que não são senão a busca pela restauração cotidiana do que se acredita justo. Enfim, espera-se que se tenha galgado sucesso na tentativa de passar a limpo histórias de lutas que já mancharam currículos.

CAPÍTULO 1

Para que as opções teórico-metodológicas que permeiam a pesquisa em sua totalidade sejam suficientemente justificadas, entende-se por necessária a reflexão preliminar acerca das limitações, dificuldades e méritos a elas concernentes, de maneira que, ao leitor, restem claros os caminhos reflexivos traçados e as intenções teóricas que, ao fim e ao cabo, determinam a construção estrutural da pesquisa e fiam linhas de recortes em relação ao tema. Por isso, fez-se a escolha por um capítulo introdutório que trouxesse temas por assim dizer mais teóricos e que, de alguma maneira, estejam relacionados aos desafios encontrados na realização desta pesquisa, podendo servir, ao leitor, como catalisador que facilitará a compreensão do conteúdo exposto.

Há que se ter em vista, em primeiro lugar, a escassez de fontes, uma vez que o objeto sobre o qual serão lançadas as reflexões são, dentro das limitações espacial e cronológica impostas pelo recorte eleito, trabalhadores comuns, gente anônima cuja biografia, do ponto de vista da historiografia tradicional, não representa objeto que usualmente mereça demasiada atenção; pessoas a quem jornais diários não dedicaram linhas descritivas sobre seu cotidiano; que não ouviram suas histórias narradas no rádio, nem as viram reconstituídas na TV; pessoas as quais os nomes não compõem o acervo toponímico e que possuem passados que estão fadados ao esquecimento. Enfim, pessoas cujos registros de existência passaram ao largo da história e que, quando não, se constroem, de maneira geral, quase sempre relacionados a documentos oficiais e autos produzidos por autoridades, ou seja, registros ligados a contravenções ou condutas repreendidas pela sociedade na qual viviam e, sendo esta pesquisa relacionada a conflitos cotidianos que, segundo pretende-se provar, se dão em função das relações de produção, optou-se por eleger, como fontes, os registros oficiais considerados os que melhor narrariam as ações subversivas diluídas nas práticas sociais cotidianas circunscritas ao ambiente de trabalho: os processos trabalhistas.

Essa opção de recorrer a processos trabalhistas traz uma aproximação entre História e Direito que, embora não seja algo inédito, é relativamente recente e está ligada, em especial, à proposta de abordagem histórica que ficou conhecida como “história vista de baixo”, corrente que vislumbra a análise da história não a partir de grandes feitos, promovidos por grandes líderes, mas de ações prosaicas, executadas por aqueles a quem Thompson chamou “gente comum”, somente enquanto simples exercício de sua vida cotidiana. Desse modo, ocorre um deslocamento dos eixos de

análise daqueles considerados grandes eventos históricos para a vida cotidiana, tornando possível que se atribua o justo estatuto de “centro do acontecer histórico”¹.

Desde sua origem, passando pelas biografias medievais, a História se colocou como um esforço para o resgate da trajetória dos chamados grandes homens e pode-se dizer que, apesar de já no século XIX a história ampliar sua área de interesse, ela continuou sendo porta-voz da elite econômica. Foi com a ascensão do marxismo enquanto corrente historiográfica, que o rol de interesse dos historiadores passou a ser composto por pessoas comuns, mas, neste momento, ainda eram aquelas que, de alguma maneira, compunham o elenco de pessoas ligadas a grandes movimentos e que, por isso, pudessem ser consideradas ancestrais dos movimentos operários, como militantes sindicalistas, cartistas, *ludditas* etc². Ou seja, os costumes dos trabalhadores, bem como a cultura e o cotidiano operários continuariam sendo negligenciados pela história.

Essa realidade, a nível mundial, se altera sobremaneira a partir da década de 60, sob a influência dos trabalhos de Edward P. Thompson³. Primeiro ao anunciar, no prefácio de *A Formação da Classe Operária Inglesa* – cuja publicação da primeira edição na Inglaterra data de 1965, embora no Brasil tenha chegado, em versão traduzida, somente na década de 1980 -, sua preocupação em “resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro *luddita*, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ (...)”⁴, depois na publicação daquilo que Jim Sharpe considera a primeira “declaração séria”⁵ acerca da necessidade de se fazer uma história voltada à “gente comum”,

1 HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra filosofia. 1992, p. 20.

2 HOBBSBAWM, E. J.. History from Below – Some Reflections In: *History from Bellow: Studies in popular protest and Popular Ideology*, ed. Frederick Krantz, Oxford, 1988. p. 15. apud SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: Novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. pp. 39 – 62, pp 45-46.

3 Algumas obras que esboçassem uma abordagem “vista de baixo” já haviam sido publicadas, como por exemplo *Rebeldes Primitivos*, do historiador E. J. Hobsbawm, cuja primeira edição original foi lançada no ano de 1959. No entanto, até então, nenhuma delas tinha apresentado tal abordagem enquanto proposta, de maneira tão sistematizada quanto Thompson o fez.

4 THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. 4ª edição. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 13.

5 SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. pp. 40 – 62, p. 40.

materializada no artigo intitulado *History from below*⁶, no qual Thompson faz duras críticas à historiografia inglesa que insistia em ignorar a história do operariado, apesar de a Inglaterra ser o país do “mais antigo movimento operário do mundo”⁷ e, sobretudo, defendia a importância da história comparativa e criticava a maneira como a metodologia quantitativa ignorava categorias de evidências históricas de grande importância para a análise e reconstituição do passado. Nesse sentido, escreveu que: “A Revolução Industrial não só acarretou uma alteração na taxa de crescimento econômico, ela também implicou mudanças de longo alcance no modo de vida do povo.”⁸

Já na década de 1970, essa tendência de abordagem histórica passa a se difundir pela Europa. No ano de 1975, o francês discípulo de Fernand Braudel, Emmanuel Le Roy Ladurie, publicou *Montaillou: povoado occitânico de 1294 a 1324*, obra na qual ele investigou a aldeia de Montaillou, perseguida e devastada pela Inquisição no fim do século XIII e início do XIV. Um ano depois, o historiador italiano, Carlo Ginzburg, publicou o que viria a ser um grande marco da historiografia: *O queijo e os vermes*, obra na qual o autor investiga a mentalidade de um moleiro chamado Domenico Scandella e alcunhado “Menocchio”, que foi provavelmente perseguido e morto pela Inquisição italiana.

As pesquisas de ambos os autores foram permeadas pela dificuldade em se encontrar registros acerca de seus objetos: a abundância de registros acerca de alguém está, geralmente, relacionada à popularidade e importância atribuídas a ele na sociedade e tempo em que viveu. Na busca por dar voz àqueles que não a tem, um instrumental importante vem dos recursos trazidos pela História Oral que, a partir do resgate de memórias pessoais, tenta recriar o passado, suscitando elementos importantes ao ofício do historiador. Dentre as limitações da História Oral – e elas não serão analisados aqui, por fugirem do escopo de intenções da presente obra – está a mais óbvia delas: a impossibilidade de resgate da memória daqueles que não tiveram registros de suas experiências e que, além disso, encerraram sua passagem pela vida antes mesmo que o

6 Originalmente publicado em *The Times Literary Supplement*, em 7 de abril de 1966 e, no Brasil, trazida à luz, em 2001, com tradução de Antônio Luigi Negro e revisão de Michael Hall, compilado na coletânea de artigos: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, organizada por Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva e publicado pela Editora da Unicamp.

7 THOMPSON, E. P. A história vista de baixo In: NEGRO, A. L e SILVA S. (orgs.) *Peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001. pp. 185 – 201, p. 186.

8 Ibidem, p. 196.

historiador oral pudesse resgatar tais memórias. Firma-se, assim, a importância dos documentos oficiais que registram, em alguma medida, a passagem de tais personagens. No caso dos autores em tela expostos e que realizaram exemplar trabalho no resgate da memória daqueles sobre quem não há (ou, mais adequadamente, não *havi*am) biografias, tais documentos estavam relacionados a registros inquisitoriais que, embora não tivessem como objetivo a perpetuação da memória dos personagens transformados em objeto de pesquisa, viabilizaram, indelevelmente, a coleta de dados e a reprodução de parte da história por eles vivenciada, conclusão que prova a premissa de Jim Sharpe, segundo a qual “Como é tão frequente quando se trata de registros oficiais, eles têm sua maior utilidade quando empregados para propósitos que seus compiladores jamais sonharam.”⁹

Desse modo, não se pode negar que essa abordagem histórica ampliou a concepção de história, bem como as possibilidades investigativas derivadas do ofício do historiador. E – porque, no lar do ofício daqueles a quem Clio inspira, a arduidade é anfitriã – a pluralidade das possibilidades históricas traz uma problemática: a de definir quem, afinal, diante da heterogeneidade na composição do que é popular, é objeto da história dos “de baixo”. Recortes econômicos (mesmo dentro da mesma classe), cultural, de gênero ou raça – sendo que os estudos dos dois últimos têm se mostrado especialmente importante para a superação de alguns modelos de dominação, principalmente nos últimos anos – tornam tal tarefa algo muito difícil de se concluir, se forem construídas ideias simplistas do que significa “ser de baixo”. O que se tem enquanto resultado dessa equação de dilemas é a ampliação das fontes que passaram a compor o interesse do historiador, de modo que uma gama maior de vestígios do passado tragam um número maior de respostas a uma matiz mais extensa de perguntas, fazendo com que a abordagem da “história vista de baixo” cumpra mais que o papel de se contrapor a uma produção historiográfica que seja porta-voz dos interesses das elites, mas que também “abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história.”¹⁰

Já no contexto da produção historiográfica brasileira, não se pode dizer que a história vista de baixo tenha trilhado trajetória distintamente mais confortável, embora

9 SHARPE, Jim. Op Cit., p. 50.

10 Idem. p. 54.

possa-se afirmar que tenha trilhado – ou esteja trilhando - uma trajetória relativamente tardia, apesar de esse atraso não poder ser constatado em absoluto, como passaremos a demonstrar nas linhas que seguem.

No ano de 1969, Maria Sylvia de Carvalho Franco, publica *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, obra onde, a exemplo do que o nome sugere, investiga a vida cotidiana de homens livres pobres durante o século XIX, na cidade de Guaratinguetá. Ao longo dos quatro capítulos, publicados pioneiramente pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, a autora recorre a atas e correspondências da Câmara Municipal daquela cidade, a inventários e testamentos, processos criminais e notícias de jornais para reconstituir o passado daqueles que, então, passam a ser seu objeto. Como pode ser notado, ela esgota as possibilidades trazidas pelo estatuto da fonte no ofício do historiador para narrar a história cotidiana da “gente comum” - para retomar os termos de Thompson – embora ela não fizesse, no decorrer de sua obra qualquer menção à então incipiente abordagem histórica que se firmou como “história vista de baixo”.

Dez anos mais tarde, em 1979, o historiador estadunidense Peter Winn, ao publicar um artigo no qual analisava a historiografia latino-americana, observou, segundo definição de Emília Viotti da Costa, a necessidade de

[...] um novo tipo de história que não se limitasse aos parâmetros estruturais e dados estatísticos, às organizações nacionais de trabalhadores (sindicatos) e aos movimentos grevistas mais importantes, mas também focalizasse a experiência cotidiana concreta dos trabalhadores na fábrica e na comunidade, seus níveis e estilos de vida, cultura e consciência, suas divisões internas e relações com outros grupos [...] ¹²

11 Ao que pese a valorização da *agência humana* enquanto transformador da *estrutura* e consequente valorização, no ofício do historiador, à vida cotidiana, Emília Viotti da Costa faz, à luz do passar dos anos, uma importante reflexão em um artigo publicado pela primeira vez em 1994 no volume 14, n. 24 da Revista Brasileira de História e republicado, no ano de 2014, em uma coletânea nomeada *A dialética invertida e outros artigos*. Intitulado “A Dialética Invertida: 1960-1990”, o artigo reflete acerca dos riscos para a historiografia em se dar demasiada atenção às análises cotidianas em detrimento da estrutura. A autora escreve: “O cultural, o político, a linguagem, deixaram de ser determinados para serem determinantes. A consciência passou a determinar o ser social. Assim também as críticas bastante válidas às noções essencialistas de classe, corretamente problematizadas [...] desembocaram em posições que levaram ao completo abandono do conceito de classe como categoria interpretativa.”.

12 COSTA, Emília V. Estruturas versus Experiências, novas tendências na História do movimento operário e das classes trabalhadores na América Latina: O que se perde e o que se ganha. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, BIB*. Rio de Janeiro, n. 29, 1º semestre de 1990, pp 3-16, p. 4.

No mesmo ano, Celso Frederico viria fazer, na área da sociologia, um tímido movimento no mesmo sentido em *A Vanguarda Operária*, a partir do qual o autor faz uma análise de formas de resistência cotidiana de trabalhadores do início daquela década, justificando que “os pequenos acontecimentos do cotidiano, aparentemente sem maior importância, ganham a sua verdadeira dimensão aos serem relacionados como momentos de um processo [...]”.¹³ Apesar de concentrar seus estudos na área da sociologia, Celso Frederico veio abrir um importante patamar para os historiadores, uma vez que, ao sistematizar teoricamente seu objeto, ele abre àqueles a oportunidade de ampliar as possibilidades ferramentais de pesquisa, ou como salientou Thompson, “o historiador encontra novos problemas para a pesquisa na produção sociológica contemporânea, ou novos modos de abraçar velhos problemas.”¹⁴ Pode-se chamar de tímido o movimento de Frederico na medida em que, apesar de recorrer à história do cotidiano e do anônimo, isso ainda é feito em função de um grande evento (pelo menos se considerarmos o aspecto nacional) que foram os movimentos grevistas do ABC da década de 1970. Ou seja, a exemplo do marxismo tradicional, que considera como objeto as grandes personagens do movimento operário, Frederico, apesar de ensaiar outra abordagem, na medida em que busca um recorte com grande repercussão na história nacional do trabalho, acaba por repetir o método, o que não subtrai o pioneirismo do trabalho de Frederico e nem diminui sua importantíssima contribuição para resgate da cultura operária.

Assim, apesar desse despontamento inicial, foi só na década de 1980 que a história vista de baixo adquire maior robustez no cenário nacional. A história oral ainda se fazia deveras tímida, já que, apesar de sua introdução no País datar da década de 1970, foi só na década de 1990 que ela se consolidou¹⁵ e, desse modo, o resgate de outras formas de vestígios da “gente comum” tinha como campo de possibilidades a exploração de documentos – na maioria das vezes oficiais e ligados à justiça.

Nesse sentido, merecem destaque três obras datadas da década de 1980. A primeira, de Bóris Fausto, intitulada *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo*

13 FREDERICO, Celso. *A Vanguarda Operária*. São Paulo: Editora Símbolos. 1979. p. 28.

14 THOMPSON, E. P. Op. Cit. p. 191.

15 FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*, edição nº 8. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora. 2006. p. IX.

(1880 – 1924), que foi publicada no ano de 1984 e se propunha a, a partir de processos criminais e registros policiais, refletir acerca da criminalidade enquanto um fenômeno social presente na cidade de São Paulo entre os anos de 1880 e 1924.

A segunda obra, de autoria de Sidney Chalhoub, intitulada *Trabalho, Lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, publicada em 1986 já objetivava investigar as experiências cotidianas e costumes de trabalhadores do Rio de Janeiro a partir da análise de processos criminais inaugurados no começo do século XX. Por fim, temos a obra *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras paulistas (1830 – 1888)*, de Maria Helena Machado, publicada no ano de 1987 e que tinha, por objetivo, analisar a relação entre senhores e escravos em lavouras localizadas nas cidades de Campinas e Taubaté, entre os anos de 1830 e 1888, também a partir da análise de processos criminais. Todas as três obras inauguram, de maneira mais vigorosa, o estudo da vida cotidiana a partir da análise de processos judiciais no País, resgatando a memória e o exercício da cotidianidade de grupos sociais até então negligenciados pela História.

Apesar de tais estudos – bem como outros que doravante serão apresentados – não se atentarem exatamente aos estudos acerca de processos de natureza trabalhista, existem dois motivos pelos quais o aprofundamento em tais trabalhos pode ser frutífero à presente pesquisa.

O primeiro motivo, mais teórico, é que, ao bebermos da fonte da ciência política e da teoria do direito com viés marxista, temos que a estrutura jurídico-política, no âmbito de dada formação social, é um mecanismo de natureza ideológica que permite um arranjo superestrutural a partir do qual forja-se uma realidade que permite a reprodução das relações de produção segundo as conveniências de dado modo de produção: a) no caso do capitalismo, essa estrutura jurídico-política gera uma suposta igualdade entre agentes sociais materialmente desiguais, de modo a justificar a relação de troca segundo a qual o trabalho é trocado por salário a partir da expressão da vontade de ambas as partes, celebrada a partir do contrato entre iguais; e b) para os casos de sistemas que possuem maior compatibilidade com o regime de acumulação primitiva de capital, essa estrutura é criada a partir de um sistema segundo o qual a exploração do homem pelo homem se dê de maneira mais clara, buscando legitimações a partir da assunção das diferenças jurídicas e justificativas outras que contam com mecanismos

ideológicos geralmente, mas não exclusivamente, ligados à religião.¹⁶ Desse modo, compreendendo como leis trabalhistas aquelas que regulam a exploração da força de trabalho, depreende-se que estas não se limitam àquelas circunscritas estritamente à Justiça do Trabalho, mas abrange também todas as que visem regular as relações sociais (em todos os seus aspectos) de modo a garantir a reprodução das relações de produção, o que não ocorre estritamente em ambiente laboral. Isto é, sob uma perspectiva mais ampla de análise do sistema jurídico-político, todo o conjunto normativo do Estado tem como função a regulação das relações de produção¹⁷ (ainda que o faça de maneira secundária): todas as leis regulam, em alguma medida, as relações de produção – o trabalho, portanto -, raciocínio nos leva, inexoravelmente, ao segundo dos dois motivos anunciados. Este, calcado na seara da metodologia, está relacionado à possibilidade de se estabelecer analogia entre os ritos e métodos na condução dos autos judiciais, devido à similaridade de intenções presente nos diferentes âmbitos da justiça, de modo que as análises acerca da justiça criminal sejam absolutamente contributivas aos estudos acerca de questões inerentes à justiça do trabalho¹⁸, uma vez que as dificuldades, desafios e possibilidades metodológicos que permeiam esse tipo de investigação são similares em todos os casos. Este é um ponto que merece nossa análise. E para fazê-la, como será notado, recorrer-se-á a autores que, de alguma maneira, discutiram fatores relevantes ao historiador durante análise de processos judiciais, trazendo reflexões acerca não só dos documentos, mas do próprio rito jurídico em si.

Em primeiro lugar, é preciso ter-se em mente que os limites de análise de um processo estão para além do próprio processo ou, mais adequadamente, os fatos que podem ser estudados por determinado processo estão para além dos fatos narrados naquela fonte. Isso porque é possível encontrar em um processo não somente versões de um mesmo fato, mas também valores individuais e coletivos, acepções de mundo que transbordam os interesses individuais ali postos e de maneira sutil, porém perene,

16 Para uma discussão mais ampla acerca do tema a nível nacional, ver Décio Saes. *A Formação do Estado burguês no Brasil (1888 – 1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. e a nível mundial, ver Nicos Poulantzas. *Poder Político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

17 Cf. SOUTO MAIOR, J. L. *História do Direito do Trabalho no Brasil*. São Paulo: LTr Editora, 2017. O autor, ao descrever os períodos estudados em sua obra, trata as leis que garantiam a manutenção do regime escravocrata no Brasil como uma questão da ordem trabalhista.

18 Ambos os motivos permearão todo o resto do trabalho, em especial durante essa discussão teórico metodológica, ainda que não sejam diretamente mencionados.

inundam práticas e discursos, infiltrando na biografia daqueles que estão, de alguma maneira, envolvidos na narrativa que ali se constrói. Cabe ao historiador, portanto, analisar as nuances do discurso em busca dos elementos sociais que lhe são caros e que, ali, se lhe apresentam, buscando

as ‘coisas’ que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência [...]. Resta ao historiador a tarefa árdua e detalhista de desbravar o seu caminho em direção aos atos e às representações que expressam, ao mesmo tempo que produzem, estas diversas lutas e contradições sociais.¹⁹

Aliás, considerando os interesses e trajetórias pessoais, os medos e anseios individuais e os riscos e horrores internos, contradições e mentiras são talvez, dentre os elementos presentes nos discursos dos autos, os que mais mereçam atenção do pesquisador, uma vez que ignorar um discurso por parecer que não corresponde aos fatos é perder a chance de fazer uma análise mais profunda dos valores envolvidos no discurso, ainda que fantasioso, e que podem refletir um conjunto de valores compartilhado em dada sociedade. Assim, há que ser objeto do historiador não somente os fatos que levaram ao litígio, mas também os relacionamentos e condutas sociais que ali se evidenciam em forma de discurso: “Mesmo quando mentem ou inventam posturas morais, fazem-no de uma forma que acreditam ser verossímil e, portanto, ajudam a traçar os limites da moralidade comum.”²⁰ Isto é, na construção de uma versão, a escolha dos eventos que serão revelados, dos que serão adulterados e dos que serão ocultados passa por uma seleção baseada nos valores do narrador e naquilo que ele acredita ser os valores de sua audiência, de modo que se possa construir uma versão que, ao passar pelo crivo de quem julga, mantenha assegurados os interesses de quem narra.

Neste sentido, não se pode ignorar o fato de que os anseios individuais, bem como a subjetividade do indivíduo irão traçar recortes na memória, fazendo com que a

19 CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 2001. pp. 41-42.

20 CAULFIELD, Sueann. Crime e cotidiano: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984, pp. 31-32. apud ROSEMBERG, André e SOUZA, Luís A. F. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. In: *Patrimônio e Memória*. Unesp, FCLAS, CEDAP, v.5, n.2, p. 159 – 173. Dez. 2009.

narrativa se atente aos fatos que mais correspondam ao projeto que o narrador idealizou²¹ e o resgate dessa memória é que o traz a contradição. Em outras palavras:

No momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde quase toda a sua importância e o debate se dá entre atores jurídicos, cada um deles usando a parte do 'real' que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido, é o real que é processado, moído até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se construirá um modelo de culpa e um modelo de inocência.²²

E, com o fito de ilustrar o que ora é exposto, podemos recorrer a alguns processos bastante icônicos para esta análise e que foram encontrados durante nossa investigação. Trata-se do caso da empresa do ramo da tecelagem *Viber S/A Indústria de Comércio de Tecidos*, localizada na cidade de Votorantim, interior do Estado de São Paulo e que passa a ser exposto.

No mês de janeiro de 1970, dois trabalhadores compareceram ao *Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Sorocaba* - o sindicato cuja abrangência atendia à cidade de Votorantim - levando a mesma reclamação: inadimplência patronal referente às verbas que são de direito quando da demissão sem justa motivação e que estão previstas no artigo 477 da CLT. O primeiro reclamante, a trabalhadora Terbina, compareceu ao referido sindicato no dia 13 de janeiro, alegando que “Em 10 de janeiro de 1969 foi, brusca e injustamente, demitida (...)”.²³ Ocorre que exatos 7 dias depois, uma semana, portanto, outro trabalhador da mesma empresa, *Viber S/A*, Benedito de Oliveira compareceu ao mesmo sindicato informando que “Em 10 de janeiro de 1970 foi, brusca e injustamente demitido (...)”.²⁴

Neste caso em tela muitas coisas chamam a atenção: o fato de os trabalhadores serem demitidos no mesmo dia, o de procurarem o mesmo mecanismo (o sindicato e

21 Para mais detalhes acerca da relação entre memória e projeto, ver VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994.

22 CORRÊA, Mariza. *Morte em família* – representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983, p. 40. apud ROSEMBERG, André e SOUZA, Luís A. F. Op. Cit. pp. 163-164.

23 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 287*. Reclamante: Terbina Rubinato Gardelli. Reclamada: Viber S/A Indústria e comércio de Tecidos. Sorocaba, 18 de fevereiro de 1970.

24 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 330*. Reclamante: Benedito de Oliveira. Reclamada: Viber S/A Indústria e comércio de Tecidos. Sorocaba, 23 de fevereiro de 1970.

não um advogado particular, o que era e é bastante comum), de formalizarem a reclamação com exatamente uma semana de intervalo, o de apresentarem a mesma alegação, etc. apresenta um conjunto de coincidências que, somadas, trazem algum indício de organização entre os trabalhadores envolvidos. No entanto, afirmar isso exigiria um nível de inferências que comprometeria o rigor necessário a uma pesquisa científica.

Por isso, nenhuma das (assim aceitas como) coincidências chama tanto a atenção quanto a resposta da empresa em sua peça de defesa e, por conseguinte, o desalinhamento do discurso dessa defesa em relação à ação posterior desta. Vejamos: em sua apresentação de contraditório, **para os dois processos**, a empresa alega, por meio de seu preposto, o mesmo: que “A Reclamante foi despedida por ato de manifesta desídia (...) ocorrendo a justa causa prevista no art. 482, ‘e’ da CLT (...)”.²⁵ Apesar da alegada desídia, a empresa se submete a um acordo com ambos os funcionários. No caso de Terbina, autora do Processo de número 287 do ano de 1970, a empresa apresentou o arrazoado em peça de defesa assinada em 28 de abril do mesmo ano e, quase três meses depois, em audiência realizada no dia 21 de julho, a empresa ofereceu um acordo, vindo a se comprometer a indenizá-la em 1.200 Cruzeiros, moeda corrente na época. Semelhante é o caso de Benedito, autor do Processo de número 330 do ano de 1970, a quem a empresa acusou de desídia em peça de contraditório em 25 de maio daquele ano para, cerca de uma semana depois, em 2 de junho, oferecer-lhe verba de Cr\$ 350,00.

Não parece comum que alguma empresa esteja disposta a indenizar, a partir de um acordo - sem condenação, portanto -, aqueles trabalhadores cuja demissão foi motivada por “manifesta desídia” ensejando justa causa para tanto. Além disso, apresentar a mesma acusação para dois funcionários pode denunciar a organização destes, como mencionado, ou a predisposição da empresa (ou de seu preposto) a construir um discurso que lhe seja conveniente. Por isso, é um caso que salta aos olhos, quando falamos em formação do discurso em processos judiciais.

Ocorre que, como indicado anteriormente, o rito processual não busca exatamente um culpado dos fatos, mas um culpado formal, alguém que, dentro da lógica narrativa que foi desenvolvida por todo o processo investigativo – inaugurado, em

25 O mesmo trecho é encontrado nos dois processos citados (287/70 e 330/70), alterando-se apenas o artigo presente no trecho “A Reclamante” que foi flexionado para “O Reclamante” quando o processo tratava o caso de Benedito.

alguns casos, com o inquérito policial – possa ser formalizado enquanto culpado pelo ato denunciado. Do mesmo modo, o principal objetivo do documento produzido não é a reconstituição do acontecimento investigado, mas a busca em produzir uma verdade lógica que permita a efetivação do processo punitivo.²⁶ Em suma, o culpado eleito pelo rito jurídico não é necessariamente o culpado pelo fato e os fatos ali narrados podem não ser os fatos reais, não se tratando este evento de uma falha ou um erro, mas de um projeto aplicado segundo um ordenamento jurídico já estabelecido e consagrado na busca pela justiça e que atende a uma demanda de manutenção da ordem vigente, a despeito da passividade a falhas proporcionadas pelo processo de formação da memória sob efeitos advindos pela busca de interesses pessoais. O que ocorreu, portanto, no caso analisado em tela foi que, no mínimo, a empresa *Viber S/A* não foi capaz de construir um culpado formal que acompanhasse a lógica do discurso não por acaso construído: um trabalhador que comete desídia não cumpre com sua parte no acordo empregatício e, portanto, não merece seu salário. Esta é a ideologia dominante na sociedade e é provável que a escolha dessa versão mais que uma opção pela “mentira” (o que nem se pode afirmar que tenha sido) foi a busca por sensibilizar o público-alvo daquele contexto, o juiz do trabalho. E cabe salientar que o mesmo recurso foi usado pelo advogado representante dos trabalhadores ao afirmar que ambos tinham sido “brusca e injustamente” demitidos, que, para efeito daquela peça processual, foi mais efetivo.

Assim, análise do discurso presente em processos judiciais, portanto, pode se apresentar como importante aliado no resgate do passado ao historiador. No entanto, é importante frisar que, apesar da importância da análise de tal discurso, ela não esgota – e nem se pretende que o faça – as possibilidades investigativas do pesquisador. Nas palavras de Emília Viotti da Costa:

(...) não quero dizer que a análise do discurso não seja uma técnica imprescindível ao trabalho do historiador. Ou que a retórica não seja uma importante, e mesmo fundamental, via de acesso à compreensão histórica. Mas reconhecer isto não é o mesmo que dizer que a análise do discurso é suficiente para a compreensão histórica.²⁷

26 GRINBERG, Keila. História nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla B. e LUCA, Tania R. (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto. p. 127.

27 COSTA, Emília Viotti. A dialética invertida: 1960-1990. In: *A dialética invertida e outros ensaios*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 17.

Partir para a investigação histórica munido desta reflexão possibilita ao historiador o cuidado de olhar para o processo a partir de uma ótica na qual o preconceito é atenuado e, não obstante, buscar, a partir do uso de diversas ferramentas metodológicas, por eventos que não estejam tão evidentes do ponto de vista do fenômeno social que aquela culpabilidade representa. Ou seja, a nomeação ou não de um ou mais culpados, seja por meio da assunção ou não, é algo que, via de regra, passa ao largo do interesse do historiador, porque, muitas vezes, as águas que o conduzem pelos meandros do processo judicial desembocam em mares de fatores mais relevantes à investigação histórica: os ritos, os discursos, as mediações dos funcionários do judiciário (ou escrivães da polícia) e, afinal, o próprio arcabouço de códigos processuais – pouco mencionados quando se tratam de estudos acerca de processos judiciais –, que conduz os julgamentos e caracteriza e incumbe os atores envolvidos de seus respectivos papéis. Esses elementos trazem imensa contribuição ao investigador do passado que, analisando-os junto às leis, pode ampliar sua gama de informações de maneira a enriquecer os resultados de sua pesquisa. Para além, de acordo com os dizeres de Fernando Teixeira da Silva:

Se atentarmos para os detalhes, os processos são uma via rara de acesso à fala dos trabalhadores, ainda que filtrada e destilada pela linguagem e pelo exercício do poder judicial, em situações formais e muitas vezes opressivas.²⁸

Assim, a disposição em se estudar os processos judiciais podem render bons frutos a quem se dispõe a se embrenhar nesse campo repleto de incertezas, conflitos, mentiras e omissões tal qual se apresentam os conflitos de classes representados no ambiente da Justiça do Trabalho.

1.2 – O TRABALHADOR E A JUSTIÇA

Para que se olhe, portanto, para as referidas fontes, portadoras dos nomeados desafios, sem perder o rigor teórico que um trabalho científico exige, é necessário que se construa uma reflexão acerca do palco de disputa tal qual se apresenta o direito do trabalho, sendo, portanto, um desafio para este trabalho versar sobre o sistema de leis e a história da justiça (a do trabalho, em especial), o que implica na necessidade de compreender as estruturas jurídico-políticas, bem como as teorias que as analisam.

²⁸ SILVA, Fernando T. *Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda. p. 48.

Deste modo, urge a obrigatoriedade de, preliminarmente, adentrarmos ao terreno do debate acerca do papel e da importância social do ordenamento jurídico e da reflexão acerca dos fatores classistas que concorrem para sua organização.

Neste sentido, dadas as preocupações teórico-analíticas supracitadas, bem como o cuidado em se deixarem claras as teorias para as quais o presente trabalho presta reverência, parece ser conveniente apresentar, inicialmente, algumas importantes tendências teóricas que se estabeleceram dentro do marxismo enquanto corrente de análise historiográfica – dentre as quais destacam-se o *marxismo estruturalista* e o que se convencionou a chamar de *marxismo culturalista*²⁹ - e que, ao serem aplicadas na interpretação acerca do papel social do ordenamento jurídico (no que tange às leis, pessoas e mecanismos), podem contribuir de maneira complementar para a compreensão dos desafios surgidos a partir da análise profunda dos ritos que originam o que, por ora, foi eleito como fonte desta pesquisa.

O marxismo estruturalista, também chamado estruturalismo Althusseriano³⁰, nos traz à luz a ideia de que uma dada formação social é fruto da correlação entre diversas *estruturas*³¹ que, articuladas, podem garantir a reprodução das relações de produção. Sob esta perspectiva, as classes sociais aparecem como produto da correlação de forças dessas estruturas entre si; os aparelhos de Estado – que se colocam como mediadores dessas estruturas - surgem como mecanismo de dominação de uma classe social por outra; e o Direito, representado pela Justiça (um aparelho deste Estado), viria a contribuir como um viabilizador (ideológico e repressivo³²) da lógica que garanta a reprodução das formas de dominação e das relações de produção. Desse modo, segundo

29 O uso dessa nomenclatura guarda relativa polêmica e, geralmente, está calcado num discurso mais crítico em relação a esta corrente, mas na presente pesquisa será adotada dessa maneira e apoia-se na ideia de que essa concepção teórica, encabeçada por Thompson, abriu caminho a uma análise culturalista dos partidos e, em alguma medida, da própria classe operária, como descrito em: CARRERA, Nicolás Iñigo. A lacuna entre E. P. Thompson e Karl Marx. In: *Crítica Marxista* (Dossiê). Edição 39, Ano. 2014. Campinas: Unicamp. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2015_11_09_16_35_1868.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

30 Louis Althusser foi o primeiro a beber da teoria de Ferdinand de Saussure e Claude Lévi-Strauss para, combinando-a ao marxismo, inaugurar essa ferramenta de análise social.

31 Algumas vezes, o termo estrutura aparecerá como sinônimo de “esqueleto” ou arcabouço. Em outras, aparecerá como um conceito epistemológico ligado às definições de infraestrutura e superestrutura, segundo a teoria de Marx que fora bastante explorada por Louis Althusser. Sempre que este segundo caso ocorrer, o termo “estrutura” aparecerá grafado em itálico.

essa perspectiva, a Lei emerge como um componente superestrutural que se estabelece como um instrumento da classe dominante para tornar possível, pela legitimação, a exploração da força de trabalho enquanto expressão da legítima vontade entre duas partes juridicamente livres e iguais.³³ A Lei – significando todo o ordenamento jurídico e estrutura legislativa – se define, portanto, como mais um instrumento da classe dominante para sucumbir as formas de resistência dos dominados.

Por sua vez, Thompson postula que a estrutura legal – seja ela expressa por instituições, pessoas ou como “ideologia ou regras e sanções específicas que mantêm relação ativa e definida (muitas vezes um campo de conflito) com as normas sociais (...)”³⁴ – é um campo de embate político, forjado a partir do conflito de classes e onde é possível, também aos dominados, esboçar algumas importantes conquistas de classe, transformando espaços de elaboração e aplicação de leis em um campo de disputas que, embora caracterizem-se por sua forma pontual, não encerram-se em si mesmas, sendo estas a materialização de conflitos sociais mais profundos. Tal interpretação pode ser exemplificada com uma passagem do próprio autor que, ao analisar a relação que dominantes e dominados tinham com a assim chamada Lei Negra na Inglaterra do século XVIII, observou que:

Enquanto foi possível, os dominados – se conseguissem dinheiro e advogado – realmente lutariam pelos seus direitos por meios legais; ocasionalmente, os foreiros, baseando-se nos precedentes da legislação do século 16, podiam realmente ganhar uma causa.³⁵

Assim, vê-se que, para Thompson, as leis podem significar, a exemplo do que sugere Althusser, o contingenciamento das ações daqueles que a ela estão submetidos, limitando o efeito colateral do descontentamento de uma classe em dada formação social.

32 O Direito é o único aparelho de Estado que, em Althusser, aparece como repressivo e, concomitantemente, ideológico (AIE). Para saber mais, ver: ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3ª Edição. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes. 1980. pp. 43-45.

33 Para saber mais, ver: POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes. 1977.

34 THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2ª Ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra. 1997. p. 351.

35 Idem.

Mas Thompson dá o que se pode considerar um passo adiante, uma vez que, se, por um lado, Althusser defende, no contexto do capitalismo, o caráter exclusivo de dominação ideológica (e muitas vezes física) de uma classe sobre outra a partir da criação de uma ideologia onde seja possível a reprodução das relações capitalistas de produção³⁶ a partir do Direito; por outro, Thompson traz-nos que o ambiente jurídico pode ser **também** um palco de conquistas dos dominados sobre os interesses dos dominadores. Portanto, é necessário ampliar a análise sobre a obra de Thompson, partindo de um marco segundo o qual não se pode negar que o desenvolvimento da estrutura jurídico-política de dada formação social sob o modelo capitalista de produção tenha o intento anunciado por Althusser, o de forjar um ambiente ideológico que garanta a reprodução das relações de produção enquanto a manifestação da vontade de dois agentes com direitos iguais, de modo que nenhum deles possa agir como regulador autoritário da troca de trabalho por salário³⁷. É possível encontrar, nas obras de Thompson, passagens que corroborem com este marco eleito, expressando concordância com tal descrição, como, por exemplo, quando analisa a relação que as classes dominantes tinham com a Lei Negra enquanto recurso de punição exemplar que diz:

A única generalização que se pode fazer é a de que a Lei [Negra] se manteve disponível no arsenal dos processos judiciais. Quando um delito parecia ter agravantes especiais, quando o Estado queria dar um exemplo de terror, ou quando um demandante particular era especialmente vingativo, a acusação seria formulada de modo a fazer o delito incorrer dentro da Lei.³⁸

Assim, conclui-se que Thompson parte do mesmo princípio de Althusser quando discorre sobre os papéis do Estado e das leis. Em verdade, o debate que se coloca quando da interpretação do aparato jurídico-legislativo enquanto um palco de luta tem como pano de fundo a importância que se dá à *agência humana* face à determinação

36 Para compreender melhor a formação do Estado burguês no contexto brasileiro, o que interessa à presente pesquisa, e sob a ótica do estruturalismo Althusseriano (com forte influência de Nicos Poulantzas), pode ser pertinente ver: SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985 e SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1990., obras que, por terem teorias distintas sobre a formação do Estado burguês no Brasil, pode proporcionar relevante diálogo a respeito do tema.

37 PACHUKANIS, Evgeni. *Teoria Geral do Direito e o Marxismo e ensaios escolhidos*. Trad. Lucas Simone. São Paulo: Sundermann. 2017. p. 180.

38 THOMPSON, E. P. Op. Cit. pp. 333-334.

estrutural no desenrolar da História³⁹. E neste sentido, as críticas ao estruturalismo se dão justamente pelo fato de essa corrente teórica diminuir, para não se dizer anular, o papel do indivíduo no percurso do próprio destino. Aqui, Emília Viotti também pode contribuir para o debate: “(...) são os indivíduos (homens e mulheres) que fazem história, se bem que a façam em condições que não foram por eles escolhidas.”⁴⁰

Parece-nos que é neste mesmo sentido que Thompson caminha no decorrer de sua teoria a respeito deste debate, o de compreender que os indivíduos agem transformando a *estrutura* mas sob condições determinadas por estas. É o que se explicita no trecho a seguir, em que o autor, ao criticar o determinismo estruturalista, observa que é necessário aceitar parte do que ele chama de crítica marxista-estrutural, mas com algumas ressalvas, observando que seu veio teórico:

[...] aceitaria, como é preciso, parte da crítica marxista-estrutural; de fato, algumas passagens deste estudo confirmaram as funções classistas e mistificadoras da lei. Mas rejeitaria seu reducionismo inconfesso e alteraria sua tipologia de estruturas superiores e inferiores (mas determinantes).⁴¹

Assim, restam claros os intentos teóricos-metodológicos deste presente trabalho que, buscando enquadrar-se em uma linha teórica específica, pretende enriquecer o conhecimento histórico aproveitando a oportunidade teórica anunciada por Viotti:

O momento favorece nova síntese que evite todas as formas de reducionismo e reificação, sejam eles econômicos, linguísticos ou culturais, uma síntese que não perca de vista a articulação entre microfísica e macrofísica do poder, que reconheça que a subjetividade é ao mesmo tempo construída e constituinte, uma síntese enfim que seja centrada na teoria da práxis enriquecida pelas novas experiências e que leve a uma nova historiografia e a uma nova estratégia (que permita coordenar os vários movimentos sociais sem retirar-lhes autonomia), e que a partir de uma reflexão sobre o passado e o presente prepare caminhos do futuro.⁴²

39 Neste aspecto, há grande discordância de Thompson em relação às ideias de Althusser, discordância esta expressa principalmente, mas não exclusivamente, na obra: THOMPSON, E.P. *Miséria da Teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

40 COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p. 13.

41 THOMPSON, E. P. Op. Cit. p. 350.

42 COSTA, Emília Viotti da. Op. Cit. p. 28.

Ademais, parece ter restado claro, portanto, que a discussão acerca do papel de uma lei e do rito jurídico em dada formação social está atrelada ao debate acerca das limitações e possibilidades da agência humana limitada e igualmente possibilitada pela ação das ferramentas de *estrutura*. Assim, dizer, como foi feito, que o presente trabalho reverencia as análises que preconizam a relação dialética entre estrutura e agência humana, significa dizer que essa mesma dialética se distribui para os recursos de estrutura, sendo, portanto, a lei - em seu sentido mais amplo - limitador e ao mesmo tempo limitada pela agência humana. Ela pode, portanto, ser instrumento de opressão e controle social de uma classe sobre outra e, ao mesmo tempo, servir como instrumento de resistência e de defesa de interesses dos dominados. De outro modo dito, se é verdade que, por um lado, as leis fazem parte de um arcabouço que vise garantir a reprodução das relações de produção, por outro, é imperativo que se observe que sua aplicação, o ordenamento jurídico que garante sua aplicação e sua própria criação são fatores passíveis de apropriação e resignificação como instrumentos de resistência possíveis aos oprimidos, que, quando tiverem a oportunidade, vão se utilizar dessas leis a seu favor. Nas palavras de Bernard Edelman, “a luta de classes pode assumir a forma jurídica”⁴³.

Tal feito, evidentemente, não significa creditar grandes possibilidades emancipadoras para a classe trabalhadora, dentro de uma realidade da organização de classe ou mesmo do exercício do conflito de classes. Edelman já havia observado que: “[...] se nos limitarmos a compreender o movimento operário por suas ‘conquistas’⁴⁴ legais, não há dúvidas de que faremos, então, a ‘história jurídica’ e, desse modo, reproduziremos o ponto de vista da burguesia.”⁴⁵ Em vez disso, a preocupação é que se assuma que o trabalhador, diante do domínio burguês, encontrou meios legítimos para transformar o direito e suas instituições promotoras – bem como a formulação e aplicabilidade das leis – em um ambiente de possibilidades de conquistas, ainda que pontuais. Assim, é possível dizer que algumas vezes o trabalhador consiga, na medida

43 EDELMAN, Bernard. *A legalização da classe operária*. Trad. Marcus Orione (coord.) e outros. 1 Ed. São Paulo: Boitempo. 2016. p. 21.

44 O autor utiliza aspas no termo *conquista* por acreditar que essas conquistas só podem ser vistas como tal se consideradas como avanços limitados e adequados à estrutura do capitalismo. No presente trabalho, importa-nos a relevância desses “avanços limitados” na construção da identidade da classe trabalhadora e nos é uma preocupação manter claras as fronteiras entre reforma e revolução.

45 Idem. p. 19.

em que for possível evitar um conflito declarado, transformar suas necessidades ou vontades em direitos. Isto é, num ambiente de conflito dado, geralmente, em torno das relações de produção, forma-se, segundo as condições dadas, um arcabouço legislativo que se configura através de uma relação de oposição, segundo a qual o trabalhador é regido por esse arcabouço e, ao mesmo tempo, se apropria de seu ferramental e de seu discurso, transformando-o em instrumento a serviço de uma equiparação de forças, ainda que rasa e limitada sob uma interpretação com tendências mais revolucionárias.

Um processo trabalhista datado de 15 de abril de 1969 traz-nos à luz questão que pode ilustrar o que se pretende defender até aqui. Trata-se do Processo de número 1116/69, no qual a reclamante, Maria Aparecida, trabalhadora do setor têxtil informa, através de seu preposto, que seu empregador, Cotai Companhia Textil Agro Industrial [sic],

Como é publico e notório, a Rda.⁴⁶ vem atrasando continuamente o pagamento dos salários dos seus empregados; A Rte.⁴⁷ Não recebeu, ainda, o pagamento dos meses de fevereiro e março, pelo que, a partir de 14/4/69, dá o seu contrato de trabalho por rescindido e pleiteia os ressarcimentos da lei;⁴⁸ [sic].

Além de reclamar os salários atrasados, a trabalhadora Maria solicitava o que se conhece por rescisão indireta, dispositivo previsto na alínea “d” do Artigo 483 da Consolidação das Leis do Trabalho, segundo o qual “O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando: (...) não cumprir o empregador as obrigações do contrato”⁴⁹ e que intenta garantir, ao trabalhador, as verbas rescisórias mesmo quando a ruptura contratual se dá por iniciativa do trabalhador. Ocorre que a trabalhadora estava submetida a um regime laboral no qual, apesar de suas garantias legais, não havia remuneração e, neste caso, a lei proporcionou garantia mínima de direitos àquela trabalhadora. Além disso, a lei, ao menos dessa vez, garantiu ganhos rescisórios que proporcionasse relativa segurança econômica advinda com o

46 Abreviação para “Reclamada”.

47 Abreviação para “Reclamante”.

48 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). Processo nº 1116/69. Reclamante: Maria Aparecida Scabello. Reclamada: COTAI – Cia Textil Agro Industrial (sic). Jundiaí, 15 de abril de 1969.

49 BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452 de 1º de maio de 1943, que promulga a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

desemprego, o que se observa na decisão judicial: “(...) resolve a Junta de Conciliação e Julgamento de Jundiaí, por unanimidade de votos, JULGAR PROCEDENTE a reclamatória de MARIA APARECIDA SCABELLO (...)”⁵⁰, vindo a desembocar em ordem de penhora de bens da Reclamada, “uma máquina meadeira, de marca LEEDS & BELFAST, inglesa, número F 1371, em regular estado de uso e conservação.”⁵¹(sic).

Assim, pode-se dizer que Maria se utilizou do sistema legal vigente à época para resistir à mais-valia que lhe era infringida de maneira selvagem, instrumentalizando o direito a seu favor, como pretendia-se demonstrar possível.

Vê-se, portanto, que, apesar de pertencer a um conjunto de ferramentas que garantam a reprodução das relações de produção, apresentando-se, portanto, como instrumento de dominação de uma classe por outra, o Direito também se apresenta como uma possibilidade de pequenos ganhos, que pode se revelar na forma de manutenção de direitos adquiridos. No caso narrado, apesar da estrutura jurídico-política burguesa, havia um dispositivo legal – o Decreto de número 5.452, a CLT –, que se construiu como uma conquista do trabalhador, e havia um intérprete (o juiz) desse dispositivo que imprimiu um lastro entre o previsto no referido dispositivo legal e a realidade apresentada, restituindo o trabalhador de seus direitos: é a agência humana, a partir da ideologia, transformando um dispositivo de dominação em garantia de direitos.

Igualmente, pode-se dizer também que o contrato de trabalho, ao introduzir uma “falsa igualdade” entre as partes envolvidas numa relação de produção⁵², também introduz a necessidade de se manter coeso o discurso criado pelo princípio da igualdade jurídica para que a lei se apresente ao dominado não apenas como um instrumento de dominação, mas como um dispositivo justo e imparcial (ainda que não o seja sempre) porque:

A maioria dos homens tem um forte senso de justiça, pelo menos em relação aos próprios interesses. Se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e que pareça ser justa. Não conseguirá parecê-lo sem preservar sua

50 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). Processo nº 1116/69. Reclamante: Maria Aparecida Scabello. Reclamada: COTAI – Cia Textil Agro Industrial (sic). Jundiaí, 15 de abril de 1969.

51 Idem.

52 EDELMAN, Bernard. Op. Cit. p. 27.

lógica e critérios próprios de igualdade; na verdade, às vezes sendo realmente justa.⁵³

Assim, a ideia propagada pelo discurso de imparcialidade da lei acaba *evocada* pela classe dominante, mas *invocada* pelos dominados quando da necessidade da afirmação de sua identidade jurídica, detentora de direitos, portanto. E é a resposta a essa invocação que vai legitimar a lei quando esta mostrar os dentes àqueles que usualmente a invocam. É sistêmico, portanto, que se puna membros da classe dominante, como o que se viu no processo de número 1116/69 e em tantos outros, para que toda a estrutura de dominação se mantenha incólume em sua legitimação: “vão-se os anéis, ficam-se os dedos” do sistema!

Esse potencial (teórico, do ponto de vista do historiador e prático, do ponto de vista do trabalhador) também é identificado por Thompson que, ao investigar as relações de dominação e resistência possíveis a partir do uso da Lei Negra, observa que:

A lei, em suas formas e tradições, acarretava princípios de igualdade e universalidade, que teriam de se estender forçosamente a todos os tipos e graus de homens. E porque isso era tão necessário, a ideologia pôde transformar a necessidade em virtude.⁵⁴

Isso incorre em dizer que não parece necessário à classe dominante que, para exercer sua dominação, crie um dispositivo que lhe seja igualmente aplicado a todos os homens, inclusive a si mesmos, limitando a tal dominação. A menos que, como pretendeu-se demonstrar até aqui, este mecanismo seja fruto da tensão posta nas relações sociais cotidianas: numa analogia ao pensamento físico-matemático, imagine um dado plano cartesiano composto por abcissas e ordenadas, onde duas forças são aplicadas a um objeto de modo simultâneo, porém em direções distintas. O vetor derivado da composição dessas forças representaria a estrutura legal que, ora se aproxima do eixo imaginário x (abcissas), ora do eixo imaginário y (ordenadas). Em uma frase, embora preserve o status quo, a lei carrega, em seu âmago, o triunfo da resistência do oprimido.

Para além disso, existe ainda um caráter que merece alguma atenção, é o de autolegitimação para aqueles que exercem o poder. Não parece razoável que se

53 THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. 2ª Ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra. 1997. p. 354.

54 Idem. p. 355.

desqualifique a ideologia de igualdade propagada pela estrutura jurídico-política burguesa como expressão de falsa devoção⁵⁵, sob risco de incorrer em teorização de conspirata. É necessário que, apesar das contradições, os homens acreditem de algum modo no que pregam e que o saibam identificar quando não. É a lógica do confessorário se fazendo presente nas estruturas da formação social. Mesmo quando se trata de se votarem leis que precarizem as condições dos trabalhadores, é necessário que se faça a partir de *leis* para que tal precarização seja aceita pelas estruturas. Não se trata de humanização das relações, mas de legalidade. Fazendo uma alusão às vestimentas usadas por juízes na Inglaterra do século XVIII, Thompson sentencia “[As pessoas] não serão mistificadas pelo primeiro homem que puser uma peruca.”⁵⁶

Conclui-se, portanto, que não é absolutamente incorrer em erro dizer que o direito é uma ferramenta ideológica que se apresenta como ordenação da estrutura jurídico-política que permita a reprodução das relações de produção. É, portanto, um instrumental do Estado burguês. No entanto, não podemos nos esquecer de ir além para enxergar os componentes mais complexos que determinam seu caráter nessa relação de dominação, qual seja: pela forma como se constitui – inclusive para fazer-se legítima –, a lei possibilita que o trabalhador se aproprie dessa estrutura e transforme-a em um palco de disputa política (e algumas vezes, econômica), sobre o qual é possível assistir a conquistas significativas (apesar de pontuais) para o indivíduo da classe trabalhadora, para uma categoria ou para classe como um todo. E um exemplo de uma luta judicial de cunho individual, mas de teor coletivo e que trouxe algum ganho à categoria está no processo movido pela trabalhadora Paula de Souza contra a Fepasa Ferrovia Paulista S/A. No processo de número 623/73, Paula de Souza, entre várias outras reivindicações, menciona:

Que, o direito à concessão de passe livre para uso pessoal e da família do empregado para viajar nas linhas ferroviárias servidas pela empresa, sempre foi condição contratual; e, para as viagens em outras ferrovias gozava êle de desconto de 75%, que era absorvido pela empresa ou por convênio, ou em razão de tráfego mútuo com as suas congêneres. Entretanto a reclamada suprimiu tal direito de seus empregados, inclusive da reclamante a partir de 1º de janeiro de 1972, como se infere da Circular 71/105, de 27/12/71.⁵⁷(sic)

55 Idem. p. 354.

56 Idem. p. 353.

No caso em tela, a trabalhadora chegou a ser acusada pelo preposto da empresa reclamada de “carecer à reclamante, o requisito do legítimo interesse econômico ou moral (...)”⁵⁸ e iniciou uma verdadeira peleja no âmbito judicial. No entanto, após todos os recursos cabíveis, a 3ª turma da Justiça do Trabalho se manifesta favorável às reivindicações da reclamante, citando especificamente o direito de passe livre à empregada e aos familiares, decisão esta que serviu de precedente para decisões em relação às reclamações a este direito feita por outros trabalhadores:

A Turma conheceu e proveu, em parte, a revista da empregada, para acrescentar à condenação a parcela de ajuda de custo e restabelecer o direito ao passe livre com desconto. (...) Nada tem o empregado a ver com a transformação da estrutura da empresa, pois ele não concorre nos riscos desta. E não pode, em qualquer hipótese, sofrer prejuízo, direto ou indireto, ainda que consinta na alteração, quanto mais na unilateral, absolutamente proibida. (sic)⁵⁹

Desse modo, observa-se que, se é verdade que “os tribunais reproduzem de fato a separação do trabalhador de seus meios de produção”⁶⁰, também o é que “a luta de classes pode assumir a forma jurídica.”⁶¹, sendo essa forma um mecanismo para trazer algumas conquistas – ainda que limitadas à cotidianidade e ao imediatismo – a indivíduos de uma categoria ou à própria categoria ou classe social.

É sob a luz dessa discussão que se pretende iluminar a trilha que nos conduz à reflexão acerca da história da Justiça do Trabalho no Brasil, bem como de seu ordenamento jurídico e a dinâmica legislativa que o regulou.

1.3 – O DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL

Embora se possa dizer que uma legislação que regulasse as relações de trabalho já existia antes do processo de industrialização, podemos dizer que a formação do

57 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). Processo nº 1116/69. Reclamante: Paula de Souza. Reclamada: Fepasa – Ferrovia Paulista S/A. Jundiaí, 2 de maio de 1973.

58 Idem.

59 Idem.

60 EDELMAN, Bernard. Op. Cit. p. 31.

61 Idem. p. 21.

Direito do Trabalho no Brasil está intimamente ligada ao desenvolvimento industrial e aos acordos internacionais assinados pelo País. Por isso, é importante que se compreenda, antes de qualquer coisa, o trajeto do desenvolvimento de tal legislação em função da formação e afirmação da classe operária brasileira – este recurso também é útil para que, desde já, possamos perceber a posição dialética da lei diante do trabalhador, que ora tem sua condição reforçada por esta e ora se apropria desta e faz dela um palco de embate político, conforme tem-se discutido até aqui.

O processo de industrialização no Brasil se inicia com notável concentração na região sudeste, em meados do século XIX, de maneira bastante irregular e com relações ainda fortemente calcadas em uma mentalidade escravista. Era comum que operários livres dividissem o mesmo espaço urbano, e o mundo do trabalho fabril, com escravos (que podiam ter vários estatutos, como *escravos de ganho*, por exemplo)⁶². Esses trabalhadores livres, geralmente, eram imigrantes europeus (cuja vinda era incentivada pelo governo e intelectualmente apoiada por teorias raciais) que vivenciaram um êxodo rural em função do choque gerado pelo forte ranço escravista nas relações de trabalho do meio rural e o ímpeto combativo trazido pela influência das teorias anarquistas europeias.⁶³

Foi neste contexto que se deu o nascimento da classe operária brasileira e foi nele também que surgiram as primeiras leis de regulação das relações de trabalho urbano livre, como o dispositivo legal assinado, já no ano de 1891, pelo General Manoel Deodoro da Fonseca. Trata-se do Decreto 1.313, que regulamentou o trabalho infantil em espaços fabris, limitando a idade mínima permitida para trabalho nestes espaços em doze anos, para meninos ou meninas, salvo sob regime de aprendizado. Além disso, o referido Decreto limitou a jornada de trabalho para menores, delimitando o tempo em função da idade, sendo esta variável em função do gênero: a jornada diária permitida era de, no máximo, 7 horas, sendo ela aplicável para meninas entre 12 e 15 anos e meninos entre 12 e 14, estando os empregadores de meninos isentos da obrigatoriedade limítrofe um ano antes dos empregadores das meninas.⁶⁴

62 Para maiores detalhes acerca do tema, ver: HARDMAN, Francisco & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Editora, 1982. p. 111.

63 Todo o processo de migração do campo para as cidades, bem como a influência de teorias anarquistas é suficientemente discutida em: LOPREATO, Christina S. R. *O Espírito da revolta (A greve geral anarquista de 1917)*. São Paulo: Annablume, 2000.

Este Decreto ilustra bem o caráter das leis de significarem um freio limitador da ação exploratória das classes dominantes tal como já foi discorrido aqui⁶⁵. Note-se que, em sua epígrafe, o documento identifica a necessidade de ser para que se evite que “sejam sacrificadas milhares de crianças.”⁶⁶ Não se pode deixar de considerar que a garantia de relativo bem-estar aos seus filhos seja uma vitória da classe trabalhadora e a preocupação com este bem-estar fica evidente no Art. 11, que passa a ser citado *ipsis litteris*:

Não poderão os menores ser empregados em deposito de carvão vegetal ou animal, em quaesquer manipulações directas sobre fumo, petroleo, benzina, acidos corrosivos, preparados de chumbo, sulphureto de carbono, phosphoros, nitro-glycerina, algodão-polvora, fulminatos, polvora e outros misteres prejudiciaes, a juizo do inspector.⁶⁷

Assim, notamos que, de fato, como descrito anteriormente, os dispositivos legais podem servir como limitador da atuação da classe dominante e, portanto, podem significar conquistas pontuais à classe operária. Feito este adendo, convém retomar a evolução das leis que regulam as relações de trabalho: aí, temos que, no ano de 1907, o Decreto nº 1.637 viria a criar os sindicatos e regulamentar sua atuação, dando-os a liberdade de constituição independentemente de autorização do Governo (Art. 2º), porém condicionando a legalidade de sua representação dos trabalhadores somente aos sindicatos que “se constituírem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho[...].”⁶⁸

No entanto, foi no período compreendido entre os anos de 1917 e 1920 que, em virtude da grande onda de greves e da ascensão do discurso que reforçava a necessidade de regulação das relações de trabalho e da garantia de direitos sociais que os projetos de

64 Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891.

65 Esse debate é feito de maneira sistemática em: PACHUKANIS, Evgeni. *Teoria Geral do Direito e o Marxismo e ensaios escolhidos*. Trad. Lucas Simone. São Paulo: Sundermann. 2017.

66 Idem.

67 Idem.

68 Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907.

Lei acerca da regulação da relação trabalho-capital ganham mais corpo. Sobre este último, é necessário que façamos um adendo que tem grande importância para a correção da análise que se costuma fazer quando se estuda a ascensão do discurso acerca dos direitos sociais e trabalhistas nesta época.

Ocorre que, usualmente, ao analisar o advento da preocupação com direitos trabalhistas, os historiadores tendem a atribuí-lo ao genericamente ao Tratado de Versalhes. No entanto, na verdade, o que o Tratado de Versalhes trouxe no tocante ao mundo do trabalho foi que, em sua parte XIII, determinou a fundação da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.) e esta, através das Convenções do Trabalho, foi quem, a rigor, suscitou o debate acerca da importância do estabelecimento de um plano que estabelecesse a difusão e manutenção de direitos trabalhistas. O que o Tratado de Versalhes faz é discutir a importância dos direitos sociais *lato sensu*, enquanto as Convenções de Trabalho definem limites e possibilidades específicos da exploração da força de trabalho com fito na construção da paz social.

Tal observação pode ser bastante pertinente quando analisamos o caso brasileiro. Ocorre que o País, pelo então presidente Epitácio Pessoa, sancionou o Tratado de Versalhes através do Decreto número 3.875, de 11 de novembro de 1919 e depois promulgou, pelo Decreto 13.990, de 12 de janeiro de 1920 que “Decreta que o referido Tratado, appenso por copia ao presente decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.”⁶⁹(sic), mas tais decretos tinham como preocupação o estabelecimento da paz internacional. Tanto que, apesar do decreto que “Approva o Tratado de Paz entre os paizes alliados associados e o Brasil, de um lado, e do outro a Allemanha, assignado em Versailles”⁷⁰ a partir de 1919, foi somente no ano de 1934, quinze anos depois, que o País fez sua primeira ratificação a uma convenção da O.I.T. Foi a de número 3, que regulamentava questões concernentes ao emprego da mulher antes e após o parto. Ou seja, as convenções de número 1 (que rege questões acerca da carga horária de trabalho na indústria) e 2 (que versa sobre o estabelecimento de uma política de informação e combate ao desemprego) não foram assinadas pelo País, apesar

69 BRASIL. Decreto 13.990 de 12 de janeiro de 1920. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-13990-12-janeiro-1920-540701-publicacaooriginal-41503-pe.html>

70 BRASIL. Decreto 3.875 de 11 de novembro de 1919. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3875-11-novembro-1919-540699-publicacaooriginal-41501-pl.html>

de este ser signatário do Tratado de Versalhes⁷¹. Provavelmente, a preocupação política era com o estabelecimento da paz internacional e não exatamente com o estabelecimento de direitos no mundo do trabalho, motivo pelo qual torna-se equivocado atribuir a ascensão do discurso acerca da importância dos direitos do trabalhador ao Tratado de Versalhes e não ao estabelecimento da O.I.T., mais especificamente, às suas Convenções do Trabalho.

Já no que concerne às pressões internas ao País, advindas da organização da classe trabalhadora e da difusão de movimentos grevistas, houve, no mesmo período, um movimento oficial no sentido de regulamentar a exploração da força de trabalho urbano. Por exemplo, o Decreto Lei nº 3.550, de 16 de outubro de 1918 autorizava o então Presidente, Venceslau Brás, a reorganizar a Diretoria do Serviço de Povoamento sob o nome de Departamento Nacional do Trabalho, que passou a ter a competência de regulamentar medidas referentes ao trabalho em geral, dirigir e proteger correntes migratórias, supervisionar o processo de colonização de terras e inspecionar o patronato agrícola.⁷² A seguir, encontramos o Decreto de número 3.724, de janeiro de 1919, que versa sobre responsabilidades e direitos quando de um acidente de trabalho e, complementando a discussão sobre o tema, o Decreto 13.498, de março do mesmo ano, que dá ao empregador a alternativa de contratar planos de seguro individual ou coletivo para seus operários. Para Samuel Fernando de Souza, a Lei de Acidentes de Trabalho traria a isenção aos empregadores de responsabilidades penais sobre acidentes de trabalho e, - não *apesar de*, mas *justamente por* isso,

ela foi um passo importante para o processo de regulamentação das relações de trabalho no Brasil. Ela teria definido ‘o direito do trabalho como ramo separado do Código Civil brasileiro, passando-se a considerar o acidente decorrência’ de riscos próprios do ambiente de trabalho industrial, assegurando ao operário o direito à reparação.⁷³

Parece-nos exitosa a interpretação da referida lei enquanto um marco na legislação do trabalho, uma vez que, de fato, ela pode ser considerada a primeira a

71 Para mais detalhes, verificar tabela da Organização Internacional do Trabalho, disponível em: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/lang--pt/index.htm>.

72 Decreto nº 3.550, de 16 de outubro de 1918.

73 SOUZA, Samuel F. A questão social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica”: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923-1932). *Cadernos AEL*, Campinas, nº 26, vol. 14, 2009. pp. 221-252. p. 228.

esboçar um desmembramento no trato às leis. No entanto, parece um pouco exagerado o posicionamento que permite inferir que tal lei teria inaugurado o direito do trabalho como um ramo do direito. Isso porque não basta, do ponto de vista dos juristas, que se reconheçam as relações próprias construídas a partir da vivência no ambiente de trabalho e suas peculiaridades para que se inaugure o direito do trabalho. Para além, o direito do trabalho, como ramificação autônoma do Direito, depende de princípios de reconhecimento da hipossuficiência do trabalhador, da relação assimétrica entre operário e patrão, bem como da sistematização das leis segundo tais princípios e, não obstante, da autonomia do ramo em questão.⁷⁴⁷⁵ Neste sentido, parece mais consistente dizer que a criação do Conselho Nacional do Trabalho, o CNT, como foi feita, pôde contribuir muito mais para a formação de uma sistematização de leis trabalhistas segundo alguns princípios jurídico-trabalhistas, ou seja, que à criação deste órgão, sim, pode ser atribuída de maneira mais correta a gênese – e tão somente a gênese - da formação do Direito do Trabalho no Brasil.

Inaugurado pelo Decreto 16.027, de 30 de abril de 1923, assinado pelo presidente Arthur Bernardes, o CNT tratava-se de um órgão consultivo para os poderes públicos referente a questões ligadas à relação entre empregador e empregado e da previdência social. O Conselho era estruturado segundo organização tripartite, na qual constavam, segundo o artigo 3º: dois entre os operários, dois entre os patrões, dois entre o alto escalão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual estava vinculado, sendo o restante das vagas destinadas a pessoas de reconhecida competência para tanto⁷⁶, todos de nomeação dada pelo presidente da República.

74 Para maior aprofundamento acerca do tema, conferir: BIAVASCHI, Magda B. *O Direito do Trabalho no Brasil, 1930 – 1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas*. São Paulo: LTr Editora, 2007.

75 A definição de competências da Justiça do Trabalho tem sido uma controvérsia, no Brasil, desde então. Essa realidade mudou com a Emenda Constitucional 45, de 2004. Até então, toda a legislação trabalhista (mesmo em outras Constituições) era reticente em relação aos conflitos dados no ambiente de trabalho que poderiam ser da alçada da Justiça Estadual (dita “Comum”) ou da Trabalhista, isso porque as redações legislativas costumeiras se referiam à relação entre empregados e empregadores, ao passo que, a partir da referida Emenda, compete à Justiça do Trabalho todas as “ações oriundas da relação de trabalho”, podendo ser, portanto, os mais diversos litígios oriundos dessa relação tratados sob os princípios da Justiça do Trabalho (o da hipossuficiência e do reconhecimento de assimetria na relação, em especial). Tal feito significou imenso ganho ao trabalhador, uma vez que ações como de assédio moral, dano físico, emocional ou patrimonial passaram a ser julgados levando em conta a fragilidade do trabalhador enquanto sujeito jurídico em dada relação de trabalho.

76 Decreto n. 16.027, de 30 de abril de 1923.

A busca por fazer valer seus direitos levou os trabalhadores a recorrerem sistematicamente ao CNT, motivo pelo qual, “A partir de 1928, o Conselho passou a ter competência para julgar processos relativos a questões de trabalho, mediando e julgando conflitos entre empregadores e empregados [...]”⁷⁷, fato que foi consolidado a partir do Decreto nº 18.074, de 19 de janeiro de 1928, onde pode-se encontrar uma ampliação nas atribuições do Conselho.⁷⁸

É fato, no entanto, que o CNT não tinha ainda segurança institucional para que suas determinações fossem cumpridas se não por dependência do espontâneo acatamento dos envolvidos⁷⁹. Outrossim, as demandas acabavam direcionadas à Justiça Comum, onde o processo poderia chegar a 10 anos até ser julgado.⁸⁰ Apesar disso, devido à disposição da Justiça Comum em manter o parecer exaurido pela CNT, não se pode dizer que este Conselho não teve relativa importância para a formação de uma jurisprudência quando da mediação do conflito capital-trabalho. Desse modo, é possível inferir que a pressão do trabalhador, gerada por sua reação com as leis que o regia, obrigou o CNT a uma ampliação de sua gama de atribuições, de modo que, mesmo não tendo poder para impor sua decisão, passasse a realizar audiências para conciliar conflitos, passando, assim, a ser o embrião da Justiça do Trabalho no País. Assim, quando da ‘revolução de 1930’, à qual muito se atribuiu a paternidade da legislação social no Brasil, já havia no país instituições, práticas e debates jurídicos e políticos que deitaram raízes no corporativismo getulista.

De todo modo, com a consolidação do domínio da burguesia industrial, ocorrida a partir da década de 1930, e com o desenvolvimento do movimento operário que, por sua expansão, aumentou a tensão entre os agentes da relação de produção, o cenário da estrutura política brasileira culmina com a criação do Ministério do Trabalho, no dia 26 de novembro de 1930.⁸¹ Ao chamado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foram incorporadas as Secretarias da Agricultura, Indústria e Comércio, da Fazenda e

77 SILVA, Fernando T. *Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964*. São Paulo: Alameda, 2016. p. 37.

78 Decreto n. 18.074, de 19 de janeiro de 1928. Atentar para art. 10.

79 Na verdade, a aplicação de multas decorrentes da atribuição fiscalizatória ainda era uma pena institucional possível de ser aplicada pelo CNT, desde o ano de 1926, a partir do Decreto 17.496 de 30 de outubro daquele ano, que previa direito de férias a trabalhadores de todos os setores da economia.

80 SOUZA, Samuel F. Op. Cit. p. 249.

das Relações Exteriores, bem como seus respectivos Conselhos, dentre eles o CNT, Conselho Nacional do Trabalho, até então ligado à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Daí o fato de ser comum encontrar referências à conversão do CNT em Ministério do Trabalho, que passa a ser responsável pelo estudo e despacho dos assuntos que estejam relacionados ao trabalho, à indústria e ao comércio, quando, na verdade, o que houve foi uma espécie de fagocitação deste por aquele.

Uma vez extinto o CNT, o Estado deveria responder de alguma maneira à demanda criada pelos trabalhadores que outrora o buscavam enquanto agente de garantia dos direitos adquiridos, através das sessões de conciliação. Já foi dito, mas não custa sublinhar que o CNT não tinha poder de Justiça e, no entanto, era uma das poucas alternativas aos trabalhadores que gostariam de, através dos meios institucionais, fazer valerem seus direitos. Desse modo, no ano de 1932, o governo Vargas promulgou o decreto de número 21.396, de 12 de maio, que instituía as Comissões Mistas de Conciliação (CMC), paritárias, podendo serem compostas por dois, quatro ou seis membros com igual número de suplentes, dos quais metade representava empregadores e outra metade, os empregados e cuja presidência seria nomeada pelo ministro do Trabalho. A competência territorial estava ligada à existência de sindicatos (patronais ou de trabalhadores) e era definida pelo ato que a instituísse e tinha a função de “dirimir os dissídios entre empregadores e empregados”⁸², sendo omissa quanto à natureza – coletiva ou individual – dos dissídios. O mesmo não ocorre com o Decreto n. 22.132 de 25 de novembro de 1932, que criava as Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ), cujo objetivo era “dirimir litígios oriundos de questões de trabalho em que sejam partes empregados sindicalizados e que não afetem as coletividades a que pertencerem os litigantes [...]”⁸³. As Juntas eram compostas por dois vogais, dois suplentes e um presidente.

Já no ano de 1934, a promulgação da nova Constituição marcaria igualmente a história da Justiça do Trabalho. Ocorre que o artigo 122 da Carta de 1934 cria a Justiça do Trabalho que teria a função de dirimir questões entre empregadores e empregados. No entanto, é curioso notar que o mesmo artigo salienta que à essa Justiça “não se

81 Decreto n. 19.433 de 26 de novembro de 1930.

82 Decreto n. 21.396 de 12 de maio de 1932.

83 Decreto n. 22.132 de 25 de novembro de 1932.

aplica o disposto no Capítulo IV do Título I.”⁸⁴, sendo o referido capítulo do citado título concernente ao trato do Poder Judiciário, ou seja, o artigo que dá origem à Justiça do Trabalho no País também é o que a remove da seara do Poder Judiciário, ficando a Justiça do Trabalho à cargo do Poder Executivo.

No entanto, era necessário que se organizasse a estrutura da Justiça do Trabalho, de modo que seu funcionamento e ordenamento possibilitasse a exequibilidade de seu projeto. Assim, no ano de 1939, o Governo Vargas promulga o Decreto n. 1.237, de 2 de maio de 1939. O referido Decreto determina que a administração da Justiça do Trabalho seja exercida pelas Juntas de Conciliação e Julgamento (JCJ), por Juizes de Direito, pelos Conselhos Regionais do Trabalho e pelo Conselho Nacional do Trabalho. As Juntas de Conciliação e Julgamento eram criadas, em via de regra, pelo Presidente da República e contavam com um presidente e seu suplente (também nomeados pelo Presidente da República) e dois vogais – o patronal e o dos trabalhadores – a serem nomeados pelo presidente do Conselho regional a partir de lista encaminhada por associações sindicais também com seus respectivos suplentes.⁸⁵ O Decreto de número 2.851, de 10 de dezembro de 1940, viria implementar algumas modificações em 14 artigos desse decreto de 1939, inaugurando, quando de sua vigência, no ano de 1941, uma justiça trabalhista de estrutura muito próxima daquela que vigoraria por anos no País.

Alterações significativas ocorreriam com a promulgação, no dia 1º de maio de 1943, do Decreto de número 5.452, que instituiria a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), um importante ferramental legislativo que viria compor, inclusive, a cultura da classe operária brasileira que, de acordo com John French apresenta-se como “um verdadeiro corpo caleidoscópico de leis que fornece orientação em quase todos os aspectos importantes do mundo do trabalho [...]”⁸⁶, prevendo possibilidades de atuação da Justiça em diversas questões - centrais ou secundárias – que podem aparecer numa relação de conflito numa dada relação de trabalho. Essa amplidão da abordagem da CLT gerou grande expectativa dos trabalhadores e as expectativas e frustrações, os limites e

84 BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 16 de julho de 1934.

85 Decreto 1.237, de 2 de maio de 1939.

86 FRENCH, John D. *Afogados em Leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 13.

realizações e toda ordem de contradições carregadas pela CLT foi justamente o que forjou a cultura legal da classe operária brasileira, ao menos ao que concerne às Leis trabalhistas. No que toca ao interesse da atual fase da presente pesquisa, cabe ressaltar que a Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada pelo decreto número 5.452 de 1943, criou, por meio de seu art. 644, a estrutura da Justiça do Trabalho, que passaria a ser composta pelos seguintes órgãos: Juntas de Conciliação, Conselhos Regionais de Trabalho e Conselho Nacional de Trabalho.⁸⁷

No ano de 1946, o decreto de número 8.737 de 19 de janeiro alterou a redação de 41 artigos da CLT⁸⁸ e, em seguida, a promulgação do Decreto número 9.797, de 9 de setembro de 1946 determinou, ainda, uma outra redação à Consolidação⁸⁹, criando o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais do Trabalho e mantendo as Juntas de Conciliação. Alguns dias depois, com a promulgação da Carta de 1946 (18 de setembro), a Justiça do Trabalho passa a compor o Poder Judiciário. No capítulo IV, quando versa a respeito do Poder Judiciário, a referida Carta reserva sua sexta Seção para tratar “dos Juízes e Tribunais do Trabalho”, consolidando a incorporação da Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário. Já em seu artigo 122, essa mesma Constituição determina o ordenamento jurídico, equalizando as instituições segundo a nomenclatura e estrutura dada pela redação do Decreto 9.797/1946 e que passou a compor a CLT, consolidando órgãos como o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais e, não obstante, as Juntas ou Juízes de Conciliação e Julgamento.⁹⁰ Na verdade, em suma, o que ocorreu foi que o Conselho Nacional do Trabalho passou a se chamar Tribunal Superior do Trabalho e os Conselhos Regionais do Trabalho passaram a se chamar Tribunais Regionais do Trabalho⁹¹, enquanto as Juntas de Conciliação e Julgamento não sofreram alterações em sua nomenclatura.

87 Decreto-Lei n. 5.452 de 1º de maio de 1943, que promulga a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

88 Alterou o ordenamento da Justiça do Trabalho, porém de maneira menos substancial que o Decreto 9.797/46.

89 Tais alterações podem ser consideradas mais profundas, uma vez que alterou significativamente a estrutura da Justiça do Trabalho, criando os Tribunais Regionais do Trabalho (art. 644), versando sobre a composição das Juntas de Conciliação e Julgamento (art. 647), entre outros.

90 Essa Constituição também definiu o trabalho como obrigação social (Art. 145), proibiu a diferença de trabalho, determinou repouso semanal remunerado, entre outros (Art. 157 e suas alíneas).

Na década de 1950, do ponto de vista político, Vargas retornou ao poder – dessa vez, através do pleito eleitoral - e nomeou João Goulart para chefiar o Ministério do Trabalho. No ano de 1957, o Decreto de número 41.721 promulgou 14 das Convenções Internacionais do Trabalho, firmadas em sessões de Conferência da OIT⁹².

Após o golpe de Estado articulado no ano de 1964, que instaurou uma Ditadura⁹³ Militar no País, a hipertrofia do Poder Executivo trouxe forte abalo no plano legislativo, reconfigurando não só as relações de trabalho, mas também as dinâmicas políticas e sociais, o que impactou sobremaneira a legislação trabalhista e a consecutiva relação do trabalhador com a Justiça do Trabalho. Aliás, convém observar que, no decorrer da Ditadura Militar, a Justiça do Trabalho foi mais procurada pelos trabalhadores que no período que a precedeu. Para se ter ideia, durante o período que precedeu o Golpe de 1964, o ano no qual mais houve registro de processos foi o ano de 1963, que totalizou 15.895 processos no País todo. Já durante a vigência da Ditadura Militar, o número de processos aumentou de 18.029, no ano de 1964, para 40.364 no ano de 1978, que limita o período abrangido na presente pesquisa. Para efeito de compreensão da progressão no crescimento na busca pela Justiça do Trabalho, o gráfico a seguir mostra a evolução

91 O Tribunal do Trabalho da 15ª Região, que ora vale como provedor de fontes de processos para a presente pesquisa ainda não existia, datando sua fundação de 15 de julho de 1986, por força da Lei número 7.520 daquele ano. Até então, os processos trabalhistas do interior do Estado pertenciam à jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, localizado na cidade de São Paulo. A fundação da 15ª Região da Justiça do Trabalho se fez necessária em função do grande fluxo de processos trabalhistas oriundos das relações de trabalho firmadas no interior do Estado, fenômeno que se deu pela interiorização do desenvolvimento econômico do País a partir de políticas econômicas da década de 1970, fator que será abordado em momento oportuno.

92 As Convenções promulgadas foram as de número: 11 (trata do direito de associação e de união dos trabalhadores rurais), 12 (concerne ao direito de indenização do acidente de trabalho), 14 (concessão de repouso semanal nos estabelecimentos industriais), 19 (igualdade de tratamento a trabalhadores estrangeiros e nacionais), 26 (instituição de métodos para fixação de salários mínimos), 29 (versa sobre trabalho forçado ou obrigatório), 81 (trata a inspeção do trabalho na indústria e comércio), 88 (regula a Organização do Serviço de Emprego), 89 (regula o trabalho feminino na indústria e comércio), 95 (versa sobre a proteção do salário), 99 (concernente aos métodos de fixação do salário mínimo dos trabalhadores da agricultura), 100 (versa sobre igualdade salarial entre homens e mulheres) e 101 (versa sobre férias remuneradas na agricultura). Para mais detalhes ver: <http://www.ilo.org/brasil/convencoes/lang-pt/index.htm>. Acesso em: 5 jan de 2018. A convenção de número 81 deixou de vigorar no ano de 1972, por força de Decreto promulgado por Emílio G. Médici, o n. 68.796, de 23 de junho de 1971.

93 A Ditadura Militar brasileira pode ser dividida em dois momentos, sendo que, no primeiro, constitui-se enquanto uma ditadura simples e, num segundo momento, numa ditadura totalitária. Para mais esclarecimentos, ver: NEUMANN, Franz. Notas sobre a teoria da Ditadura In: *Estado Democrático e Estado Autoritário (Biblioteca de Ciências Sociais)*. Org. Herbert Marcuse. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1969.

numérica dos processos ao longo do ano, partindo desde 1960 e indo até o ano de 1980. Este período foi escolhido, apesar de transbordar o recorte temporal eleito, porque possibilita a comparação dos números relativos à busca pela Justiça do Trabalho entre diversos períodos: antes da Ditadura Militar, durante a Ditadura Militar, no período que compreende a vigência o AI-5 e uma pequena amostra do período após o AI-5. Vejamos:

Gráfico 1: Gráfico que aponta o aumento de registro de processos junto à Justiça do Trabalho em todo o País entre os anos de 1960 e 1980, elaborado a partir de dados retirados do Tribunal Superior do Trabalho.

Como se pode observar, o gráfico que aponta que o número de reclamações recebidas pela Justiça do Trabalho segue, grosso modo, um *continuum* de crescimento. Este *continuum* somente é interrompido no vale que pode ser identificado na marca do ano de 1968, com uma brusca queda no número de reclamações registradas pela Justiça do Trabalho.

O vale que se inicia no ano de 1966 e chega à sua maior expressão em 1968 trouxe à presente pesquisa alguns desafios: Afinal, quais fatores explicam tal fenômeno que representa uma queda tão drástica no número de reclamações registradas pela Justiça do Trabalho? A explicação para tal fenômeno é simples e está no âmbito da administração judiciária.

Ocorre que os dados que alimentam o fluxo de demanda trabalhista desta e de outras pesquisas emanam do sistema de estatística do TST, Tribunal Superior do Trabalho, que, por sua vez, bebe de dados enviados pelos Tribunais Regionais do Trabalho, ano a ano. No ano de 1968, o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a que corresponde ao Estado do Rio de Janeiro, se furtou de enviar os dados referentes ao número de reclamações trabalhistas daquele ano e essa distorção nunca foi corrigida. Assim, o Estado do Rio de Janeiro aparece com nenhuma reclamação registrada naquele ano e este fato gera grande distorção nas análises quantitativas acerca do fluxo de processos judiciais.

Ora, uma vez respondida essa primeira pergunta, resta-nos um grande desafio: estimar, de maneira segura, um dado para aquele ano para que se possa complementar o gráfico e continuar com as análises numéricas. Num primeiro momento, esta parece uma atividade simples, uma vez que bastaria determinar, com base nos anos anteriores, uma taxa média de crescimento e aplicá-la nos números de processos do ano de 1967, estimando-se, assim, os números referentes ao ano de 1968. No entanto, se analisarmos os números de outro Estado industrializado na época e que, particularmente, nos interessa mais, o Estado de São Paulo, percebemos que o ano de 1968 não corresponde aos índices históricos porque ele também registra uma queda, apesar de os dados terem sido enviados. Vejamos o gráfico que ilustra a curva no fluxo de processos recebidos pela Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo:

Gráfico 2: Gráfico que aponta o aumento de registro de processos junto à Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo entre os anos de 1960 e 1980, elaborado a partir de dados retirados do Tribunal Superior do Trabalho.

Processos Trabalhistas Recebidos no Estado de São Paulo: 1960 - 1980

Como se pode notar pela curva, a partir do ano de 1966, o Estado de São Paulo também assiste a uma queda no número de reclamações recebidas pela Justiça do Trabalho, embora esta queda seja muito mais tímida que a registrada a nível nacional (e cuja explicação, certamente, tem ligação com a ausência de registros no Estado do Rio de Janeiro, como já explicado). Apesar dessa queda, a taxa média de crescimento acumulada desde 1961 é superior a 9%⁹⁴, o que traria uma estimativa otimista para o ano de 1968, o que não se confirmou, já que o Estado registrou 7.333 reclamações trabalhistas, uma queda de 11% desde 1966. No âmbito nacional, entre 1966 e 1967, a queda foi de aproximadamente 13%, configurando, portanto, uma tendência de queda no número de processos trabalhistas no período, conforme tabela a seguir:

Tabela 1: Tabela demonstrativa do número de reclamações registradas junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, elaborada segundo dados disponíveis em: <http://www3.tst.jus.br/Sseest/JT1941/TRT1941/TRT1941.htm>.

Ano	Número de processos	Taxa Média de Crescimento
1961	5.038	16,73%
1962	4.490	-10,88%

⁹⁴ Essa estimativa de crescimento provavelmente está relacionada à aprovação, em 1963, do Estatuto do Trabalhador Rural, pela Lei número 4.214, de 2 de março de 1963.

1963	5.974	33,05%
1964	6.809	13,98%
1965	7.933	16,51%
1966	8.285	4,44%
1967	7.395	-10,74%
1968	7.333	-0,84%

Dessa forma, para evitar que essa estimativa média de crescimento distorcesse os dados e maquiasses uma tendência de queda na busca pela Justiça do Trabalho, optou-se por analisar, isoladamente, os dados do Estado do Rio de Janeiro, estimando uma tendência de queda ou crescimento naquele Estado para compor, pela soma, um número estimado para 1968. Assim, registrou-se, no Rio de Janeiro os seguintes dados:

Tabela 2: Tabela demonstrativa do número de reclamações registradas junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, elaborada segundo dados disponíveis em:
<http://www3.tst.jus.br/Sseest/JT1941/TRT1941/TRT1941.htm>.

Ano	Número de processos	Taxa Média de Crescimento
1961	3.477	4,5%
1962	3.734	7,4%
1963	4.391	17,6%
1964	4.944	12,6%
1965	4.485	-9,3%
1966	5.726	27,7%
1967	4.324	-24,5%

Como pode ser observado, o Estado do Rio de Janeiro segue, pelo menos até 1967, o mesmo percurso do Estado de São Paulo e do País, apresentando média de crescimento até 1966 e uma ligeira queda a partir de então. Assim, optou-se por se valer da amostragem dos três anos que antecederam o ano de 1968 no Rio de Janeiro, estimando uma taxa média de crescimento de -2,0%, ficando ela próxima da de São Paulo, de -2,3% e confirmando uma possível tendência nacional.

Desse modo organizado, o número estimado de processos para o Estado do Rio de Janeiro no ano de 1968 é de 4.225 processos, sendo que este número deve ser somado ao total registrado no ano de 1968 para o País (uma vez que esse registro não foi feito por ser nulo o número oficial registrado no Tribunal Superior do Trabalho), ou seja, 14.113 para dessa forma, se chegar a uma estimativa para o cenário nacional, que naquele ano seria, portanto, de 18.338 reclamações trabalhistas registradas, apresentando uma ligeira alta, se considerarmos o ano anterior, com 17.984 processos.

Assim, com esse dado estimado para o cenário nacional, podemos finalmente estabelecer uma comparação entre a curva gerada pelo movimento de processos em

cenário amplo e restrito, ou seja, considerando todo o País e o Estado de São Paulo para demonstrar que a curva gerada pela análise da quantidade de reclamações trabalhistas registradas no Estado de São Paulo segue uma tendência nacional, com variações locais mas sem dissonâncias significativas:

Gráfico 3: Gráfico que aponta a evolução de registro de processos junto à Justiça do Trabalho no Estado de São Paulo em comparação com o Brasil entre os anos de 1960 e 1980, elaborado a partir de dados retirados do Tribunal Superior do Trabalho.

Resolve-se a questão da ausência de dado, permitindo comparação mais fidedigna entre o fluxo de processos no Estado de São Paulo e todo o território nacional. Porém, uma dúvida ainda remanesce: Que fator promove essa queda assistida a partir de 1966 na busca pela Justiça do Trabalho?

Mais intrigante ainda se observarmos que esta diminuição tem seu momento mais expressivo justamente no ano em que:

presenciamos a era das múltiplas explosões e revoltas: operárias, estudantis, feministas, dos negros, dos movimentos ambientalistas, dos homossexuais, dentre tantas outras formas de levante e descontentamento social e político, naqueles anos que selavam o “fim dos anos dourados”.⁹⁵

95 ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, v. 12, n. 2, p. 78-89, jul./dez. 2007.

Trata-se dos reflexos do movimento de maio de 1968 francês no Brasil. Para além, dois grandes movimentos organizados pelos operários brasileiros tomam forma neste ano: as assim chamadas greves metalúrgicas de Osasco e a greve de Contagem⁹⁶ e talvez a explicação na queda das reclamações trabalhistas pode ter alguma relação com estes movimentos. Explica-se: primeiro porque a efervescência política no mundo operário inspirava o trabalhador a buscar meios coletivos de reivindicação, apresentando-se a Justiça do Trabalho como um recurso mais distante para a realidade do trabalhador.⁹⁷ Numa outra explicação, mais complementar que alternativa, a organização dos trabalhadores e a repercussão dos movimentos paredistas poderiam ter pressionado os patrões no sentido de, preventivamente, melhorarem as condições de trabalho ou, ao menos, afrouxar a rígida disciplina fabril, gerando menor demanda reclamatória. Não obstante e ainda nessa linha, pode-se observar que, no ano de 1967 o Estado de São Paulo já registra uma queda no número de processos reclamados e a explicação talvez seja a organização da classe trabalhadora paulista em torno da luta contra o arrocho, que se materializou na criação por mais de 40 sindicatos, em outubro de 1967, do MIA (Movimento Intersindical Antiarrocho), o que pode corroborar a hipótese de que a organização da classe trabalhadora tem relação com a diminuição das reclamações trabalhistas.

Seja como for, fato é que, como se pode observar, guardadas as proporções numéricas em relação ao fluxo de processos recebidos pela Justiça do Trabalho, as curvas (tanto de queda quanto de recuperação) se dão no mesmo momento histórico para o País e para o Estado de São Paulo, embora de maneira bem mais acentuada se nos atentarmos ao cenário nacional. À guisa de exemplo, citemos a já comentada queda de demanda processual observada a partir do ano de 1966 e que atinge seu ponto mais expressivo em 1968: no cenário amplo, o nacional, a partir daquele ano, assiste-se a uma queda de reclamações feitas à Justiça do Trabalho e elas passam de 20.741

96 Para aprofundamento no tema e discussão acerca da espontaneidade dos movimentos, ler: WEFORT, Francisco. Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968. Cadernos do Cebrap, n°5, São Paulo, 1972.

97 Essa hipótese ganha corpo quando analisamos o cenário de Minas Gerais (que foi palco da greve de Contagem): no ano de 1966, o TRT de Minas Gerais recebeu 1.936 reclamações, no ano seguinte, recebeu 1.634 e, no ano de 1968, recebeu 1.758 reclamações, acumulando uma taxa média de crescimento de -4% no período.

processos em 1966 para 18.338 processos em 1968, numa queda de 11,6%⁹⁸. No mesmo período, no Estado de São Paulo, a queda assistida foi de 8.285 em 1966 para 7.333 em 1968, ou seja, 11,5%, proporcionalmente similar ao índice nacional, o que se explica pelo fato de o Estado de São Paulo ser o mais industrializado do País desde então.

Já após o ano de 1968, talvez pela disciplinarização da força de trabalho imposta pela política repressiva do Ato Institucional de número 5, a consequente atrofia dos aparelhos sindicais e a piora das condições de trabalho, o número de reclamações trabalhistas retoma seu crescimento. A explicação para este crescimento pode estar também na expansão da industrialização e mesmo na difusão do ideal dos direitos trabalhistas. Para se ter ideia de que esse crescimento na busca pela Justiça do Trabalho é uma constante na história, no ano de 1990, a Justiça do Trabalho recebeu 145.646 reclamações, em 2000 recebeu 418.378 e, em 2010, 686.432.

Já a partir de 1969, o número de trabalhadores que recorreram à Justiça do Trabalho por algum motivo retomou seu usual crescimento e esse aumento constante no número de trabalhadores que buscam registrar suas reclamações junto à Justiça do Trabalho foi um fenômeno que não escapou às análises acerca dos processos trabalhistas à época. Imbuídos de valores típicos de seu tempo, advogados patronais, ávidos em deslegitimar a luta do trabalhador em sua jornada em busca da garantia de seus direitos, não raro evitavam interpretar o aumento das reclamações como fruto do processo de precarização para assumi-las como busca por vantagens, conforme ilustra um excerto retirado de um processo analisado: “aquilo que se convencionou determinar de ‘indústria das reclamações’, de que inescrupulosos lançam mão para obter vantagens indevidas.”⁹⁹

Não obstante, houve também um aumento numérico na atuação da Justiça do Trabalho: no período que abrange um decênio que precede o golpe, a Justiça do Trabalho recebeu um número de 386.974 processos trabalhistas, tendo julgado 382.605 deles, ou seja, foram julgados 91% dos processos registrados em todo o País. Já no período entre o ano do Golpe, 1964, e o que limita o recorte temporal da presente pesquisa, o de 1978, o número de processos trabalhistas registrados foi de 386.974 e o de processos julgados foi de 382.605, alcançando a proporção de 98% de processos,

⁹⁸ De acordo com estimativa fornecida por modelo adotado e já justificado.

⁹⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1379*. Reclamante: Antônio Gomes de Campos. Reclamada: Cine Votorantim. Jundiaí, 24 de agosto de 1970.

chegando alguns anos, como o de 1969, a haver um superávit no número de processos julgados, isto é, em alguns anos o número de processos julgados foi superior ao de processos registrados na Justiça do Trabalho¹⁰⁰. Verifiquemos, a seguir, o gráfico comparando estes números a nível nacional:

Gráfico 4: Gráfico que aponta comparação entre o número de registro de processos junto à Justiça do Trabalho e os processos julgados por ela em todo o País entre os anos de 1960 e 1980.

Essa variação é também assistida no Estado de São Paulo, mais ou menos, com a mesma regularidade. Vejamos o gráfico que compara ambas as realidades, a nacional e a estadual:

¹⁰⁰ Ver anexo 1, Tabela 1, p. 61.

Gráfico 5: Gráfico que aponta, de maneira comparativa, a relação entre o número de processos recebidos e o número de processos julgados pela Justiça do Trabalho em âmbito nacional e estadual.

Como se pode observar, há um crescimento contínuo tanto no número de processos recebidos quanto no número de processos analisados durante todo o período retratado¹⁰¹. No entanto, existem alguns períodos nos quais este aumento foi mais relevante. É o que se nota, por exemplo, entre os anos de 1968 e 1970, quando o número de processos analisados cresceu de 15.714 em 1968 para 26.154 em 1970, em nível nacional, numa taxa superior a 66%. O Estado de São Paulo seguiu o mesmo ritmo, assistindo a um salto para além do dobro, indo de 5.514 para 12.344, numa taxa de 123,8% de aumento na eficiência da Justiça do Trabalho neste período.

Embora não haja motivos políticos, econômicos ou sociais relevantes o suficiente para explicar este aumento, existem algumas medidas administrativas da Justiça do Trabalho que podem trazer luz à investigação. Ocorre que, no ano de 1968, algumas medidas foram tomadas com o fito de promover melhor eficácia na Justiça do Trabalho. Por exemplo, a Lei 5.442 de 24 de maio de 1968 divide o Tribunal em 3 Turmas (trazendo a terceira instância para a Justiça do Trabalho), o que facilitou os julgamentos de processos trabalhistas. Além disso, no ano de 1968, foram convocados, de concurso público realizado em 1964, 17 novos juízes para a 1ª instância e 2 novas

¹⁰¹ Este padrão, na verdade, se mantém durante toda a história da Justiça do Trabalho, em crescente constante até os dias de hoje.

Juntas de Conciliação foram instaladas¹⁰² no Estado. Por fim, ainda no ano de 1968, foi publicado novo Regimento Interno para disciplinar o trabalho nas atividades judiciais e administrativas e realizado concurso público para a contratação de servidores para o cargo de auxiliar judiciário.¹⁰³

Ora, não é difícil relacionar o aumento da eficiência da Justiça do Trabalho e a retomada no crescimento do número de trabalhadores que, sob a disciplinarização imposta pelo AI-5 sobre seus órgãos representativos, a buscou. E esse aumento de demanda coincide também com o período do chamado Milagre Econômico, momento de grande crescimento econômico que durou até o ano de 1973 e que trouxe o lema “Este é um país que vai pra frente”.

Não à toa “a Volks [...] reconheceu que a produtividade de seus operários tem crescido de ano para ano – a produção de veículos por empregado pulou de 10,4 por ano em 1971 para 12 em 1972 e para cerca de 14 este ano [de 1973...].”¹⁰⁴

Também é fato que a disciplinarização da força de trabalho através da promulgação dos Atos Institucionais – em especial o de número 2 e o de número 5 – foi força motriz do desenvolvimento econômico assistido à época, o que penalizou o trabalhador com a precarização do trabalho:

Em 1971, para uma população ativa de 7,6 milhões de pessoas, foram registrados 1,4 milhão de acidentes; em 1972, para 8 milhões de trabalhadores, 1,5 milhão de acidentes; e em 1973, para uma população ativa um pouco superior à do ano anterior, foi registrado 1,6 milhão. Em números relativos, algo próximo da assombrosa taxa de 20% de ocorrências, um dos mais altos índices do mundo.¹⁰⁵

Portanto, os dados mostram que o aumento no número de processos analisados pela Justiça do Trabalho obedeceu a uma necessidade que se impôs em função do recrudescimento da exploração da força de trabalho no país, recrudescimento este que foi incentivado pela nova dinâmica político-social imposta pelos mecanismos

102 BRASIL, TRT-2: Relatório da Presidência, 1968, p. 17.

103 Idem.

104 “Aumentando a velocidade das máquinas”. In: *Opinião*, nº 67, 10 de Dezembro de 1973. apud. SINGER, Paul. *A crise do milagre: interpretação crítica da economia brasileira*. 8ª edição. São Paulo: Paz e Terra. 1989.p.82.

105 “As mais altas médias do mundo”. Idem.

repressores previsto nos Atos Institucionais e que reconfiguraram os mecanismos de organização produtiva, atingindo a organização da legislação trabalhista e, conseqüentemente, a relação entre capital e trabalho, de modo a proporcionar, a partir da atenuação da atuação dos sindicatos através da ação de interventores¹⁰⁶, condição ideal para o crescimento econômico tal qual se viu naquele momento. Muito provavelmente, reprimir, pela violência, as lutas sociais e canalizar essa insatisfação para a individualidade promovida pelos ritos jurídicos pareceu ser uma ideia interessante para atenuar o ímpeto resistivo dos trabalhadores, alijados da parcela que lhes cabia do crescimento econômico assistido. Como pretende-se demonstrar, não funcionou.

CAPÍTULO 2

O cerne temático da presente pesquisa, qual seja, a identificação e apontamento do teor classista em ações prosaicas, diluídas ao longo da vida do trabalhador durante o mero exercício de suas práticas cotidianas relacionadas ao mundo do trabalho, exige, também, uma análise mais quantitativa das fontes utilizadas. Isso porque é a observação dessas práticas e sua posterior categorização que permitirá o apontamento de uma regularidade nas ações estudadas. A identificação de tal regularidade, por sua vez, irá delinear as possibilidades de relação entre as ações enquanto componente sistêmico, formado por um conjunto de práticas que historicamente foram incorporadas à própria cultura operária. Assim, a reflexão que aqui se pretende lançar afasta os atos de resistência silenciosa, impetrada por trabalhadores, dos meandros do discurso da psicologia do trabalho, que insiste em reduzir tais ações a fatos isolados e que, extirpando todo o conteúdo de conflito de interesses antagônicos dessas ações, imputa a elas a qualidade de um desvio pessoal de conduta ética e moral, sem nenhuma ligação estrutural, ou seja, apartada das vicissitudes inerentes ao conflito entre trabalho e capital sob a organização capitalista da produção.

Desse modo, o que se pretende é demonstrar que existe um único fio que compõe o tecido de conflitos laborais, aqui expressos a partir de demandas judiciais

106 Para maiores detalhes acerca do conflito governo x sindicatos durante a Ditadura Militar, ver: SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. In: *Política & Sociedade*, Florianópolis, vol. 7, n. 13, pp. 279-309, outubro de 2008.

trabalhistas, e que, apesar de assumir formas distintas, apresenta-se sempre permeado pela coloração do conflito alimentado pelo antagonismo de interesses entre as classes que, nas ações aqui registradas, materializaram-se na forma humana e ganharam, no palco de disputas tal qual se desenha a Justiça do Trabalho, os pronomes de Reclamante e Reclamado.

De maneira geral, esta pesquisa se encaixa em um debate mais amplo dentro do marxismo, que gira em torno de uma pergunta que quase sempre aparece quando se pensa a respeito da hegemonia (em todos os aspectos) de uma classe sobre outra: Por que as classes dominadas, mesmo quando têm a possibilidade de se sublevar, parecem transigir as regras que as colocam sob a autoridade da classe que detém os meios de produção?¹⁰⁷ Aqui, o que se pretende ao entrar neste debate não é exatamente responder a essa pergunta, mas defender que ela é elaborada a partir de pressupostos equivocados, que ignoram os meios de resistência encontrados pelo trabalhador – os mais seguros, do ponto de vista da própria manutenção política e biológica. Para Celso Frederico, no âmbito da sociologia, essa ação de aprisionamento teórico do daquilo que se analisa se dá em benefício do encarceramento, por parte de intelectuais, a objetos de análise nos entremuros de teorias consagradas e esta prática deve ser evitada. Parece razoável estender a reflexão, por analogia, ao campo da História. Nas palavras do autor:

Quem quer pensar dialeticamente a realidade social não pode começar por ‘hipóteses de trabalho’ e definições a priori, tal como costuma fazer a sociologia acadêmica ávida por aprisionar o objeto de estudo em pressupostos conceituais que, por lhe serem externos, forçosamente o violentam.¹⁰⁸

Portanto, o que se pretende demonstrar é que a aceitação passiva das classes subalternas é um fenômeno que não existe e que, pelo contrário, a resistência do trabalhador se expressa pela regularidade e sistematização com que pequenos atos cotidianos de insubordinação e improbidade se dão em ambiente de trabalho, apesar de sua relativa ineficácia sob o ponto de vista estrutural: é no cotidiano que se sofre e é

107 Essa pergunta é colocada de maneira mais extensa, menos objetiva, e com discussão apoiada no argumento de diversos autores em: SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: Discursos Ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013. 1ª Edição. pp. 114-127.

108 FREDERICO, Celso. *A vanguarda operária*. São Paulo: Ed. Símbolos. 1979. p. 15.

também nele que se expressa o descontentamento diante de tal sofrimento, ou que se tenta combatê-lo.

Não obstante, uma análise mais ampla das fontes, além da identificação de possíveis regularidades de métodos e ações dos trabalhadores, pode trazer um outro indício de que essa alegada condescendência não encontra lastro na realidade, uma vez que – em se tratando da análise de processos judiciais trabalhistas – a busca pela Justiça do Trabalho já se coloca, em um contexto de conflito, como uma ferramenta que permite o acesso a alguns direitos imediatos e que, por sua vez, foram construídos a partir da organização e luta da própria classe trabalhadora. Assim, ao registrar uma reclamação na Justiça do Trabalho, o trabalhador oficializa uma ação que não se inicia nem se encerra neste ato.

Pelo contrário, esta ação é um resgate de lutas anteriores (ou, mais especificamente, de conquistas anteriores); é a evocação, portanto, da história operária; é a formalização da conquista coletiva e da interferência histórica no cotidiano. Além disso, esse ato – o de se recorrer à intervenção do Estado é, em si, a materialização ou, mais propriamente, o desdobramento da sublevação silenciosa e cotidiana ocorrida de maneira perene onde quer que há – ou tenha havido – uma relação de exploração do homem pelo homem, sob a égide do modo capitalista de produção.

Daí a importância de se olhar para o conjunto da fonte, para que se verifique em que medida tal fonte viabiliza o resgate da luta de classes, mas – acima disso – como ela se coaduna com outros recortes possíveis como a relação de gênero, as lutas pontuais de categorias ou de trabalhadores de uma fábrica ou de uma microrregião, com as formações nucleares de grupos familiares, com as relações entre sindicatos e trabalhadores e com uma infinidade de outros fatores sociais que se embutem ou se somam às relações de classe postas, dando origem a novas formas de dominação. Além disso, uma análise quantitativa das fontes pode trazer algum indício do papel da Justiça do Trabalho no período e região eleitos como recorte para esta pesquisa: em que medida há o reconhecimento às já citadas conquistas históricas dos trabalhadores e, sobretudo, quantas e quais reclamações são consideradas procedentes pelo judiciário e contra quem elas se direcionam? Qual a posição do Estado diante das formas encontradas pelos trabalhadores para resistir à disciplina fabril que lhe é imposta? Que práticas patronais são entendidas como nocivas à perpetuação das relações de produção e que, portanto, devem ser coibidas – ou, em outros termos, quantos anéis se deixam ser levados para que se salvem os dedos da mão invisível? Essas e outras perguntas somente podem ser

respondidas a partir de um olhar distanciado, apesar de atento, ao conjunto das fontes, a partir da análise da regularidade de ações dos agentes envolvidos e da sistematização das respostas dadas pelo Poder Judiciário aos conflitos que inundaram (e continuam inundando) os locais de trabalho no interior do Estado de São Paulo. E é com essa ambição que se mergulha no capítulo que aqui se constrói.

2. 1 – O UNIVERSO DAS FONTES

Para que se tenha dimensão do universo de processos sobre o qual a presente pesquisa lança suas reflexões, vale a pena dedicar algum tempo discorrendo acerca dos números dos documentos processuais envolvidos e analisados. Assim, relembra-se que o número de reclamações julgadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região para o período analisado é de 41.818¹⁰⁹. Destes, foram analisados 552 documentos processuais, o que significa dizer que esta pesquisa analisou 1,32% dos autos julgados em todo o Estado de São Paulo, sendo que todos esses 552 processos considerados para análise foram oriundos de relações de trabalho vivenciadas no interior do Estado, ou seja, dentro do recorte proposto. Destes, foram escolhidos aqueles que, de alguma maneira, registravam conflitos laborais possíveis de serem definidos como expressão de uma relação de classe conflituosa estabelecida no ambiente laboral que, aqui, convencionou-se a chamar “Resistência Silenciosa”.

Não se trata, aqui, de alegar que os outros autos nada traziam de conflitos, mas de dizer que os conflitos ali vivenciados guardavam relações que passavam ao largo do escopo de possibilidades que essa pesquisa vislumbra, chegando alguns a relatarem conflitos surgidos por políticas ou ações que, por amplas que são, transbordam a vivência cotidiana, alvo principal desta pesquisa. Um exemplo disso são os processos originários de conflitos trazidos pela aprovação da Lei 5.107, de 13 de setembro de 1966, que criava um novo regime de contratação aos funcionários, substituindo a estabilidade de emprego por um fundo de indenização, o chamado FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). Ocorre que a referida lei facultava ao trabalhador a opção pela estabilidade ou pelo acesso ao fundo e, no entanto, o que ocorria na prática

109 Cabe sublinhar que, à época, não existia o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (responsável pelos processos trabalhistas ensejados no interior do Estado) e que, portanto, todas as reclamações registradas no Estado de São Paulo eram julgadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, sendo, portanto, impossível estimar quantos destes 41.818 processos eram relacionados a relações de trabalho do interior do Estado, território que compõe o recorte espacial eleito pela presente pesquisa.

era que o padrão condicionava a contratação do empregado (ou sua permanência no emprego) à opção pelo Fundo de Garantia, gerando conflitos de interesses que eram resolvidos judicialmente. Este caso é um dos que não foram analisados, não por não se reconhecer o conflito que havia entre trabalho e Capital, mas por este conflito se dar por meios e motivos que compõem temas que escapam aos objetos da pesquisa, isto é, parece evidente que a sanção de uma lei que atenua o direito de um trabalhador e, além dela, a própria prática patronal de condicionar a permanência ou contratação de um profissional à aceitação da condição que lhe seja menos vantajosa sejam fatores absolutamente enquadráveis no contexto da luta de classes, da extração da mais-valia e do domínio de um grupo por outro. No entanto, não é sob essa forma específica de conflito que esta pesquisa anseia lançar seus holofotes de análise, motivo pelo qual documentos como esses foram apartados da gama de fontes analisadas.

Não obstante, parece importante notar, enquanto ação preliminar, que a categorização dos conflitos expressos nestes documentos é um procedimento que só pode ser concluído com sua análise integral. Isso porque os descritivos constantes nas capas dos autos estão sujeitos à subjetividade daquele que a preenche e, além disso, varia em função das declarações iniciais do trabalhador. À guisa de exemplo, um trabalhador que foi demitido por justa causa pode admitir, inicialmente, a natureza de sua demissão e, assim, o *objeto*¹¹⁰ do processo passa a ser descrito como “revogação de demissão por justa causa” ou “reincorporação profissional” etc. Por outro lado, o trabalhador, para se preservar e convencer sua audiência, pode alegar simplesmente que não recebeu as devidas verbas rescisórias. Nestes casos, o preenchimento de indicação do *objeto* da ação proposta pode ser dado com redações como “aviso prévio, 13º salário, férias e saldo salarial”, que é a reivindicação do trabalhador. Há, ainda, os casos em que o trabalhador admite inicialmente a demissão por justa causa e, ainda assim, a informação de capa traz dados que não o pressupõem. É o que ocorreu com o auto de número 2.447/69, em que se lê em capa: “av. [aviso] prévio, 13º sal. [salário] e férias prop. [proporcionais], e alvará do FGTS [sic]” e, na primeira página, o termo de reclamação traz a informação “que, a reclamante foi dispensada sob alegação de justa causa, pelo fato de estar correndo dentre as dependências da reclamada, o que era

110 Objeto, neste sentido, é a terminação técnica para aquilo que se anseia ao postular uma ação na Justiça do Trabalho. Para evitar confusões com “objeto” no sentido de ser o ponto central analisado nessa pesquisa (objeto de pesquisa), quando se fizer referência ao objeto da ação analisada, ele estará em itálico, ao passo que o objeto de pesquisa aparecerá em tipografia regular.

proibido [sic]”.¹¹¹ O que se observa disso é a dificuldade em se categorizar os documentos processuais, de quantificar os casos em que ocorre uma ação de cunho classista e de resgatar a memória dos envolvidos e da própria Justiça do Trabalho, dificuldade essa que é agudizada por uma política de preservação que retrata a mentalidade do tempo em que vigora e que, portanto, pode contribuir para a preservação ou, de outro lado, para a destruição de processos (ou parte deles) que poderiam vir a ganhar importância enquanto fonte de pesquisa ao longo do tempo, ou seja, quando é tarde demais, haja visto que sua destruição já pode ter ocorrido.¹¹² Assim, a partir dessa realidade imposta, dos mais de quinhentos documentos analisados, somente 84 processos cumpriram o papel de fontes efetivas para a presente pesquisa, ou seja, 15,22% dos documentos analisados são passíveis de serem classificados como fruto de ações de resistência silenciosa em ambiente laboral. Número bastante significativo, se considerarmos duas questões que parecem bastante relevante. A primeira é que alguns autos processuais registram a reclamação de vários trabalhadores – são as chamadas ações coletivas -, sendo que, considerando esta questão, o número de pessoas envolvidas no conflito (e, portanto, afetadas pelas ações e reações cotidianas e pelas decisões dos julgadores) sobe para 105. A segunda questão é o próprio rigor e a seletividade com que tratamos as definições que traremos para o conceito de formas silenciosas de resistência, que acaba por excluir boa parte das relações conflituosas em ambiente laboral. Esse quadro é agravado pela possível distorção em sua proporção – representada pela fração de quase 1/6 dos autos analisados -, uma vez que a destruição de processos respeita um rito de análise que não exatamente prioriza a preservação daqueles que elegemos como potencial fonte de estudo e pesquisa.

De todo modo, os processos que, por um motivo ou outro, resistiram ao tempo, ao rigor das definições teóricas que tentamos imprimir nas análises e às limitações humanas para a análise do montante de documentos, foram cuidadosamente analisados e

111 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 2447*. Reclamante: Judite de Almeida Leite. Reclamada: Vigorelli do Brasil S/A. Jundiaí, 14 de julho de 1969.

112 Muitos documentos são destruídos em função da lei de preservação em vigor a cada momento histórico. A maioria não é digitalizada e somente são mantidos nos centros de memória aqueles em que os valores monetários envolvidos possam vir a ser necessários para fins legais de herança, propriedades, tributação etc. Também são considerados imunes ao processo de destruição aqueles que, por algum motivo e segundo critérios não muito científicos, possam ser considerados de elevada relevância histórica. Não parece excessivo sublinhar a ressalva de que a importância histórica de uma fonte varia em função do tempo e que ela é analisada e que, portanto, essa categorização está permeada por graves atentados à memória e à própria história.

forneceram tantos dados quanto era possível. Agora, para serem compreendidos em sua plenitude, tais documentos parecem carecer de alguma descrição quanto à sua estrutura e a forma como cada componente é construído para formá-la e, para atender essa necessidade, é o que se passa a fazer.

2.2 – ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DE UM PROCESSO TRABALHISTA

Tendo fito no cumprimento da função principal de uma pesquisa acadêmica – a formação e propagação do conhecimento -, faz-se mister que o conteúdo científico produzido possa transitar entre os mais diversos públicos, ainda que se assuma que este trânsito esteja restrito ao pouco numeroso público acadêmico. Por isso, para que o leitor compreenda de maneira mais satisfatória como se coadunam os dados coletados e sistematizados para a condução da reflexão que ora se apresenta a partir da análise das fontes, é mandatório que se passe a versar acerca da estrutura compositiva de um processo judicial trabalhista, bem como as personagens e etapas que a compõe, pois só a partir do domínio dessa informação, será possível que o leitor compreenda e avance nas reflexões aqui apresentadas.

2.2.1 – OS RECLAMANTES E OS RECLAMADOS

Parece oportuno e desejável que se identifique as partes envolvidas no documento ou, se colocado de maneira mais exata, que se perceba como a construção de um processo judicial está relativamente condicionada ao papel ocupado por cada uma das partes que ali se apresentam sob a nomenclatura estéril e despersonalizada de Reclamante e Reclamado¹¹³, sendo o primeiro aquele que leva a demanda à Justiça do Trabalho, que a provoca, e o segundo, aquele contra quem a demanda é direcionada.

Ocorre que, em torno dos casos que aqui serão expostos – os decorrentes de atos de insubordinação, desídia, furto, sabotagem, agressão etc. – três foram as realidades encontradas, sendo que, em duas delas, o trabalhador se configura enquanto Reclamante e, em uma delas, de maneira bastante excepcional, enquanto Reclamado. A primeira é

113 De acordo com a CLT, tanto o empregador quanto empregado pode buscar a Justiça do Trabalho, sendo, então, ambos passíveis de figurarem como Reclamante ou Reclamado. No entanto, é muito mais comum que o empregado busque solucionar suas questões na Justiça do Trabalho e, por isso, aqui, via de regra, para se referir de modo genérico, “Reclamante” será a forma de referenciar a figura do trabalhador e “Reclamado”, a do patrão. Quando as circunstâncias exigirem a alteração dessa lógica, a menção será feita.

aquela em que o trabalhador pratica uma ação de resistência silenciosa e, ao ser pego, é demitido por justa motivação, com amparo no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho – a CLT¹¹⁴. Em ato contínuo, o trabalhador tende a questionar judicialmente a demissão por justa causa e, neste caso, é o trabalhador quem impetra a ação – figurando, portanto, como Reclamante - para reverter não exatamente a demissão, mas a justa motivação para ela, com o objetivo de receber as verbas rescisórias, decorrentes da interrupção do contrato de trabalho.¹¹⁵ Aqui, parece oportuno sublinhar que, muitas vezes, o trabalhador chega, durante a elaboração de sua reclamação, a omitir a justa motivação para a demissão, alegando não conhecer o motivo para tanto ou alegando não perceber as verbas rescisórias, apesar da alegação de natureza arbitrária do processo de demissão - o que pode ser contradito quando, em sua manifestação, a Reclamada (neste caso, o empregador) traz indícios da justa causa para a demissão. Exemplo disso é o que ocorreu no processo trabalhista de número 1046/68¹¹⁶, auto em que a petição inicial trazia que “(...) exercia as funções de supervisor de seção, com salário hora de NCr\$ 1,85 (hum cruzeiro novo e oitenta e cinco centavos). Sendo injusta a despedida, pede a condenação da reclamada (...)”¹¹⁷ e, no entanto, a empresa alegou que

improcede a pretensão do Rte. [Reclamante] porquanto a despedida que lhe foi imposta, se deveu, única e exclusivamente a prática de falta grave, que se resume no seguinte: a) o Rte. [Reclamante] há tempos vem tratando de maneira rude e grosseira seus colegas e subordinados. (sic)

Essa versão apresentada pela Reclamada, a metalúrgica Krupp, ganhou ecos com o depoimento de testemunhas: como o que alega “[...] que o Reclamante tratava

114 Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

115 As verbas rescisórias eram descritas no Artigo 472 da CLT e, não obstante, atende ao Artigo 7º, inciso I, da Constituição Federal, que versa sobre o direito do trabalhador a uma “relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;”

116 Este processo tem uma peculiaridade porque, apesar de apresentar como ano de inauguração o de 1968, o que o qualifica para o recorte, seu início se deu no ano de 1967 (quando apresentava o número 1350/67) e seu andamento adentrou à década de 1970, motivo pelo qual decidiu-se por mantê-lo no escopo de análise.

117 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1046/68*. Reclamante: Florivaldo Camocardi. Reclamada: Krupp Metalúrgica Campo Limpo S/A. Jundiaí, 31 de maio de 1967.

descortosamente seus subordinados, sendo que no ano passado foi advertido pelo próprio depoente a fim de que mudasse a maneira rude de tratar seus subordinados [...] (sic)”¹¹⁸ ou o que traz “[...] que subordinados do reclamante se queixavam do modo de tratá-los [...]”¹¹⁹. Impossível é avaliar se a versão inicial do trabalhador é fruto do ardil do advogado com a finalidade de preservar as primeiras impressões acerca de seu cliente ou se a omissão partiu do próprio trabalhador, objetivando criar uma narrativa que o garantisse o recebimento das verbas pela rescisão do contrato de trabalho.

Não obstante, existe um segundo caso no qual o trabalhador também figura como o agente provocador¹²⁰ do Poder Judiciário. Neste caso, o que ocorre é que o trabalhador procura a Justiça antes de ser demitido para que uma reivindicação seja atendida, uma ameaça seja neutralizada ou mesmo para que o próprio juiz promova a rescisão contratual indireta, de acordo com o Artigo 483, da CLT, de modo que o trabalhador possa ter o contrato rescindido sem prejuízo no recebimento das verbas rescisórias. O resgate de alguns documentos também pode ilustrar de maneira satisfatória alguns desses casos.

Por exemplo, o processo de número 369 do ano de 1973, ocasião em que um trabalhador que exercia suas atividades profissionais em uma fazenda desde o ano de 1943 solicitou a rescisão de seu contrato de trabalho porque, após 30 anos de prestação de serviço, não se sentia mais em condições físicas¹²¹, em função do avanço de sua idade, para a continuidade de seu exercício profissional. Ele alegou:

ocorre que com o decorrer do tempo e, portanto já idoso, os serviços que lhe são exigidos, são superiores às suas forças, evitando dessa forma o cumprimento de suas obrigações contratuais. [...] Portanto, não podendo mais suportar as condições de trabalho que lhe são exigidas, vem requerer a rescisão de seu contrato de trabalho [...].¹²²

118 Idem.

119 Idem.

120 Parece importante ressaltar que, na Justiça, existe o que se chama de “Princípio da inércia do juiz”, expresso pela máxima em latim “*ne procedat iudex ex officio*”, segundo o qual a Justiça (ou o juiz) não pode agir senão sob provocação de quem tem o direito (ou legitimidade) para tanto.

121 Neste processo, em particular, o amparo legal do Reclamante não foi o Artigo 483 da CLT, mas o Artigo 87 do Estatuto do Trabalhador Rural vigente (Lei número 4.214, de 2 de março de 1963).

Neste caso, o trabalhador solicitou a rescisão contratual, mas existem outros casos, como o do Processo de número 169/70, no qual o trabalhador, que era um estudante, solicitou judicialmente a troca do horário de trabalho porque seus estudos estavam sendo prejudicados pelo horário em que eram executadas suas atividades laborais. Este processo, aliás, ilustra o caso em que o trabalhador figura, no documento judicial, como o Reclamante mas, não obstante, ilustra como a Justiça do Trabalho pode também representar a extensão da luta cotidiana e, além disso, como o trabalhador tende a busca-la enquanto ferramenta que viabiliza a garantia de direitos mínimos, tema que será abordado em momento oportuno.

Por fim, existe aquela modalidade, mais rara, em que o trabalhador figura no processo judicial trabalhista como Reclamado, sendo o empregador o Reclamante. Estes casos são tão raros que, durante a análise das fontes, foram identificados menos de 10 autos dessa natureza, sendo que todos eles se localizavam em período alheio ao recorte temático eleito. Além disso, as motivações quase nunca giravam em torno de conflitos laborais, sendo, na maioria das vezes, solicitada a cessão indireta do contrato de trabalho por crise financeira da empresa – pedido que foi indeferido pela Justiça do Trabalho.

2.2.2 – A ESTRUTURA DE UM PROCESSO JUDICIAL TRABALHISTA

Ao dar início a um processo judicial, o Reclamante se qualifica, isto é, se identifica, fornecendo números de documentos, residência, estado civil e outros dados que tornam possível sua identificação e, em seguida, apresenta a sua versão dos fatos que o levaram à reclamação judicial. Isso tudo ocorre em uma peça conhecida como “petição inicial”¹²³, reclamação ou “alegações iniciais”. Aqui cabe uma pausa na apresentação da estrutura de um auto processual para observar que a Justiça do Trabalho tem uma peculiaridade bastante importante: para ingressar com uma reclamação trabalhista na justiça, o trabalhador não precisa de um advogado, podendo ele mesmo ir diretamente a uma Junta de Conciliação e Julgamento e registrar com um funcionário a

122 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 396*. Reclamante: José Biseto. Reclamada: Espólio de Paulo Buckhard. Sorocaba, 2 de março de 1973.

123 Essa peça costuma ser chamada por advogados e juízes simplesmente de “inicial”. Assim, é muito provável que o leitor encontre, em citações de processos, trechos que trazem teor similar a “como alegado na inicial”, o que é, na verdade, uma referência a esta primeira etapa do rito jurídico.

reclamação – sendo essa modalidade conhecida por *jus postulandi*. Isso é garantido pelo Artigo 791 da CLT que reza que “Os empregados e os empregadores poderão reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho e acompanhar as suas reclamações até o final.”¹²⁴¹²⁵. O número de trabalhadores que recorrem a este artigo da CLT será apresentado e discutido em momento oportuno.

Ademais, retomamos a apresentação da estrutura que compõe um processo trabalhista dizendo que, após a peça de petição inicial, o documento processual apresenta alguns documentos necessários aos trâmites burocráticos judiciais, mas que nem sempre têm algum valor para o recorte que se pretendeu para a presente pesquisa. Estes documentos são: procuração judicial, que autoriza o advogado (no caso de haver um) a exercer os poderes necessários para representar o Reclamante, a via original do mandado de notificação¹²⁶, cuja cópia é enviada à outra parte, o Reclamado, Certidão de Casamento, de Nascimento de filhos ou outro documento que pode ser considerado como prova etc. A seguir, vem o termo de audiência de instrução¹²⁷, que é a ocasião em que são registrados os fatos ocorridos na audiência, ocasião de primeira tentativa de

124 BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil: secção 1, Rio de Janeiro, DF, ano 82, n. 184, p. 11937-11984, 9 ago. 1943.

125 Em verdade, esta possibilidade é garantida por um princípio conhecido como “*jus postulandi*”, que é a capacidade que se faculta a alguém de postular perante a Justiça, sem a necessidade de um preposto que o represente que, no caso, assume a figura de um advogado. Este é um tema bastante debatido no meio jurídico e é quase sempre questionado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que vê como uma ameaça aos profissionais a ela ligados.

126 Por apego ao rigor, vale ponderar que existe uma diferença conceitual entre notificação, citação e intimação e essa diferença é definida pelo Código de Processo Civil, variando de acordo com o que diz o código vigente. Não obstante, o artigo 841 da CLT salienta que “Recebida e protocolada a reclamação, o escrivão ou secretário, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, remeterá a segunda via da petição, ou do termo, ao reclamado, notificando-o ao mesmo tempo, para comparecer à audiência do julgamento, que será a primeira desimpedida, depois de 5 (cinco) dias”, ou seja, trata como “notificação”, o que parece ser uma variante de uso de termos praticada pelo próprio legislador. Apesar disso, os próprios autos trazem uma variedade de nomenclaturas para este ato, variando caso a caso. A diferença entre os termos parece transbordar as intenções aqui postas e, por isso, será sempre adotado o termo previsto na CLT, apesar de sua aparente distorção. Quando *e se* alguma especificidade nos obrigar a agir de maneira distinta disso, a diferença será apontada, exceto em citações.

127 Em se tratando de processos trabalhistas, essa audiência é considerada *una*. No entanto, a prática jurídica leva os profissionais do judiciário a tratá-la como audiência de instrução, cujo nome técnico é “audiência de instrução, debates e julgamento”. No entanto, a rigor, ela só pode ser assim considerada quando, por extensão da defesa ou outra legítima razão, o julgador decida fragmentá-la.

conciliação e a apresentação do que se costuma chamar “contraditório”, materializado na peça chamada defesa ou contestação, isto é, onde o Reclamado apresenta sua versão dos fatos¹²⁸. Em seguida, apresentam-se os mesmos documentos burocráticos apresentados pelo Reclamante somado dos documentos comprobatórios das versões apresentadas pelo Reclamado (quando existem), a decisão do juiz, em seguida encontram-se as contestações (no caso de haver recurso) e, finalmente as execuções decididas, como penhora de bens, comprovante de pagamento de indenizações etc. Já houve um alerta, mas não é demasiado lembrar que a ordem dos documentos aqui exposta é a ordem com a qual o processo judicial trabalhista é composto e não reflete, exatamente, uma ordem cronológica, uma vez que a defesa pode ser apresentada no mesmo dia da audiência. Não obstante, salienta-se que alguns outros documentos podem vir compor um auto: laudos periciais, por exemplo.

Apesar da tentativa de prever e apresentar os principais movimentos possíveis para um processo trabalhista, pode ser relevante salientar que sempre existe a possibilidade de o rito judicial se encerrar em seu curso, antes da conclusão do rito por completo. Isso pode ocorrer por diversos motivos e uma primeira possibilidade que se mostra com incidência relativamente alta é a de que o Reclamante desista do postulado (e os motivos aqui podem ser tão variados que qualquer afirmação a respeito deles escapa do rigor que deve ser perseguido por um trabalho acadêmico, embora em um dos processos a alegação tardia foi a de que houve acordo informal entre as partes). Quando isso ocorre, o auto é arquivado antes de conclusas as etapas totais dos autos. Nesta pesquisa, essa realidade foi observada duas vezes e, em ambas, o trabalhador desistiu de interpor recurso à decisão proferida na primeira audiência e, nestes casos, é possível que o trabalhador tenha avaliado os riscos e verificado que não poderia arcar com as custas em caso de efetiva derrota, embora não haja elementos para afirma-lo.

Outro cenário que chegou a ser observado foi aquele em que o Reclamado não se manifestou em nenhuma das oportunidades. Neste caso, aplica-se a pena de revelia, com confissão. Ambos os casos aqui apresentados estão previstos no artigo 844 da CLT, que prevê que “o não-comparecimento do reclamante à audiência importa o

128 Nalgumas vezes, nessa primeira audiência já ocorre a tentativa de conciliação, defesa, réplica, oitiva das partes e de testemunhas, produção de provas, razões finais e julgamento; noutras, o juiz marca uma segunda audiência. Essa decisão é discricionária ao julgador, embora haja primazia pela audiência *una* (ou contínua), conforma o artigo 849 da CLT, que diz que “A audiência de julgamento será contínua; mas, se não for possível, por motivo de força maior, concluí-la no mesmo dia, o juiz ou presidente marcará a sua continuação para a primeira desimpedida, independentemente de nova notificação.”

arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato”¹²⁹, tendo sido verificadas 2 ocorrências, sendo que, numa delas, o processo era coletivo e a pena de revelia acabou por beneficiar 5 trabalhadores da mesma família.¹³⁰ Estes documentos processuais podem ser considerados, para os parâmetros desta pesquisa, de menor importância, uma vez que apresenta menos elementos para análise e reflexão, por não apresentar versões distintas que possam ser suficientemente contraditadas. Apesar disso, nem em todas as vezes em que isso ocorreu o documento processual pôde ser descartado enquanto fonte, já que, em alguns casos, mesmo quando o rito se finda precocemente, foi possível coletar algumas informações que podem servir de matéria-prima para alguns questionamentos ou respostas, em especial quando se trata da identificação de recorrência de um mesmo discurso ou de mesma reclamação.

De todo modo, em curso “natural” do processo, ou seja, quando ele completa todas as etapas previstas e até aqui descritas – e estes são considerados mais completos e, por isso, mais importantes -, ele produz ou registra elementos, dentre os quais, os mais utilizados como insumo para as reflexões aqui postas são: a petição inicial, a defesa e, em alguns casos, o termo de audiência, que conta com a oitiva das partes ou de testemunhas, o que sempre contribui para o esclarecimento de alguns fatos. Além disso, sempre que possível, as alegações também foram conflitadas, com documentos probatórios apresentados, como atestado médico, comprovantes de ponto, advertências e suspensões disciplinares, entre outros que pudessem trazer robustez à análise não dos fatos – estes são inalcançáveis, quando se apresentados em ambientes de disputas de interesses – mas de discursos que constroem versões e estas, sim, nos interessa pois elas revelam a violência, a perenidade, a profundidade e, apesar disso, o silêncio com que as conflitos entre as classes inundam o cotidiano social.

2.3 – OS NÚMEROS DO PROCESSO

Ao registrar uma reclamação judicial trabalhista, o Reclamante tinha 3 possibilidades: a de recorrer a um advogado particular, que lhe prestaria o serviço sob a

¹²⁹ BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. *Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)*.

¹³⁰ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 2301*. Reclamante: Izaque Martins e Ots (4). Reclamada: Fazenda Santa Gertrudes. Jundiá, 19 de setembro de 1975.

condição de partilha dos direitos reavidos; a de recorrer à assistência jurídica do sindicato representante de sua categoria ou a alguma organização não governamental ou extraoficial que pudesse fornecer algum tipo dessa assistência; ou, finalmente, a de recorrer diretamente a uma Junta de Conciliação e Julgamento, onde podia ser feita a reclamação diretamente, sem a necessidade de um preposto, de acordo com o já citado artigo 791 da Consolidação das Leis Trabalhistas. A análise desses números podem trazer alguns elementos importantes para analisar a sociedade à época, tais como: o prestígio ou a falta dele vivenciado pelos sindicatos (em um contexto formado a partir das intervenções impostas pela realidade política construída com o Ato Institucional nº 5), a atuação de entidades assistenciais ou de movimentos sociais no âmbito do direito do trabalho, o prestígio dos serviços particulares de advogados etc. Por isso, passar-se-á a tecer breve comentário sobre os números relacionados a estas questões.

Dos documentos considerados adequados para a pesquisa, 84 autos¹³¹, é possível extrair alguns dados que nos trazem a realidade que, a seguir, passa a ser descrita: o número de trabalhadores que buscam a Justiça por intermédio de um advogado particular é significativamente maior que o número de trabalhadores que a buscam por outros meios. Para se ter ideia, 42 processos ensejados tiveram como representante legal a figura de um advogado particular, o que significa uma taxa de 50,6% das postulações. Em seguida, a preferência dos trabalhadores era pelos sindicatos, que representou trabalhadores em 24 pelepas judiciais, num montante de 28,9% dos casos abertos pela Justiça do Trabalho no período, seguido reclamação em *jus postulandi*, amparado pelo já citado artigo 791 da CLT, que representa um número de 11 processos (13,2%) e, por fim, a busca por organizações de apoio, que totalizou 6, numa média de 7,2% – sempre limitado ao universo de documentos analisados. Aqui, dada a relativa expressão no número que indica a busca por organizações de apoio, cabe uma breve interrupção na análise dos documentos para que se passe a analisar essas organizações, ou de maneira mais específica neste particular, *essa* organização. Trata-se da Frente Nacional do

131 Um dos 84 processos, originado a partir da busca por uma entidade sindical teve o cancelamento a pedido dos próprios trabalhadores, sem maiores detalhes. Aventa-se a possibilidade de que tenha havido um acordo informal com o empregador, mas não há nada que se possa afirmar em relação a isso. Por isso, para fins de estimativa quanto às decisões em benefício ou prejuízo do trabalhador, ignorou-se este documento. Além disso, em alguns autos, não foi possível identificar o teor da decisão do julgador, devido às condições de conservação, à limitação das partes restantes, entre outros motivos. Portanto, para fins de estimativas quantitativas gerais, foram considerados 78 processos. Nos itens a seguir, quando os números referentes aos vereditos não forem importantes, retoma-se o conjunto original da fonte, de 84 documentos e a retomada será mencionada.

Trabalho, a FNT, uma organização para-sindical de ideologia trabalhista, anticomunista e cristã que, de acordo com o timbre das folhas expedidas por seus profissionais, se define como uma “associação civil para a realização da doutrina cristã, [como uma] comunidade de serviços [e como uma provedora de] assistência a sindicatos”, e mantinha quatro unidades de atendimento em todo o Estado de São Paulo, sendo uma no distrito de Perus (onde teve origem a FNT, após greve, em 1958, na fábrica Cimento Perus¹³²), uma no bairro da Consolação, na capital paulista, uma na cidade de Osasco e a última em Jundiaí, cidade de onde se originaram os processos aqui analisados.¹³³

Feita a merecida menção à atuação, em termos legalistas, da FNT, volta-se à análise quantitativa da amostra de documentos analisados. E, para essa retomada, cabe salientar que o prestígio que os advogados particulares gozavam entre os trabalhadores parecia não manter nenhum lastro com a realidade, de acordo com os números. Vejamos abaixo o gráfico que ilustra o desempenho de cada um dos recursos dos quais os trabalhadores dispunham na busca pela Justiça e que estiveram na amostra, considerando sua relação com as reclamações julgadas como procedentes. Aqui, convém salientar que algumas reclamações julgadas como parcialmente procedentes, para efeitos da pesquisa, estão contabilizadas no conjunto das reclamações consideradas procedentes.

132 Para maiores informações, indica-se: FRAGOSO, Antônio et al. A firmeza permanente: a força da não-violência. São Paulo: Ed. Loyola. 1977 e verbete de KORNIS, Mônica. Frente Nacional do Trabalho. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/frente-nacional-do-trabalho>. Último acesso em: 20/07/2019.

133 A cidade de Jundiaí originou 28 dos 83 documentos aqui analisados. Desses, 6 processos foram originados pela Frente Nacional do Trabalho, uma proporção de 21,4%.

Gráfico 6: Gráfico que ilustra o desempenho dos canais possíveis para registro de reclamação na Justiça do Trabalho segundo análise de fonte eleita, considerando as causas em que os juízes decidiram a favor do Reclamante, o trabalhador.

Como se pode observar, se considerarmos o número relativo¹³⁴ das causas em que o juiz proferiu decisão em benefício da reclamação do Trabalhador, o meio que apresentou maior sucesso para o trabalhador foi a reclamação direta (*jus postulandi*), aquela registrada na Junta de Conciliação, sem a interferência de um advogado, conforme amparo legal previsto no artigo 791 da CLT. As reclamações registradas a partir da atuação de advogados particulares tiveram 32,5% de decisões favoráveis ao trabalhador (12 autos); as reclamações registradas a partir da mediação dos sindicatos apresentaram 30,43% de despachos favoráveis (7 autos); a FNT apresentou sucesso em 50% dos processos (3 autos) e as reclamações registradas diretamente nas Juntas de Conciliação tiveram respostas favoráveis aos trabalhadores em 54,54% dos casos (6 autos).¹³⁵

¹³⁴ Dada a disparidade na proporção de processos entre cada uma das vias possíveis, foram adotados números comparativos isoladamente em relação a cada uma delas. Assim, quando se aponta uma proporção, essa proporção é relativa aos outros números daquela via e não ao número que expressa a totalidade do universo das fontes.

Antes de discutir acerca das possibilidades de realidade que expliquem os números aqui apresentados, parece ser conveniente apresentar maior aprofundamento na análise do cenário. Por isso, passamos a apresentar os números relativos referentes à conciliação e, em seguida, relativos àqueles casos em que o trabalhador sofreu um revés. Somente então, passaremos a tecer observações interpretativas, apresentando fatores que podem explicar o cenário posto. Sigamos, portanto, observando o gráfico abaixo, que traz números referentes aos índices de conciliação:

Gráfico 7: Gráfico que ilustra o desempenho dos canais possíveis para registro de reclamação na Justiça do Trabalho segundo análise de fonte eleita, considerando as causas em que houve conciliação entre as partes.

Como se pode notar neste novo gráfico apresentado, os números de conciliação promovida pela Justiça do Trabalho quando os trabalhadores não apresentavam um preposto mantiveram relativa constância, sendo aqui 45,45%. Já para os trabalhadores que buscaram a Justiça do Trabalho por intermédio de um advogado, o número passou de 32,5% para 44,73%; entre os trabalhadores que procuraram apoio dos sindicatos

135 Importante salientar que estes números não expressam, necessariamente a eficiência dos meios, mesmo porque, com exceção das reclamações registradas diretamente na Justiça do Trabalho, todas as outras tiveram ações de advogados.

conciliaram a demanda em 43,47% dos casos e, por fim, entre os trabalhadores que procuraram a FNT, a conciliação veio em 33,33% dos processos.

Finalmente, resta analisarmos quantitativamente os casos em que os trabalhadores foram derrotados judicialmente, ou seja, aqueles em que o julgador proferiu decisão contrária à reclamação, julgando-a improcedente. Para analisarmos estes números, verifiquemos o gráfico:

Gráfico 8: Gráfico que ilustra o desempenho dos canais possíveis para registro de reclamação na Justiça do Trabalho segundo análise de fonte eleita, considerando as causas em que o juiz decidiu pela improcedência da reclamação registrada pelo trabalhador.

Verificável é com a análise do gráfico que os números que apresentam a perda de causa pelos trabalhadores são ligeiramente mais tímidos em todos os casos, exceto em relação aos sindicatos que, com 26,08% de causas perdidas, ficam apenas pouco mais de 4 pontos percentuais acima quando olhamos o número de causas ganhas (30,43%). Daqui, de posse destes três gráficos, já é possível identificar algumas tendências, quais sejam: os trabalhadores que se utilizam *do jus postulandi* e buscam a Justiça do Trabalho diretamente tem maior sucesso em sua causa, em números relativos; outro dado importante é que é muito mais expressivo o número de conciliação quando o

trabalhador busca um advogado particular para pleitear uma demanda junto à Justiça do Trabalho, entre outras. Para tornar esta comparação mais visível e podermos verificar outras tendências, analisemos o gráfico a seguir, que reúne todas as informações de maneira mais sintetizada:

Gráfico 9: Gráfico que compara o desempenho em função das diferentes vias de acesso à Justiça do Trabalho com as decisões judiciais.

Agora, com base em todos os dados, podemos verificar com maior clareza as questões que foram levantadas em tela. Analisemos a partir da divisão mais óbvia do gráfico, por desfechos possíveis para um processo trabalhista, partindo da esquerda para a direita.

Assim, temos que as decisões judiciais que consideraram procedente a reclamação postulada pelo trabalhador, de maneira geral, ou seja, de todos os 78 documentos considerados até aqui (independentemente da via utilizada para o registro da reclamação na Justiça do Trabalho), estão na marca dos 33,33%. Note-se que a partir da análise da curva dos chamados índices gerais, podemos ter clareza em relação aos números relativos à via escolhida para registro da reclamação para, então, verificar em que medida eles fogem ao padrão da curva, para mais ou para menos. Desse modo,

podemos perceber que os trabalhadores que recorreram ao *jus postulandi* estão em significativa vantagem proporcional em relação àqueles que buscam a Justiça do Trabalho por intermédio dos serviços de um advogado particular e, de maneira mais acentuada, em relação aos trabalhadores que buscam os sindicatos para representá-los.

Embora não tenha sido encontrada nenhuma explicação teórica para este fenômeno, parece ser papel da presente pesquisa apresentar algumas elucubrações acerca dele, não para responder de maneira definitiva à pergunta – que, aliás, aparece como pano de fundo nos estudos -, mas para esboçar algumas discussões que possam suscitar elementos que sirvam de insumo para outros pesquisadores, mais preparados para debater o tema, avançar no debate. Uma primeira possibilidade é de ordem mais prática e dá conta de que o trabalhador, devido à falta de conhecimento da legislação trabalhista, quando não busca um profissional com o dito letramento jurídico, somente postula na Justiça do Trabalho demandas oriundas de conflitos mais pontuais e isolados, cuja resolução não depende de grandes debates teóricos e profundas argumentações procedimentais, constituindo decisões comezinhas por parte do julgador. Essa parece ser uma boa explicação. No entanto, se levarmos em conta que as demandas consideradas na presente pesquisa são de teor similar, análogo ou idêntico, parece-nos que esta primeira teoria não é capaz de explicar a expressiva assimetria numérica observada: não há diferenças significativas nas demandas postuladas, independentemente da via que o trabalhador elege como a mais conveniente. Portanto, essa explanação pode ser convincente para explicar essa disparidade quando analisada de maneira mais ampla. Para o caso exposto em tela, ela não parece suficiente. Ao menos, não sozinha.

O que nos leva a uma outra possível explicação, que é de ordem mais procedimental e está relacionada a alguns princípios inerentes à Justiça do Trabalho. O primeiro princípio relevante para essa arguição é o *princípio da imediatidade*, segundo o qual o juiz tem contato direto, ou imediato, com as partes e com as provas (desde testemunhais a documentais)¹³⁶, proximidade esta que acaba sendo favorecida quando do caso de o trabalhador recorrer ao *jus postulandi*. Nas palavras do teórico do Direito do Trabalho, Mauro Schiavi: “Por este princípio [o da imediatidade], o Juiz do Trabalho aproxima-se mais das partes, tendo um contato mais estreito com elas em audiência, principalmente quando estas postulam sem advogado.”¹³⁷

136 Previsto no Artigo 820, da Consolidação das Leis Trabalhistas.

137 SCHIAVI, Mauro. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. 7ª ed. São Paulo: LTr. 2014. p. 533.

Esse princípio ou, mais especificamente, a proximidade por ele criada soma-se à necessidade imposta pelo artigo 764 da CLT, segundo o qual “Os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação.”¹³⁸ Assim, nota-se uma tendência a buscar a conciliação do conflito, o que, considerando a hipossuficiência do trabalhador¹³⁹ (*princípio da hipossuficiência*), pode significar, na prática, um esforço de convencimento ao patrão e esse esforço passa inexoravelmente pela aproximação em relação à parte oposta – a do trabalhador. Não obstante, quando da inevitável declaração de improcedência da reclamação, o trabalhador pode ser levado, ainda que de maneira inconsciente, a ceder para uma possibilidade de conciliação. Fato que pode explicar a discrepância entre os números do desfecho de conciliação e os números de declaração de improcedência da reclamação: não existe, na amostra analisada, declaração de improcedência nas reclamações de trabalhadores que optaram por postular sem advogados, enquanto o número de conciliação para estes casos é também o mais alto: 45,45%, seguido pelos trabalhadores que optaram por postular através de advogados particulares: 44,73%.

Aqui surge mais um elemento para a análise e que merece alguma atenção, no sentido de também ser esboçado um debate um pouco mais alongado. Trata-se dos números que expressam o desempenho de advogados particulares para os desfechos possíveis elencados. Relativamente aos números que expressam o desempenho dos sindicatos na Justiça do Trabalho, a amostra analisada demonstra que os números são muito próximos, porém com grandezas invertidas. Vejamos que para o desfecho de procedência da reclamação, ou seja, de ganho de causa, os advogados particulares têm números relativos maiores que os números das reclamações efetivadas pelos advogados sindicais: 32,5% contra 30,43%. Para os casos cujo desfecho é a conciliação, os números proporcionais continuam aproximados, mas as grandezas se invertem: os processos movidos a partir dos trabalhos de advogados particulares conciliam em 44,73%, já os casos em que os prepostos são os departamentos de assistência jurídica sindicais, as conciliações são de 43,47%. Por fim, para os casos em que os juízes consideram a reclamação improcedente, dando perda de causa ao trabalhador, os

138 BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil*: seção 1, Rio de Janeiro, DF, ano 82, n. 184, p. 11937-11984, 9 ago. 1943.

139 Cf. p. 47.

números trazem vantagem aos trabalhadores que buscam advogados particulares: 23,68% contra 26,08% dos sindicatos.

O que parece ocorrer aqui é que esses dados estão relacionados ao modelo de contratação do serviço do advogado. Explica-se: é muito comum que advogados particulares firmem contrato de risco com seus clientes, baseados no que se costuma chamar de cláusula *quota litis*, prática segundo a qual o advogado recebe fração do montante adquirido pelo cliente em benefício do processo postulado e que está prevista pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, expresso pelo seu artigo 96.¹⁴⁰ Assim, dadas as condições de remuneração do advogado, é possível que ele fosse compelido a aconselhar o trabalhador no sentido de evitar o veredito, quando, por algum motivo, ele percebesse que havia alguma possibilidade de decisão contrária aos interesses do trabalhador.

Outra possibilidade, de natureza mais prática, é uma que já foi discorrida anteriormente e versa sobre a prática de o trabalhador¹⁴¹ que, para se preservar, pode não expor os fatos de maneira fiel à realidade e o advogado, ao ser surpreendido com as contraprovas apresentadas em audiência, optava pela alternativa de menor dano. Por outro lado, os sindicatos, pela própria natureza da instituição, tendem (ou, para o caso, tendiam) a fazer uma abordagem mais ideológica da questão trabalhista, indo até as últimas consequências na tentativa de defesa dos direitos trabalhador, o que, conseqüentemente, trouxe maiores riscos de derrota na arena judicial. Isto é, pode-se inferir que a avaliação de riscos para o advogado contratado como prestador de serviços o induzia à reavaliação do caso, optando pelo menor dano, uma vez que ele também era movido pelo interesse econômico e os sindicatos, por sua vez, tendiam a levar o conflito até as últimas consequências, por serem movidos pelo interesse ideológico que, apesar de todas as ressalvas históricas que se possa fazer, permeia a construção identitária legitimadora dessas organizações.

Não parece exagerado frisar mais uma vez que essas possibilidades se apresentam como fatores constituintes de um debate que pode, em algum momento, apresentar uma versão definitiva para o fenômeno apresentado, sendo o interesse dessa exposição tão e somente apresentar um norte de reflexão ao leitor que, munido dessas premissas, pode chegar a conclusões mais sólidas e melhor definidas.

140 Cf. Lei de número 4.215, de 27 de abril de 1963, revogada pela Lei 8.906, de 4 de julho de 1994.

141 Cf. p. 67.

Outrossim, a reflexão apresentada intenta confirmar questões já bem resolvidas e difundidas e, ao menos, mostrar solidez teórica, uma vez que os dados aqui apresentados e a reflexão proposta levam à confirmação da já consagrada máxima de que o Estado tem o fundamental papel de conciliar os conflitos de classe. Ora, sendo o rito processual uma mise-en-scène que reproduz, no plano micro espacial e temporal, as relações dadas numa sociedade ao longo do tempo, vê-se que a relação ali posta entre o trabalhador, o patrão (ou seu preposto) e o juiz representam, mais que relação esporádica entre indivíduos, mas relações de produção historicamente definidas. Neste sentido, os gráficos trazem inúmeros indelévels em relação à tendência da Justiça do Trabalho – o Estado, portanto – conciliar conflitos entre trabalhadores e patrões – as classes, em outros termos. Assim, a distribuição mais igualitária entre as vias de acesso à Justiça do Trabalho quando o desfecho é a conciliação comprovam que esta é, a exemplo do que roga o já citado artigo 764 da CLT, a saída mais difundida, moldando a demanda dos trabalhadores (ou, ao menos os horizontes de possibilidades de atendimento a tais demandas) na busca por justiça nas relações de produção¹⁴².

2.4 – OS PERSONAGENS DO CONFLITO

Uma vez que estamos olhando para os dados mais amplos registrados pelos documentos analisados, parece necessário, para que não se incorra em omissão, tentar traçar o perfil daqueles que estão envolvidos nos litígios registrados nos autos que agora se colocam como nosso objeto de análise. Assim, passa-se a expor dados quantitativos que podem subsidiar a empreitada dessa traçada, além de alguma reflexão sobre tais dados, quando se julgar necessário.

Preliminarmente, no entanto, cabem dois alertas ao leitor. O primeiro é para chamar a atenção para a expansão do universo dos processos analisados aqui: uma vez que os vereditos não são mais dados relevantes para a análise, volta-se a analisar a totalidade dos 84 documentos eleitos como fundamentais para a pesquisa que se pretende, assim o conjunto das fontes passa a ser ligeiramente alargado. Outro alerta é também sobre o volume de dados, mas tem outra natureza. Ocorre que alguns processos judiciais analisados são coletivos, mais exatamente 8 dos 84, e isso aumenta o número de pessoas envolvidas em 22, totalizando 106 pessoas, portanto – uma única reclamação

142 FRENCH, John D. Afogados em leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros. Trad. Paulo Fontes. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001. p. 10.

chega a ter 8 postulantes. Por isso, é muito importante que o leitor esteja atento à variação numérica decorrente desse fator. Assim, quando se fala em processos, o universo é de 84 e, quando se fala em pessoas envolvidas, enquanto reclamante, o universo numérico se expande para 106.

Feitas tais considerações iniciais, passa-se, então a versar acerca do perfil dos reclamantes para tentar recriar a realidade que ora se apresenta como objeto de nossa lupa investigativa.

O grupo dos trabalhadores envolvidos no conflito e que compõem o acervo analisado é composto por 83 homens e 23 mulheres, sendo da totalidade de homens e mulheres, 52 os casados, 53 solteiros (incluindo, aqui, 10 crianças) e uma viúva, conforme o gráfico:

Gráfico 10: Gráfico que compara, em termos absolutos, o número de homens e mulheres, bem como seus respectivos estados civis, envolvidos em processos trabalhistas oriundos de atos de Resistência Silenciosa e que compõem o conjunto das fontes analisadas.

Algumas peculiaridades apresentadas chamam a atenção. A primeira questão é a notável diferença entre o número de homens e mulheres envolvidos nos conflitos laborais registrados pelos processos que compõem nosso acervo objeto, sendo que, entre os casados, são 43 homens para 9 mulheres e, entre os solteiros, 40 homens para 13 mulheres. Em números totais, temos um total de 83 homens (quase numa média de um por documento analisado) e, entre as mulheres, este número não ultrapassa os 23. Para

que a comparação seja facilitada e o contraste esteja mais evidente, verifiquemos o gráfico abaixo, que nos traz especificamente a relação numérica entre os gêneros em função de seu estado civil (informação que será útil adiante). Note-se, preliminarmente, que no gráfico em questão, removeram-se alguns dados, como o caso do número de viúvos (por ser, neste momento, um número desprezível) e os números referentes às indicações totais, por não serem necessárias, uma vez que se apresentam dados em percentuais.

Gráfico 11: Gráfico que compara, em função do estado civil, a proporção entre homens e mulheres envolvidos em processos trabalhistas que compõem o conjunto das fontes analisadas.

Observe-se que, entre o público casado, a proporção de homens chega a ser quase 5 vezes superior à proporção de mulheres retratadas pela fonte. Um pouco mais tímido, mas ainda bastante expressivo, é o contraste entre a proporção de homens e mulheres. Isto é, das 106 pessoas retratadas pelo conjunto da fonte analisada, 40,57% delas era homem e casado, 37,74% eram homens solteiros, ao passo que 8,49% deste público era composto por mulher casada e 12,26% por mulheres solteiras. Essa diferença entre os números apresentados pode estar relacionada, primeiro, à limitação do acesso da mulher ao mercado de trabalho formal à época, em especial depois do casamento – o que, por si, compõe fator digno de análise quando se leva em conta a relação de gênero colocada naquele momento histórico. Não obstante e de maneira complementar, o comportamento do silêncio imposto à mulher naquela época e de

alguma maneira remanescente nos dias de hoje pode ter alguma relação com isso e, se for o caso, temos que não é que a mulher não praticasse atos de Resistência Silenciosa ou que não fosse pega os praticando, mas é que simplesmente não postulava à Justiça do Trabalho, recolhendo-se ao silêncio e tentando a reintegração no mercado de trabalho em outro ambiente laboral, reproduzindo o mutismo da mulher na esfera política que leva ao silêncio sobre a sua história, tal qual narrou Michelle Perrot.¹⁴³

O mesmo raciocínio se estende aos homens. Como se pode notar, a proporção média é a mesma para homens casados e solteiros registrados pelo conjunto das fontes, havendo, inclusive, um ligeiro aumento na taxa de homens casados presentes nos autos analisados. É de se esperar que um homem solteiro esteja mais suscetível a romper as regras, uma vez que as responsabilidades familiares não recaem exclusivamente sobre ele. Ao tratar do tema rebeldia primitiva, Eric Hobsbawm observou que o que ele chama de rebelde primitivo “trata-se em geral de um homem jovem e solteiro ou sem responsabilidades familiares, mesmo porque é muito mais difícil para um indivíduo rebelar-se contra o aparato do poder depois de adquirir responsabilidades familiares [...]”¹⁴⁴ (tradução nossa)”.¹⁴⁵

Fato é que, ao menos nos registros que compõem nossa fonte, essa realidade não se mantém. Não se pode definir, no entanto, que ela não seja uma questão, posto que, neste caso também, é mais fácil para um solteiro pego em algum ato inapropriado no ambiente de trabalho silenciar e abdicar das verbas rescisórias que lhe são, em um primeiro momento, devidas. Isso porque é mais provável que ele não tenha, em termos gerais, pessoas ligadas por laços de solidariedade que dependam daquele provimento para reprodução da própria vida, já a realidade oposta do homem casado obrigada que ele tenha um comportamento também oposto ao do solteiro, o que, em tese, inflaria os números de homens casados que recorrem à Justiça do Trabalho – isso se considerarmos que essa estimativa se mantenha para a integralidade dos processos. De todo modo, o que se busca é refletir sobre a realidade da fonte, tal qual ela se nos apresenta, sem

143 PERROT, Michelle. Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros. Trad. Denise Bottman. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 2017. p. 194.

144 “Se trata en general de un hombre joven y soltero o sin cargas familiares, aunque sólo sea porque resulta mucho más difícil para un individuo sublevarse contra el aparato del poder una vez contraídas responsabilidades familiares [...]”

145 HOBBSAWM, Eric. Rebeldes Primitivos: Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX. Barcelona: Editora Ariel. 1983. p. 34.

ambicionar dar respostas definitivas para a questão ou intencionar encontrar um modelo aplicável a fontes distintas daquela que ora se analisa. Isso, inclusive porque, pela natureza discreta das ações que se investiga, muitas delas passam ao largo de qualquer registro, o que impede um olhar definitivo sobre tais ações.

Apesar disso, dos dados que as fontes nos dão, ainda é possível analisar alguns. Por exemplo, ao separar as vias as quais o trabalhador escolhe para registrar sua reclamação na Justiça do Trabalho (Advogado particular, *jus postulandi*, sindicato etc.) e analisá-la em função do gênero, vemos que não há diferenças em relação à preferência ou ao que habitualmente se buscou. Entre as mulheres, 8 reclamações foram registradas a partir da atuação de um advogado particular, 7 foram inauguradas a partir da atuação da assistência jurídica sindical e 2 demandas foram inauguradas em *jus postulandi*. Para a amostra dos trabalhadores masculinos retratados na pesquisa, os números se alteram em volume, mas não em sua curva: 34 processos foram inaugurados a partir de um advogado particular, 18 reclamações foram postuladas via assistência jurídica sindical e 9 foram em *jus postulandi*. As reclamações postuladas pela FNT registram, no campo reclamante, de exclusivamente a figura masculina.

Apesar das proporções mantidas quando o assunto é a via de acesso à Justiça do Trabalho, essa realidade não se mantém na porta de saída, quando se analisam os desfechos do processo. É possível notar, na amostra analisada, que o gênero feminino tem significativa vantagem em relação ao masculino neste quesito. Mulheres acumulam, proporcionalmente, maior número de vereditos favoráveis, enquanto homens tendem a conciliar mais e, além disso, sofrer mais derrotas, conforme nos mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 12: Gráfico que compara, em função do gênero, a proporção dos desfechos possíveis para uma causa¹⁴⁶.

No quadro desenhado pelas linhas até aqui expostas, ainda temos que, de maneira geral, os casados (somados homens e mulheres) têm veredito mais favorável, 25 vereditos alegando procedência da reclamação, e os solteiros conciliam mais, 21 conciliações. O quadro abaixo traz uma riqueza de detalhes nesse sentido, por especificar todos os números, em função do gênero, do estado civil e do desfecho para o processo:

Tabela 3: Exibe dados acerca dos desfechos possíveis para o conjunto da fonte, em função de gênero e estado civil.

		Procedente	Conciliado	Improcedente
Solteiro	Homem	7	17	9
	Mulher	9	4	1
	Total	16	21	10
Casado	Homem	21	16	4
	Mulher	4	3	2
	Total	25	19	6

Quando se compara esta tabela com o gráfico da Figura 9, notamos que, nos processos analisados, o homem solteiro é o que mais recebe veredito de improcedência

¹⁴⁶ Aqui, voltaram a ser ignorados os processos cujo teor de veredito não foi possível analisar.

quanto à sua reclamação e isso é o que faz com que os índices de desfechos que considerem a reclamação procedente caiam para a amostra composta pelo público masculino aqui analisado. Note-se que o homem casado tem grande vantagem sobre todos os outros públicos: 21 reclamações procedentes. Talvez, isso demonstre que o perfil típico que Eric Hobsbawm descreve para o que ele chama de rebelde primitivo se enquadra na forma de atuação do trabalhador, durante o exercício de sua resistência silenciosa: pode ser que o homem solteiro deixe sua insatisfação registrada de maneira mais clara, o que, nos tribunais torna a defesa mais difícil. É o que se vê, por exemplo, na narrativa construída no auto de número 1.481 do ano de 1978, quando um funcionário foi demitido por justa causa ao ser surpreendido por sua superior imediata protelando o início de suas atividades laborais¹⁴⁷, conforme narrado nos autos:

No dia 10 de julho de 1978 entrou no serviço às 17,53 e deveria iniciar as atividades às 18 hs, como operador de máquina de fechar cartuchos. Entretanto ao invés de assim proceder, não se dirigiu ao seu setor de trabalho, mas sim ao setor de embalagem, entrando debaixo de uma mesa [...]. Advertido pela chefe da seção Dna. Izabel [nome suprimido], para que saísse debaixo da mesa e fosse trabalhar no seu setor, respondeu que não iria trabalhar porque seu salário era muito baixo. [sic]¹⁴⁸

A petição inicial, ao qualificar o trabalhador traz-nos que: “Flávio A. Passador, brasileiro, **solteiro**, gráfico, residente à rua [endereço suprimido] nesta cidade, devidamente assistido por seu sindicato de classe e seu advogado [...].”¹⁴⁹ (grifo nosso) Como se pode notar, a ação do trabalhador não teve o caráter silencioso que costumam ter as ações dessa natureza e, embora os motivos para tal sejam mais profundos e somente serão analisados mais adiante, pode-se dizer que o estado civil trouxe relativa segurança para que a ação fosse feita da forma como foi.

Ainda nesse espectro de análise que considera o estado civil do trabalhador que pratica a ação de resistência silenciosa, a partir do cruzamento da data de ingresso nas atividades laborais, apontadas na petição inicial, com as datas indicadas pelas provas em

147 Este caso será estudado com maior cuidado em momento oportuno.

148 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1481*. Reclamante: Flávio Armando Passador. Reclamada: Cia Litográfica Araguaia. Jundiaí, 17 de julho de 1978.

149 Idem.

anexo (ou testemunhos registrados em atas de audiência) que foram assumidas como marco inicial dos conflitos, foi possível estabelecer uma média simples do tempo que leva para que o trabalhador passe a acumular insatisfações suficientes para deflagrar suas ações ou, em outras palavras, o tempo necessário para que o conflito se inicie ou, ao menos, tome contornos mais densos, saltando aos olhos dos gestores e demais figuras que pudessem levar o trabalhador à punição questionada a partir do processo judicial. Insta salientar que há casos em que o trabalhador não foi demitido e registrou uma reclamação na Justiça do Trabalho para tentar convencer o patrão a ceder em algum ponto, como foi o caso registrado sob o auto de número 169/70, quando, ao ter o horário de seu turno de trabalho alterado, o funcionário, que era estudante e teve sua frequência escolar prejudicada em virtude dessa alteração, registrou uma reclamação na Justiça do Trabalho para poder voltar a frequentar a escola.¹⁵⁰ Neste caso, a data considerada é a de registro da reclamação, já que não há nenhum outro indício, uma vez que o trabalhador não havia registrado as solicitações formalmente - ou ao menos, seu preposto não as anexou ao processo. Desse modo, o que se obtém como dado é que os trabalhadores solteiros iniciam um conflito ou um ato declarado de resistência mais brevemente, a média é de 29,4 meses após a contratação para que os conflitos tomem início. Já os trabalhadores casados são mais resilientes e demoram, em média, 80,5 meses para iniciar o conflito. Aqui, mais uma vez, a explicação para o fenômeno pode ser o fardo carregado pelo trabalhador casado por ser este responsável pela manutenção de sua família.

O curioso para essa análise é quando se traz o recorte de gênero aliado à condição estabelecida pelo estado civil. Nestes casos, o homem solteiro tende a ter, quando comparado aos outros grupos, bem pouca resiliência, iniciando as ações de conflito, em média, 23,1 meses após seu ingresso – dois anos, portanto, são suficientes para que o trabalhador homem, se solteiro, deflagre (ou declare) o conflito. Para o homem casado, a média é de 89,9 meses, aproximadamente sete anos e meio.

Já a mulher solteira é mais resiliente que o homem solteiro, ostentando uma média de 48,5 meses para início dos conflitos – quatro anos. Na contramão do que se podia esperar, a mulher casada acompanha o padrão do *homem solteiro*, ou seja, tem baixa resiliência para o início do conflito, ostentando uma média de 31,9 meses para início dos conflitos. Uma possível explicação para este fenômeno é que, provavelmente,

150 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 169*. Reclamante: Josias Pires dos Santos. Reclamada: Indústria Têxtil Metidieri S/A. Sorocaba, 30 de janeiro de 1970.

devido à inferior remuneração da mulher em relação ao homem, o salário da mulher, quando casada, poderia ser visto como uma renda complementar, o que daria algumas chances de ação mais arriscada além de menor exercício da tolerância quando das tentativas de imposição da disciplina fabril. Assim, o homem casado retratado no conjunto das fontes tende a ser mais resiliente (ou mais cuidadoso em suas ações de resistência silenciosa) do que todos os outros e, em oposição diametral, o homem solteiro aqui retratado, que tende a ser o menos resiliente e/ou cuidadoso.

Deixando mais uma vez o recorte de gênero para trás e estabelecendo o recorte em função do veredito baseado naquilo que chamamos anteriormente “desfechos possíveis para uma reclamação” (procedente, conciliado ou improcedente), notamos que existe uma relação entre o tempo de prestação de serviço e a decisão do juiz, sendo que as decisões se mostraram, dentro do escopo de processos analisados, mais favoráveis ao trabalhador cujo tempos de serviço era maior. De antemão, parece conveniente fazer duas observações em relação a este dado: a primeira é que, provavelmente, essa realidade se dá porque o trabalhador com mais tempo de “casa” tende a ter mais o que perder, praticar ações de maneira mais discreta ou, ainda, a ter mais motivos para postular na Justiça do Trabalho, uma vez que o montante da verba rescisória é maior. A segunda é que os números que serão apresentados a seguir são médias simples e que, portanto, há casos de reclamação procedente em casos cujo tempo de serviço era pequeno e vice-versa. Isto posto, vamos aos números.

Entre as reclamações consideradas procedentes, a média de tempo de prestação de serviço é de 87,7 meses. Já os conflitos que originaram as reclamações que foram conciliadas se iniciaram, em média, após 36 meses e, por fim, as ações de resistência que ensejaram as reclamações consideradas improcedentes tiveram início, em média 21,7 meses depois do ingresso do trabalhador em seu posto. Não podemos, no entanto, afirmar com rigor científico que existe aqui, bem como nas análises anteriores, uma relação de causa e consequência, sendo essa análise limitada à expressão dos dados extraídos do conteúdo das fontes analisadas, com reflexões que se encerram nessa análise, sem a pretensão de se criarem modelos reaplicáveis a outras realidades.

2.5 – OS PERSONAGENS DO CONFLITO: O OUTRO LADO

Uma vez apresentados os dados relacionados a um lado do litígio, cabe-nos lançar alguma reflexão ao outro lado, apresentando dados relacionados aos empregadores. Antes, porém cabe mais algum ensaio sobre o contexto dos conflitos, com outros dados.

Como já apresentado, base de fontes da pesquisa é o Centro de Memória do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, sendo ele responsável pela conciliação e julgamento dos conflitos laborais ocorridos em todo o interior do Estado de São Paulo. Ocorre, no entanto, que o Estado de São Paulo, assim como todo o País, apresenta grande centralização econômica, o que, certamente, influencia no fluxo de processos trabalhistas inaugurados em cada uma das cidades, seja pelo número de relações trabalhistas firmadas em cada cidade – em decorrência da variação de demanda –, seja pelo grau de instrução do trabalhador que, em sociedades mais industrializadas, tende a ser maior.¹⁵¹

Ao todo, dez foram as cidades palco dos conflitos laborais registrados pelas fontes analisadas. As cidades de números mais expressivos foram Sorocaba, em primeiro lugar com 36 reclamações, seguida de Jundiaí, com 28 e Votorantim, com 9, tendo todas as outras cidades menos de 5 processos cada e algumas com apenas um, como é o caso de Valinhos e Morungaba, por exemplo.

Em relação ao setor no qual os conflitos registrados ocorreram, os dados são bastante difusos ou, de outra maneira, as empresas definiam suas atividades de maneira bastante difusa. Seja como for, selecionamos os 7 principais segmentos, em função das formas possíveis de resistência silenciosa, conforme será analisado no próximo capítulo.

Assim, os segmentos ficaram definidos da seguinte maneira: cerâmica e olaria, comércio, têxtil (incluindo confecções), Indústria (excluindo-se metalurgia), metalurgia, construção (incluindo engenharia) e transporte. Destes os números mais expressivos são os do segmento têxtil, sendo 29 reclamações (20 deles na cidade de Sorocaba, 3 em Votorantim, 3 e Jundiaí e os três remanescentes distribuídos entre Valinhos, Piracicaba e Itatiba, em um para cada), seguido por construção e engenharia (12 processos sendo 5 em Jundiaí, 4 em Votorantim, 2 em Sorocaba e 1 em Piracicaba), indústria (11 processos, sendo 7 em Jundiaí, 2 em Cabreúva e 2 em Sorocaba), comércio (5 processos, todos em Sorocaba), cerâmica e olaria (5 processos, sendo 2 em Jundiaí, e

¹⁵¹ Um exemplo bastante claro deste fenômeno é a greve geral de 1917 e os locais de rompimento das principais movimentações. Para maiores informações sobre o tema, verificar: LOPREATO, Christina S. R. *O Espírito da revolta (A greve geral anarquista de 1917)*. São Paulo: Annablume, 2000.

um para cada das seguintes cidades: Várzea Paulista, Vinhedo e Sorocaba) e metalurgia e transporte (4 processos cada, sendo todos os 4 de Jundiaí para a metalurgia e 2 de Sorocaba, um de Jundiaí e um de Votorantim para o transporte). Vejamos estes dados com a adição do fator gênero, na tabela abaixo:

Tabela 4: Relaciona dados referentes ao setor, a cidade o gênero, seus respectivos números e o número total de processos de cada setor.

Setor	Cidade	Processos	Gênero	Total
Têxtil	Sorocaba	20	20 do sexo masculino/9 do feminino	29
	Votorantim	3		
	Jundiaí	3		
	Demais	3		
Construção e engenharia	Jundiaí	5	Todos homens	12
	Votorantim	4		
	Sorocaba	2		
	Piracicaba	1		
Indústria	Jundiaí	7	6 do sexo masculino/5 do feminino	11
	Cabreúva	2		
	Sorocaba	2		
Comércio	Sorocaba	5	4 do sexo masculino/1 do feminino	5
Cerâmica e Olaria	Jundiaí	2	Todos homens	5
	Várzea Paulista	1		
	Vinhedo	1		
	Sorocaba	1		
Metalurgia	Jundiaí	4	Todos homens	4
Transporte	Sorocaba	2	3 do sexo masculino/1 do feminino	4
	Jundiaí	1		
	Votorantim	1		

Como se pode notar, o número de conflitos está relacionado à concentração de mão de obra em determinada região. Assim, locais mais industrializados à época registra maior número de conflitos, como havia de se esperar. O mesmo ocorre em relação ao

gênero envolvido nos conflitos: os setores onde historicamente se tem maior concentração masculina, tem um número maior de conflitos engendrados por homem.¹⁵²

Em relação às fábricas, existem também aquelas que são mais costumeiramente citadas nos processos. A explicação para isso pode também ser o elevado número de funcionários, uma vez que, quanto maior o número destes, proporcionalmente será o número de conflitos surgidos.

Tabela 5: Apresenta o número de processos por empresa, relacionando-os com os possíveis desfechos de um litígio.

	Processos	Procedentes	Conciliados	Improcedentes
Barbero	12*	1	4	5
Microempreendedor	8*	3	3	0
Viber	3	0	1	2
Cia Nacional Estamparia	3*	1	1	0
Krupp	3	2	1	0
Votorantim	2	1	1	0

*O acesso a alguns despachos não foi possível e, portanto, estes não foram contabilizados para efeito de contagem. Os números são: 2 para processos movidos contra Barbero, 2 contra microempreendedores, 1 contra a Cia. Nacional de Estamparia.

As empresas escolhidas foram aquelas que mais apareceram nos processos e aquelas que apareceram uma ou duas vezes não foram consideradas para efeito de elaboração da Tabela 3, exceto a Votorantim, dada sua relevância econômica para a época.

Assim, nota-se que a empresa que mais apareceu nas fontes foram as Indústrias Têxteis Barbero S/A., com 12 reclamações. Curioso é notar que, apesar da recorrência nos conflitos, a empresa só perdeu uma vez, tendo conciliado 4 e ganhado 5. A Viber S/A. aparece 3 vezes, tendo conciliado uma e conquistando um veredito que lhe fosse benéfico 2 vezes, em vantagem em relação à Krupp, que teve veredito desfavorável duas vezes. De todo modo, o caso que continua a chamar a atenção é o caso da Indústrias Têxteis Barbero S/A. e, por isso, dispensaremos um pouco mais de atenção na reflexão a respeito de seus números.

152 A (possível) exceção se dá em relação ao setor têxtil que, geralmente, está relacionado à prática laboral feminina. No entanto, existem registros da Diretoria Geral de Estatística que dão conta de que, a partir de 1920, o número de homens e mulheres empregados na indústria têxtil são similares. Para maiores detalhes, ver: MOURA, Esmeralda. Além da Indústria Têxtil: O trabalho feminino em atividades 'masculinas'. In: Revista Brasileira de História. V 9, nº 18. Ago-Set/89. pp. 83-98.

Dos 12 conflitos registrados para a empresa, cinco deles iniciaram-se em 6 meses após o ingresso do trabalhador ao quadro de funcionários da empresa. Destes, em cinco casos, a reclamação foi julgada improcedente e em um não foi possível analisar a página que continha a decisão. A única reclamação julgada como procedente é a registrada no processo de número 732/76, que trazia um conflito em torno da substituição de um equipamento que, segundo o trabalhador, diminuía seu rendimento, fato cuja responsabilidade a empresa imputou ao próprio reclamante. Neste caso, o trabalhador estava na empresa há aproximadamente 12 anos. Os conflitos foram protagonizados, em sua maioria, por homens, sendo 8 deles deflagrados por homens e 4 por mulheres.

Os números dos conflitos aqui expostos dão, espera-se, dimensão à realidade de conflito na qual se instala o capital. As relações de produção sob o modo capitalista de produção não têm outro combustível que não o conflito, visto que ele só se mantém pelo antagonismo de interesses fertilizado pela expropriação da produção alheia. O trabalhador, diante de uma estrutura que tende a beneficiar e reproduzir as relações de produção postas, não tem muitas alternativas. Uma delas é resistir cotidianamente, de maneira discreta e, às vezes, sorrateira. A outra, quando a primeira falha, é transformar ritos e instituições punitivas em palco de luta e embate, de expor narrativas defensivas e levantar as contradições da igualdade proclamada. Mostrando, num ambiente absolutamente hostil e desconhecido, que a luta se faz quando ninguém está olhando.

CAPÍTULO 3

Uma vez analisado o conjunto das fontes, bem como seus impactos e as características que lhe são próprias, buscando a coesão e demonstrando a regularidade entre elas - condições necessárias para apresentá-las sob a definição de registro da expressão de práticas classistas - é chegada a hora de se aproximar do cotidiano, palco da agência humana, e analisar de maneira detalhada as ações que, dissolvidas na prática social cotidiana dos trabalhadores, podem representar a materialização do latente conflito entre trabalho e capital.

Parece oportuno lembrar que estes conflitos se dão apesar de toda a atuação de um aparato estrutural historicamente aprimorado que culminou na criação da Justiça do Trabalho – com ritos e princípios que lhe são próprios, podendo significar importante palco de luta para a classe trabalhadora. Além disso, não podemos nos furtar de mencionar que as ações aqui analisadas (e que não esgotam o conjunto de ações dos trabalhadores) foram deflagradas no momento de vigência do Ato Institucional número 5, ou seja, tais ações se deram, talvez *apesar de*, mas talvez *justamente por* haver um esforço do Estado em promover a disciplina da força de trabalho, atenuando, pelo terror, as chances de atuação resistiva da classe operária bem como a consequente tensão entre as classes sociais. Isto é, apesar de todo o aparato repressivo que se montou em torno da questão trabalhista (com intervenções a sindicatos, por exemplo), não se pode dizer exatamente que a classe operária não tenha encontrado – ou, mais especificamente, resgatado - seus meios de resistência que, apesar de silenciosos (e de eficiência questionável sob o ponto de vista estrutural), dão sinais de que, no plano cotidiano, os conflitos permaneceram e, quando muito, apenas alteraram-se em sua forma – se é que o fizeram.

Outrossim, os conflitos aqui estudados se manifestam de diversas maneiras, com diferentes graus de complexidade e organização, indo desde a ideação de vingança, passando pelo resmoneio, chiste, chegando às ofensas (às vezes públicas), agressões, furtos, falsificações e indo até destruição de máquinas, incêndios dolosos, paralisações das atividades laborais e o próprio recurso à Justiça do Trabalho, entre outros. Ações individuais costumam ser mais simples, mais rápidas e emocionais e ações coletivas, por sua vez, mais complexas, costumam ser mais bem organizadas e, talvez por isso, causem mais impacto. A apresentação destas ações exige, para que se cumpra o rigor

acadêmico esperado, que alguns pontos sejam preliminarmente esclarecidos ou sublinhados, o que se passa a fazer, portanto.

O primeiro ponto dá conta de que a exposição que aqui se rascunha seguirá, mais ou menos, a ordem das formas de resistência silenciosa supra apresentada – a descrição percorrerá o caminho que leva das ações mais simples para as mais elaboradas. Ou seja, será exposto na forma de um *continuum* crescente em relação às formas e complexidades com que estas se nos apresentam. Convém mencionar, no entanto, que a utilização desse artifício de exposição para análise não deve sugerir que o processo de resistência seja passível de uma divisão mecanicista, pautada na lógica de causa e consequência, ou seja, a paralisação das atividades laborais, apesar de ser um método de luta melhor elaborado e mais complexo, não é, de forma alguma, consequência *obrigatória* das ações de sabotagem individual, bem como as ofensas a superiores não representam condição indispensável para a existência das demais formas de lutas, embora – cabe a ressalva - seja comum que ações mais “emocionadas” e de deflagração mais simples antecedam ações que exigem maior racionalização e organização. Isso quer dizer que o resmoneio pode ser um sintoma de que o conflito de interesses entre as classes começa a deixar o plano imaginário para ganhar a concretude do real, mas o fato é que essa concretude pode se dar imediatamente a partir de formas mais bem planejadas. Ou seja, embora o resmoneio possa ser o presságio de um conflito latente, todas as formas de luta podem coexistir dentro de um mesmo espaço (às vezes perpetrado pelo mesmo indivíduo), sem que o esboço de uma seja requisito obrigatório para a existência de outra, embora – mais uma vez – isso também possa vir a ser observado.

Aliás, considerando uma divisão de categorias de ações que são aglutinadas em função de sua similaridade, é possível que se observe uma escalada de progressão dentro da própria categoria de ações ou um trânsito por diversas categorias. Dessa forma, podemos dizer que as ações podem variar em progressão numa escala endógena e exógena. Isto é, o descontentamento pode se expressar através de ações passíveis de serem aglutinadas segundo uma mesma categoria ou segundo categorias distintas. Por exemplo: um suspiro ou um olhar podem ganhar o status de um resmoneio e progredir até uma ofensa ou um turpilóquio, para, em seguida, ganhar o status de agressão física (todas as ações são consideradas como pertencentes à mesma categoria) e assim indefinidamente e, por outro lado, o resmoneio pode migrar para uma outra categoria de ação, como a destruição de máquinas, por exemplo – tais definições de categorias serão

descritas em momento oportuno, mas talvez possa ser conveniente notar que as ações, de modo geral, se espalham por 3 eixos: o eixo das ações Comportamentais, o eixo das ações Relacionais e o eixo das ações de Sabotagem. A fim de ilustrar o que se apresenta, analisemos o que é narrado no processo 1.157/70, que nos traz um excelente exemplo do que é a progressão em escalada endógena e exógena, sendo que estas se dão de maneira absolutamente irregular:

Em 20 de junho último, (sábado), o Reclamante interrompeu seu serviço às 10,00 horas, ocasião em que estava sendo carregado um caminhão que seguiria para S. Paulo na segunda-feira para entrega de mercadorias. Todos os demais carregadores executaram sua tarefa até a conclusão, exceto o Reclamante que se recusou a prosseguir no trabalho como era seu dever. Outrossim, o Reclamante já registrava em sua vida funcional os seguintes antecedentes disciplinares:

- a) 02-06-66: advertência escrita por faltar.
- b) 12/11/66: suspensão de 1 dia, por indisciplina.
- c) 23-07-68: advertência verbal por faltar.
- d) 30-11-68: idem, ibidem.
- e) 30-01-70: suspensão de 1 dia, por faltar.
- f) 13-6-70: suspensão por 2 dias, por indisciplina e desacato a superior hierárquico.¹⁵³ [sic]

Note-se, portanto, que o histórico do funcionário mencionado no referido processo judicial trabalhista trouxe registro de que, ao longo de sua trajetória, vários tipos de ações de resistência silenciosa foram efetuados, variando em sua forma e intensidade, transitando ao longo da escala endógena e, não obstante, da exógena, da qual falávamos: o trabalhador praticou absenteísmo (Sabotagem), indisciplina (Comportamental), desacato (Relacional) e recusa ao trabalho (Sabotagem). Note-se que, como será mais amplamente explicado em momento oportuno, existem ações de natureza e graus distintos. Isto é, o absenteísmo traz, consigo, algo de recusa ao trabalho, mas só ações como a de desacato permitem a recusa *expressa* ao trabalho, tornando esta, sob o ponto de vista da disciplina fabril, mais grave. Isso porque a falta ao trabalho, embora tenha provavelmente atrasado a distribuição dos produtos, permite uma manobra explicativa que, simbolicamente, não questiona o papel de autoridade do gestor do trabalho alheio e que, aliás, a reconhece quando se apresenta determinada

153 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1157*. Reclamante: Joel Bento de Pádua. Reclamada: Indústrias Têxteis Barbero S/A. Jundiaí, 15 de julho de 1970.

justificativa, mesmo quando esta venha a se tratar claramente de uma alicantina. Por outro lado, a recusa expressa ao trabalho significa, além de atraso na produção (ou distribuição, como é o caso), um ato de questionamento à ordem fabril vigente (unindo a ação de Sabotagem à ação Relacional), significa a expressão da retomada do direito sobre o próprio corpo, uma insurreição contra a organização da produção tal qual se dá, podendo-se classificar esta ação como de maior gravidade e, portanto, como uma ascensão na escala endógena, ao que tange a categoria de resistência silenciosa composta pela falta, pela recusa ao trabalho, pela cera, etc.

Ademais, o trabalhador também exerceu a prática de desacato, que, no fazer-se teórico da presente pesquisa, vem a figurar em uma outra categoria de resistência silenciosa, podendo se dizer que o trabalhador escalou suas ações de modo exógeno: ocorreram práticas de diferentes naturezas e graus.

Para além, é importante sublinhar que esta afliência entre as categorias de ações (e entre os graus de cada uma delas) pode ser observada, inclusive, com diferentes indivíduos inseridos em um mesmo ambiente laboral, uma vez que o que se analisa não é a trajetória de um único indivíduo, mas de uma classe (ou de parte dela), sendo justamente a regularidade sistemática das ações o fator que nos permite considerar tais ações como manifestação contínua de teor classista. Nos dizeres do historiador Edward Thompson:

Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de resposta em situações análogas e, em certo nível (o da formação ‘madura’ das classes), permite-nos observar o nascer de instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional.¹⁵⁴

Para ilustrar como essa afliência se dá, quando da deflagração de ações de resistência silenciosa por diferentes indivíduos, recorramos à análise de autos processuais relativos à reclamação de outro trabalhador da *mesma fábrica*, as Indústrias Têxteis Barbero. Analisemos os fatos, segundo narrativa processual:

154 THOMPSON, E. P. *Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’*. In: NEGRO, A. L e SILVA S. (orgs.) *Peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001. pp. 185 – 201, p. 270.

[...] admitido em 16 de julho de 1969, para trabalhar na Secção de Fiação a Sêco, logo depois foi colocado à disposição do Departamento Legal dada a sua displicência no serviço; a seguir, foi lhe dada nova oportunidade, passando a trabalhar na Secção de Serviços Gerais, onde também não correspondeu com a necessária dedicação, sendo advertido duas vezes por brincar em serviço e desobedecer ordem; colocado à disposição do Departamento Legal, mais outra oportunidade lhe foi dada com a transferência para a Secção de Rami, onde continuou com seu comportamento desidioso, sendo advertido por escrito. Finalmente, o Reclamante faltou ao serviço nos dias 16 e 17 de janeiro de 1970 (18 foi domingo) e pretendeu justificar a ausência com atestado particular de médico, quando a empresa sempre exigiu a justificação por médico do INPS ou da própria empresa, como é de seu regulamento interno e também por disposição legal. [sic] [grifo nosso]¹⁵⁵

Analisando as datas de falta do Reclamante deste segundo processo e comparando a narrativa exposta com aquela encontrada no documento anterior, notamos que as ações foram feitas por diferentes trabalhadores e com distanciamento temporal de duas semanas – mais exatamente, 13 dias -, sendo que o Reclamante do processo 227/70 faltou numa sexta-feira e num sábado (conforme excerto apresentado) e o Reclamante do processo 1157/70 o fez na sexta-feira da semana seguinte a esta. Além disso, embora o segundo documento não traga detalhes sobre datas, podemos perceber que os conflitos se iniciaram desde que se deu o ingresso do trabalhador no quadro de funcionários da empresa, ou seja, em meados de julho de 1969. A partir de então, o funcionário teve ações de desordem, indisciplina e desídia até janeiro de 1970, quando de sua demissão. Já o documento apresentado anteriormente traz-nos que as ações daquele trabalhador perduraram até julho daquele ano. Isto é, houve um processo de continuidade do conflito laboral, sendo que, em alguns momentos, estes conflitos foram concomitantes.¹⁵⁶

O segundo ponto sobre o qual se pretende dedicar alguma atenção é aquele que tende a tornar claro o real papel que ações de resistência silenciosa exercem numa sociedade de classes. Estas ações, costumeiramente esparsas na cotidianidade, ao contrário das ações de militância política ou de ações provenientes da própria política institucionalizada, não se apoia na ostensividade, pelo contrário, se resguarda a partir do anonimato, da dissimulação e da falsa aquiescência. A importância em se trazer isso à

155 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 227*. Reclamante: Nelson Pedro. Reclamada: Indústrias Têxteis Barbero S/A. Jundiaí, 17 de fevereiro de 1970.

156 Mais detalhes acerca desses e de outros conflitos assistidos nesta mesma empresa serão apresentados futuramente e as menções darão lugar às referências no rodapé.

luz se dá porque essas ações aparecem como sinal da permanência do antagonismo de interesses entre as classes sociais a despeito da aparente transigência revelada pela ausência de ações mais notáveis e articuladas, com deflagrações mais ostensivas e, portanto, mais notáveis, porém mais espaçadas na linha do tempo, como greves e rebeliões.

Ou seja, o fato haver ausência de greves ou revoltas populares, por organizadas e declaradas que são, não significa necessariamente a expressão de um consentimento em relação ao regime de apropriação da força de trabalho alheia. Pelo contrário, tais ações exercem o papel de pedra de toque da permanência do conflito entre trabalho e capital, em especial, se considerarmos os agravantes do momento histórico analisado: qualquer ação coordenada e deflagrada às claras pelos trabalhadores poderia trazer-lhes caras consequências em função de um possível enquadro na assim chamada Lei de Segurança Nacional, cujo artigo de número 38 considerava como um ato de atentado à segurança nacional a divulgação de panfletos, jornais ou boletins, a reunião pública ou o alistamento de indivíduos em local de trabalho para compor grupos ou reuniões.¹⁵⁷ Assim, torna-se legítimo o fato de que os trabalhadores optassem por recorrer às ações já comuns na história do operariado e que, repletos de discricção, lhes traziam menos riscos. Passagem que anui o exposto é encontrada nos estudos do cientista político James C. Scott que, ao analisar a resistência de camponeses da Malásia, observou que “Na medida em que o objetivo dos resistentes é tipicamente satisfazer necessidades prementes como segurança física, alimento, terra, ou renda, e fazê-lo em relativa segurança, eles podem simplesmente seguir a linha de menor resistência”¹⁵⁸ e, muitas vezes, a linha de menor resistência é a das ações silenciosas, em especial no período tratado por esta pesquisa.

Dessa forma, ações aqui estudadas apareciam muitas vezes como esparsas e ocultas na cotidianidade e, em alguns momentos, nem passaram por registros pelo pouco risco à ordem que elas podiam trazer ou mesmo por passarem despercebidas aos olhos daqueles que estiveram responsáveis pela manutenção da ordem fabril, gestores do trabalho ou seguranças. Assim, a falta de registros sobre o conflito não significa que ele fosse inexistente e, para identificá-lo, é preciso estar atento às formas prosaicas de

157 BRASIL. *Decreto-Lei nº 314*, de 13 de março de 1967.

158 SCOTT, James C.. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 5, p. 217-243, jul/2011. p. 226.

luta, às reações que foram possíveis ao trabalhador segundo a realidade que se lhe apresentou, com limitações construídas a partir da possibilidade de retaliações já descritas, sendo bem pouco provável – admite-se - que essas formas de resistência silenciosas fizessem mais que afetar *marginalmente* as formas de exploração e subverter *momentaneamente* sua lógica.

Promover o estudo com fito em tal preocupação significa reconhecer o desejo militante de descrever a classe de maneira organizada e coerente, com ações calcadas em um projeto político sólido, mas limitar-se ao ofício do pesquisador, que implica na lida com as contradições e complexidades encontradas no interior da classe trabalhadora, de modo que o respeito ao objeto de pesquisa esteja acima da concretização teórica da utopia não alcançada, protegendo-o de uma romantização que pode atribuir-lhe papel que ele não possui: tais ações são o indício da permanência do conflito entre classes sociais de interesses antagônicos e, se muito, chegam a forçar algumas mudanças legislativas e tecnológicas no sentido de coibir tais ações¹⁵⁹, não vindo a representar grandes riscos ao modo de produção ou mesmo às organizações produtivas.

Apesar disso, a prática dessas ações possui grande importância para a classe trabalhadora, uma vez que garante a formação e manutenção de uma cultura de resistência que, em sendo comum a toda a classe – apesar de fugir de seu monopólio -, a dá um significado de coesão e garante a unicidade de métodos que, apesar da (falta de) articulação do discurso que a legitime, vem a significar o exercício prático do combate, ainda que limitado, ao regime que permite a exploração do homem pelo homem. Outrossim, essa conduta de subversão travestida de transigência pode significar o início da descoberta da consciência de classe. Nas palavras Thompson:

[...] as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno destes mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer descoberta de sua consciência de classe.¹⁶⁰

159 Um exemplo disso é o desenvolvimento do relógio de ponto biométrico, necessidade que vem a partir da prática bastante comum entre os trabalhadores de registrar ponto para os colegas de trabalho, quando da adoção do sistema de ponto por cartão. Aliás, o próprio ponto por cartão surge como uma necessidade para coibir os atrasos e as burlas a outros sistemas de controle, menos eficientes.

Assim, apesar de não expressarem ações com a definição de projetos políticos para a formação de uma organização social distinta daquela na qual ocorrem, as ações de resistência silenciosa são meios eficazes para que o trabalhador firme sua presença política em sua relação com o capital e venha a deixar, ao menos entre os seus, a certeza de que a postura de submissão é apenas aparente e se dá de modo que garanta a proteção relativa daquele que a pratica, sem deixar de resistir. Em seus estudos a respeito do campesinato, Scott apresenta uma metáfora que pode ser apropriada para explicar as ações dos movimentos de resistência silenciosa entre trabalhadores urbanos:

As formas cotidianas de resistência camponesa não produzem manchetes de jornais. Assim como milhões de pólipos de antozoários criam um arrecife de corais, milhões e milhões de atos individuais de insubordinação e de evasão criam barreiras econômicas e políticas por si próprios. Há raramente alguma confrontação dramática, eventualmente digna de ser noticiada. E, sempre que o barco do estado esbarra numa dessas barreiras, a atenção é centrada no acidente e não na vasta agregação de micro-atos que resultaram na barreira. É muito raro que os produtores desses micro-atos busquem chamar a atenção sobre eles mesmos. Sua segurança está no seu anonimato.¹⁶¹

Assim, a prática resistiva silenciosa dos trabalhadores se apresenta em respeito a uma lógica segundo a qual, seja qual for a realidade desencadeada por determinada ação, esta permaneça em discrição, uma vez que a dissolução da condição de anonimato geralmente gera retaliação, seja por parte do Estado – que, no período analisado pela presente pesquisa, não poupou esforços para inibir, pelo medo, qualquer esboço de organização coletiva da classe trabalhadora - ou por parte dos patrões (em especial quando se trata de trabalho assalariado exercido em meios urbanos), retaliação essa expressa de diversas formas, que vão desde atos punitivos formais como advertências e suspensões, até a perseguições assediosas e, não obstante, demissões que, por ventura, desembocam em processos trabalhistas¹⁶², que servem como fonte para a presente

160 THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre a “falsa consciência”. In: NEGRO, A. L. e SILVA, S. (org). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. p. 274.

161 SCOTT, James. *Formas Cotidianas da Resistência Camponesa*. Tradução: MENEZES, Maria A. e GUERRA, Lemuel. In: *Raízes*, Volume 21, nº1, jan-jun-2002. pp. 10-31, p. 13.

162 Já mencionado nos capítulos que a este antecedem, não custa lembrar que a maioria das vezes, os processos são gerados por iniciativa dos trabalhadores que, ao serem demitidos por justa causa (Art. 482 da CLT), recorrem à Justiça do Trabalho para reverterem tal critério que, sem embargo, significa

pesquisa. Desse modo, é bastante comum que as ações subversivas dos trabalhadores não sejam bem descritas nos processos judiciais, que estejam cercadas de contradições e omissões. Isso porque a execução (e o sucesso) de tais atos dependem de uma ação de embuste que, ainda que nem sempre mantenham o anonimato de quem a pratica, quase sempre mantém alguns métodos e participantes sob relativo sigilo, sendo revelado apenas aquilo cujo silêncio já não é mais uma opção. Nas palavras de Scott:

Só raramente os perpetradores desses pequenos atos buscam chamar a atenção sobre si mesmos. Sua segurança repousa no anonimato. Também é extremamente raro que as autoridades estatais queiram dar publicidade à insubordinação. Fazê-lo seria admitir que sua política é impopular e, sobretudo, expor a debilidade de sua autoridade no campo – e nenhuma das duas coisas é do interesse do Estado soberano. A natureza dos atos em si e o mutismo dos antagonistas conspira, desse modo, para criar uma espécie de silêncio de cumplicidade que faz com que as formas cotidianas de resistência não apareçam nos registros históricos.¹⁶³

Ocorre que, apesar deste esforço para se manter relativo sigilo sobre tais ações, algumas delas, por sua natureza ou pela função ocupada pelo trabalhador, não são passíveis de anonimato. Estas são mais comumente registradas, uma vez que seus executores são mais rapidamente identificados e observável é que, a despeito dessa pronta identificação, o trabalhador se empenha em sua execução. Existem também aqueles casos em que o trabalhador se expõe, não porque a natureza da ação exige, mas porque a exposição traz à ação tons performáticos, também necessário para a expressão do perene conflito numa sociedade cuja organização da produção se dá segundo as regras do capital. Essa opção entre revelar-se ou não o responsável é um, entre outros, elementos que possibilitam a categorização das ações de resistência silenciosa.

Com a finalidade de aprofundarmos na análise dos métodos, motivos, objetivos e consequências de cada uma das ações, passamos a construir uma categorização que

subtração dos direitos rescisórios e uma mácula na vida profissional do trabalhador, uma vez que, naquele momento histórico, a demissão por justa causa era anotada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, ação que só passou a ser proibida pela Lei de número 10.270, de 29 de agosto de 2001, que adicionou o parágrafo 4º ao Artigo 29 da CLT, com a seguinte redação: É vedado ao empregador efetuar anotações desabonadoras à conduta do empregado em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.”

163 SCOTT, James C.. Exploração normal, resistência normal. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 5, p. 217-243, jul/2011. p. 226.

possa abranger cada método, apontando suas principais características e contextos, conforme se expõe a seguir.

3.1 – A CATEGORIZAÇÃO DAS FORMAS SILENCIOSAS DE RESISTÊNCIA:

Conforme já esboçado acima, é possível analisar as ações de resistência silenciosa dos trabalhadores e distribuí-las segundo categorias, cujas definições se dão em função da forma de ação, a natureza desta, seu alvo e a natureza dele. É usual que se nomeiem estas ações como ações de sabotagem. No entanto, o que se pretende demonstrar é que “sabotagem” é uma categoria dentre tantas outras possíveis para as formas de resistência silenciosa. Apoiar-nos-emos na definição de sabotagem dada pelo autor Pierre Dubois, que a define como toda ação deflagrada contra a produção ou contra o maquinário e que gere algum impacto na qualidade ou quantidade dessa mesma produção:

Assim, nossa definição de sabotagem abrangerá tudo o que pode ser feito pelo trabalhador, individual ou coletivamente, ao produto manufaturado ou ao maquinário de produção, que resulte na redução da quantidade ou qualidade da produção, seja temporariamente ou permanentemente.¹⁶⁴

Essa definição apresentada pelo Dubois pode ser questionada pela teoria de alguns outros autores, como será demonstrado em breve, quando, oportunamente, passarmos a discutir as práticas estritamente de sabotagem. Para a formação argumentativa da presente pesquisa, essa definição para o termo “sabotagem” somente será mantida de maneira bastante estrita, ou seja, quando o alvo da ação do trabalhador for a matéria prima, o maquinário ou o próprio produto. Isso porque foram encontradas formas de ação que não necessariamente visam atingir ou não atingem diretamente a produção – o que não quer dizer que não o faça -, como é o caso da agressão física, da recusa às regras disciplinares, dos chistes, entre outros. Nestes casos, o abalo à produção pode até vir a ocorrer, porém, é evento que passa ao largo das consequências diretas das

164 DUBOIS. Pierre. *Sabotage in Industry*. Tradução para o inglês: Rosemary Sheed. Harmondsworth: Penguin Books. 1979. p. 14. “So our definition of sabotage will cover everything done by workers, individually or collectively, to the manufactured product or machinery of production, that results in lowering the quantity or quality of production, whether temporarily or permanently”.

ações dos trabalhadores autores das práticas em questão. Por isso, considera-se mais adequado ampliar o leque de categorias de modo que seja possível abarcar, se não todas, a maioria das ações deflagradas pelo trabalhador e identificadas pelo pesquisador na análise dos documentos que compõem o conjunto de fontes desta pesquisa.

Inicialmente, todas as ações dos trabalhadores podem ser divididas em dois grandes grupos: as ações *intraclasse* e as ações *interclasse*. As ações *intraclasse*, como o próprio nome sugere, são aquelas cujos envolvidos (ativa ou passivamente) são pertencentes à mesma classe e, para a prática da presente pesquisa, trata-se da classe trabalhadora. O segundo grande grupo no qual é possível espalhar as ações dos trabalhadores é o grupo de ações *interclasse* e nessas quem se encontram envolvidos (ativa e passivamente) são componentes de classes distintas, ou seja, as ações a partir das quais se delineiam as relações de classe.

No caso das ações *intraclasse*, podemos dividi-las em dois grupos, que condizem com as formas de relação interpostas: as ações harmônicas e as ações desarmônicas, sendo que as primeiras são a identificação dos aliados ou daqueles que possuem interesses comuns. Neste caso, tais ações somente podem ser descritas enquanto conflito em função do outro, geralmente, personificado pela figura do chefe, supervisor ou patrão e fazem parte da identificação daqueles que compartilham dos mesmos interesses e que está relacionado ao esboço daquilo a que Thompson chamou de “descoberta de si como uma classe”¹⁶⁵. Já as ações *intraclasse* desarmônicas são aquelas em que os trabalhadores entram em conflito entre si, o que geralmente se dá porque um trabalhador ou um grupo de trabalhadores identifica outro trabalhador como um representante dos interesses do patrão, e suas ações como produto de uma prática de bajulação, sendo que, na cultura operária, seus praticantes passam a ser associados a termos de conotação pejorativa, como “puxa-saco” ou “pelego”¹⁶⁶. Nestes casos, portanto, o conflito se expressa dentro da própria classe, conforme pode-se identificar no processo de número 1.074 de 23 de agosto do ano de 1973, quando o trabalhador Jaime, motorista de caminhão coletor de resíduos domésticos, busca a, sob *jus*

¹⁶⁵ THOMPSON, E. P. *Op. Cit.* p. 274.

¹⁶⁶ Mesmo o esforço em se agradar os detentores do poder ou, como no caso em tela, os detentores dos meios de produção deve ser analisado como uma relação de classes. Caso inspirador neste sentido pode ser a análise dos modos de dominação da *gentry* analisados em: THOMPSON, E. P. *Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra*. In: NEGRO, A. L e SILVA S. (orgs.) *Peculiaridade dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2001. pp. 203 – 225.

postulandi, a Justiça do Trabalho para reivindicar anulação de demissão por justa motivação oriunda da recusa em dar ordens aos colegas que já o perseguiram. De acordo como narrado pelo autor da reclamação:

O Reclamante, como motorista, não era superior hierárquico dos ajudantes (batedores de lata), mas, recebia, reiteradamente ordem do encarregado sr. Germano, para que olhasse o serviço dos batedores, não permitindo que os mesmos deixassem de apanhar pedaços de papeis ou outros detritos jogados em terrenos baldios por onde passassem;
Que isso irritava os ajudantes, que sempre reclamam que com os demais motoristas de outros trechos tais exigencia não haviam (...);¹⁶⁷ [sic]

Os fatos narrados na reclamação, neste caso, foram motivo para o registro de uma suspensão ao trabalhador, cuja descrição possui o seguinte teor:

Pela presente comunicamos que V.S. está suspenso de suas atividades, na data de hoje, pelo motivo de entrar em discussão com o ajudante, Paulo Alves Nogueira, quando ambos, ofenderam-se mutuamente, com palavras de baixo calão, dando assim um péssimo exemplo aos seus companheiros, e ao público motivo para denegrir o elevado conceito da empresa.¹⁶⁸

Como se pode notar, a relação estabelecida entre os trabalhadores cuja trajetória é parcialmente narrada em tela, é *intraclasse* (ou seja, se dá entre membros da mesma classe social) e é desarmônica. Além das categorizações até agora apresentadas, ainda é possível ir além, oferecendo ramificações para além delas. Neste caso, as relações desarmônicas podem ter expressão moral (aquela em que a ação do trabalhador se dá no plano do comportamento e da representação, com prejuízos morais ao trabalhador-alvo, a partir de chistes, alcunhas, demonstração ou estímulo a rejeição do outro no grupo etc.) ou expressão prática (aquela em que a ação do trabalhador tem cunho prático e se expressa pela agressão física, pela perseguição, pelo furto ou outra forma que traga prejuízo direto ao retaliado). De maneira geral, o que vem a diferenciar as categorias de “expressão moral” e “expressão prática” é o efeito que tal ação exerce sobre o alvo, sendo que, no caso de a ação ter expressão moral, não há necessariamente prejuízo ao

167 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1074*. Reclamante: Jaime da Silva Mendes. Reclamada: Limpar Construções e Comércio LTDA. Jundiaí, 23 de agosto de 1973.

168 Idem.

trabalhador objeto da ofensa, ao passo que, nas ações de expressão prática, há um prejuízo direto, seja material ou físico. E é possível identificar, ainda nos limites do caso narrado pelo documento analisado em tela, uma reação *intraclasse*, desarmônica e de expressão prática (e não moral, como analisado até aqui), que se dá quando Jaime, na tentativa de revidar as investidas dos colegas, os pune fisicamente, como demonstrado em excerto de depoimento judicial de uma testemunha que afirmou que: “o Reclamante [Jaime] dirigia depressa não dando tempo de o depoente, na qualidade de ajudante, executar o serviço (...)”¹⁶⁹ [sic].

No caso aqui analisado, a ação teve natureza *intraclasse*, partiu de uma relação desarmônica e ocupou o status de expressão moral quando houve uma tentativa de prejudicar a reputação de Jaime junto a outros motoristas, afastando-o, portanto, do grupo com o qual ele, em função da natureza de seu posto, se identificava e, ainda no âmbito da expressão moral, podemos sublinhar os atos de ofensa expressos pelas “palavras de baixo calão” mencionadas no termo de advertência disciplinar. Além disso, nessa mesma relação de conflito *intraclasse*, de cunho desarmônico, foi possível identificar uma forma de expressão *prática*, que se dá quando Jaime, na tentativa, de se vingar dos colegas coletores, dirigia o caminhão em velocidade superior àquela necessária para que estes pudessem acompanhá-lo de maneira confortável, punindo-os fisicamente a partir da condição que sua função laboral o alçava. Outro caso possível de verificar uma relação desarmônica seguida de uma ação de expressão prática é o trazido pelo processo de número 1.480, de 1976. Nele, a funcionária reclamante, Hermelinda, solicita reversão da demissão de justa causa por ter sido apanhada em briga corporal com duas colegas de trabalho, ao que ela alegou exercício de legítima defesa própria. No processo consta a informação de que duas colegas de trabalho, Carmen e Maria seguiram Hermelinda até o banheiro, onde iniciaram a agressão.

De acordo com o depoimento de uma testemunha, Carmen e Maria teriam agredido Hermelinda em função de uma suspensão dirigida a Carmen e que Hermelinda teria assinado como testemunha, motivo pelo qual passou a ser considerada inimiga das operárias. Nos termos que relatam o depoimento da testemunha, esta alega:

[...] que desconhece quem teve a iniciativa da luta; que o motivo da luta prendeu-se ao fato de que a reclamante [Hermelinda] teria assinado como testemunha numa suspensão aplicada a Maria Roque [...] que após a suspensão Carmen passou a provocar a Reclamante, daí surgindo a discussão

169 Ibidem.

já referida; que em relação à Maria a depoente não sabe se ela participou ou não da briga; que a Reclamante foi quem entrou primeiro no banheiro; NADA MAIS.¹⁷⁰

Neste exemplo, o foco da atenção é a atitude de Maria que reagiu à sanção que lhe foi aplicada agredindo aquela que, para ela, foi corresponsável por tal sanção. Pode-se observar, portanto, que o simples ato de assinar como testemunha em um documento que significou punição delegou a Hermelinda o papel de traidora ou, talvez, colaboradora do implacável sistema de vigilância à disciplina que se dá no ambiente fabril sobre os peões, criando um clima de tensão e desgaste emocional. Para Celso Frederico,

Os desdobramentos desse clima podem ir desde resmungos e discussões até agressões físicas.

Uma reação tão emocional como esta poderá sugerir diversas interpretações psicológicas que irão se restringir somente ao caráter ‘pessoal’ da briga do operário contra a chefia. Nada mais falso: o comportamento do operário na fábrica não deve ser reduzido ao seu aspecto meramente psicológico e, muito menos, pode-se isolar esse aspecto de suas determinações sociais. No processo de trabalho reproduzem-se *relações de classe* e não simples *relações humanas*.¹⁷¹

No processo analisado, a agressão não vitimou o superior hierárquico, como descrito na passagem de Celso Frederico. No entanto, o alvo foi alguém que, em função de um ato de colaboração em um processo de punição, passou a ser identificado como aliado do superior hierárquico, ainda que esta não seja uma relação correta, ela existiu. Isso permite-nos utilizar o referido trecho para ajudar a explicar o ocorrido sob uma óptica classista, cujo caráter nos fatos narrados é reforçado pela superação da ação individual: Carmen sequer sofreu algum tipo de punição e, no entanto, passou a provocar Hermelinda e, em conluio com a verdadeira prejudicada pela sanção, agrediu-a fisicamente. As provocações anteriores podem ser identificadas no depoimento de sua superior imediata, Maria Celina Ribeiro, que traz-nos: “[...]que dias atrás dos fatos, a Reclamante foi se queixar à depoente alegando que não podia trabalhar direito porque vinha sendo provocada por Carmen [...]”.¹⁷² Ou seja, Carmen identificou o “nós” e “os

170 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1.480*. Reclamante: Hermelinda Egídio de Oliveira. Reclamada: Indústrias Têxteis Barbero. Sorocaba, 14 de dezembro de 1976.

171 FREDERICO, Celso. Op. Cit. p. 57.

172 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1.480*. Op. Cit.

outros” da relação, assumindo a responsabilidade por aplicar punições morais e físicas à pretensamente merecedora destas.

Pode-se dizer que a ação narrada neste processo está em um grau relativamente superior de organização e complexidade. Primeiro porque, apesar de ter sido executada em um número reduzido de pessoas, não se pode negar que a ação tenha saído da seara das ações individuais e que o descontentamento tenha ficado limitado às subjetividades de um indivíduo, como ocorreu com a punição que Jaime infligiu aos colegas. Segundo porque a ação foi plenamente coordenada e premeditada: a escolha por agredir a vítima dentro do banheiro feminino não se deu por acaso, era um ambiente privativo que teria um número menor de pessoas para apartar o agressor e para testemunhar o responsável pelo início das agressões, tanto que, conforme já citado depoimento, a testemunha não pôde precisar quem foi o responsável pelo início da peleja. Além disso, igualmente, foram identificados a relação harmônica (a associação entre trabalhadoras) e desarmônica (a vítima punida).

Assim, o que se pode notar é que a complexidade das relações conflituosas cotidianas quase nunca permite um isolamento exclusivo de uma ou outra categoria – o que será observado em praticamente todas as ações analisadas –, sendo possível observar nuances de uma ou de outra, como já mencionado anteriormente, sendo sua divisão somente válida para fins de análise e observação de possíveis migrações das formas de conflito estudadas e para o apontamento de qual é a natureza predominante da ação estudada. Na tentativa de traduzir de maneira mais compreensível a complexidade da realidade imposta por relações de conflitos em ambientes laborais, apresenta-se um fluxograma para que, ao tornar as divisões mais visíveis, se ilustre de maneira mais satisfatória o que até aqui tem se pretendido demonstrar. Note-se que, para as relações *intraclasse*, é possível a existência de relações harmônicas e desarmônicas e que, por sua vez, cada uma delas pode ganhar expressão moral ou expressão prática. Até aqui, analisou-se uma relação *intraclasse*, desarmônica e que combinou formas de expressão prática e moral. Para uma compreensão mais ampla, analisemos:

Fluxograma 1: Ilustra as formas de relações construídas em ações de conflito entre trabalhadores em função de sua natureza e forma de expressão

Como demonstra a imagem, é possível, também, verificar casos em que a relação *intraclasse* se dá no âmbito da harmonia que, igualmente, conta com formas de expressão moral e prática. Como se pode notar, relação posta é sempre classista, tendo como fator de distinção o alvo das ações deflagradas. O caso de ações desarmônicas que se expressam nas relações *intraclasse* se dão, de modo geral, porque identifica-se, no outro trabalhador, a expressão do interesse da classe antagônica e, conseqüentemente, o alvo é o próprio trabalhador, como se viu nos documentos recém analisado. Ocorre que, diferentemente disso, em alguns casos, enxerga-se nas ações do outro trabalhador a expressão de consonância de interesses e, neste caso, cria-se, entre eles, o que podemos chamar de relação harmônica, sendo que, neste caso, elege-se como alvo aquele ou aquilo que é identificado como o antagonista de seus interesses – superiores hierárquicos, sistemas organizacionais, máquinas e até outros trabalhadores -, podendo essa relação harmônica se expressar tanto na prática cotidiana fabril quanto no recurso à Justiça do Trabalho para registro de reclamação, sendo, neste segundo caso, que a harmonia é expressada por ações como testemunho favorável, impetração de ação litisconsorte (reclamação coletiva) ou pela proximidade temporal em que se recorre à

Justiça como ferramenta de continuidade da luta engendrada, sendo esta indicativo de uma coordenação de ações, submersa em práticas de incentivo mútuo¹⁷³.

O primeiro cenário, aquele em que a harmonia se expressa no cotidiano fabril, toma forma a partir de práticas predominantemente ligadas a ações de sabotagem (ou similares) e, portanto, serão analisadas em breve, quando tais práticas forem objeto de nossa análise. Já o segundo cenário, qual seja aquele em que a Justiça do Trabalho é o caminho adotado como ato contínuo do conflito iniciado no cotidiano fabril, pode ser encontrado na narrativa que se constrói no processo de número 371/77. No referido processo, quatro trabalhadores se uniram para, em abril de 1977, postular contra atraso salarial. Segundo o processo:

1. Os Reclamantes só receberam o salário de dezembro de 1976 e a segunda parcela de gratificação natalina correspondente ao mesmo ano, em 25 de janeiro de 1977.
2. Os salários de janeiro de 1977 receberam em 18 de março do mesmo ano. E, estando a vencer-se o prazo para apagamento dos salários de março, não receberam, até agora, os de fevereiro.
3. No pagamento da gratificação natalina não foram computadas as horas extras permanentemente trabalhadas, o que, aliás, nunca se fez, também, para o pagamento de repousos semanais e férias.¹⁷⁴

No caso em tela, os trabalhadores pleiteavam a interrupção indireta do contrato de trabalho, com pagamento integral dos valores devidos, de acordo com o artigo 483 da CLT. Assim, os trabalhadores, por seu preposto, solicitaram que:

(...) seja decretada a rescisão de seus contratos de trabalho, condenando-se as reclamadas, solidariamente, ao pagamento dos salários vencidos e vincendos, gratificações, férias, indenizações em dobro, tudo integrado, no cálculo, por horas extras permanentemente trabalhadas (...)¹⁷⁵

173 Aqui, cabe lembrar o que se apresenta no Capítulo I deste trabalho e que trata da barreira ideológica que há entre o trabalhador e o acesso à Justiça do Trabalho, cujos ritos, práticas e vocabulário estão ao largo do universo de compreensão do trabalhador.

174 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1157*. Reclamante: Joaquim Marques de Oliveira e outros. Reclamada: Usinas Paulistas S/A. e Usinas Brasileiras de Açúcar S/A. Piracicaba, 15 de abril de 1977.

175 Idem.

Chama-nos a atenção o fato de registrar-se ação contra “reclamadas”. Isto porque os quatro trabalhadores litigantes não prestavam labor para a mesma usina. Daí, nota-se que a relação (e a consequente ação) harmoniosa *intraclasse* se deu para além do ambiente de trabalho, sendo as agruras da realidade material que os uniu, contra ambas usinas, que pertenciam ao mesmo grupo: trabalhadores de diferentes usinas ligadas a um mesmo grupo identificam o que os une e, a partir de tal, se unem para alterarem - ainda que de maneira muito pontual e em modalidade bastante legalista - sua condição material de alguma maneira. O que se nota, portanto, é que é a maneira como a realidade do outro é assimilada que determina o tipo de relação que será construída (e, consequentemente, de ações executadas), sendo tão mais harmônica a relação quanto mais compartilháveis são as realidades e os interesses.

3.2 – AS RELAÇÕES E AÇÕES INTERCLASSE, UM CASO À PARTE:

As ações que chamamos *interclasse* têm diversas peculiaridades, motivo pelo qual será dispensada maior atenção às ações oriundas das relações desta natureza. Na verdade, a maioria das ações encontradas foram construídas em torno de uma relação entre as classes - mesmo as relações *intraclasse* (harmônicas ou desarmônicas) podem se dar em função de um latente conflito construído na relação entre duas classes distintas (*interclasse*), conflito este que, dada sua complexidade, se difunde mesmo entre os pares.

Antes, no entanto, de adentrarmos às características e tipificações das ações entre as classes, cabem algumas ressalvas em relação a algumas opções teóricas feitas. A primeira delas é, na verdade, a retomada de algo que já foi mencionado: para a presente pesquisa, as ações que comumente se chamam de sabotagem são, de fato, uma das três ramificações possíveis para as ações *interclasse*, a ramificação que está ligada às ações voltadas ao campo produtivo, para, mais uma vez, prestar reverência à definição de sabotagem dada por Dubois, recebendo o nome de Sabotagem. Assim, as práticas de resistência silenciosa são mais abrangentes e possuem diferentes categorias que, de alguma maneira, serão abordadas adiante.

Ato contínuo, cabe a segunda ressalva, a de que, apesar de ser mais abrangente que a própria sabotagem, aqui, o conceito de resistência silenciosa contará, em toda a sua gama de formas possíveis, com algumas definições, divisões e motivações teorizadas por autores que as trouxeram à luz para explicar especificamente os atos de

sabotagem. Portanto, estes termos caracterizadores da sabotagem serão utilizados, por extensão, para ajudar a explicar, em alguma medida, as ações de resistência silenciosa e quando isso ocorrer, o a questão será exposta e, se necessário, debatida.

Isto posto, passemos a observar a figura abaixo para compreender as definições de forma de resistência que propomos até aqui:

Fluxograma 2: Ilustra as formas de relações construídas em ações de conflito entre trabalhadores em função de sua natureza e forma de expressão.

Como se pode notar, as relações *interclasse* podem ser divididas em 3 grandes grupos: Relacional, Comportamental e Sabotagem, sendo essas definições dadas em função do meio pelo qual o trabalhador se vale para praticar a ação de resistência. Note-se que, nesta organização, não aparece a divisão harmônica e desarmônica. Isso se dá porque, por se tratar de uma relação de classes com interesses antagônicos, assume-se que a relação nunca será harmônica e que qualquer aparência neste sentido trata-se, na verdade, de uma falsa aquiescência que nada mais é que um componente estratégico cotidiano dos trabalhadores: “a dissimulação dos fracos diante do poder não deve surpreender-nos. É onipresente.”¹⁷⁶

¹⁷⁶ SCOTT, James C. A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos. Trad. Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre. 2013. pp. 27-28.

Vejamos, agora, cada um desses grupos. O primeiro deles, o “Relacional”, abrange as ações que estão ligadas às relações pessoais desenvolvidas em ambiente laboral. Este grupo pode ser dividido por duas formas distintas, a Oculta e a Expressa. Nas ações *interclasse*, de cunho relacional que assume a forma oculta, temos a ideação, os apelidos, os chistes, a boataria etc. Dada a natureza dessas ações, elas raramente são documentadas: as informações costumam somente ser compartilhada entre grupos leais de trabalhadores e, geralmente, são práticas de gravidade insuficiente para ensejar-se uma punição ao trabalhador que dela se usa. Devido a simplicidade e a relativa segurança, é comum que todo o conflito de classes materializado em ambiente laboral se inicie por essas formas, num primeiro momento em plano individual - a ideação - e, após algum tempo, em grupos que tendem a, na medida em que se reconhecem como iguais, a compartilhar as ideias e sentimentos. Para James Scott,

Um indivíduo ofendido pode desenvolver uma fantasia pessoal por vingança e confrontação, mas quando a ofensa não é mais que uma variante de um conjunto de ofensas sistematicamente infligidas a uma raça, classe ou estrato social, então a fantasia pode converter-se num produto cultural coletivo.¹⁷⁷

Assim, o sentimento de injustiça ou opressão gera ideias que, cedo ou tarde, acabam sendo compartilhadas, aprimoradas e absorvidas de maneira que venham a compor a cultura daquele ambiente laboral. Aí, características físicas, timbre de voz, cacoetes e jargões do ofensor passam a ser ressaltados, expostos e exagerados para além do ridículo, numa espécie de caricatura viva que toma a forma de historietas, piadas, imitações e, quando isso ocorre, o humor dá vazão à ideia de vingança inicial, funcionando como uma válvula de escape que alivia a pressão interna daquele grupo social, gerada pelas tensões sociais representadas pelas práticas cotidianas de opressão de uma classe por outra.

Algumas vezes, no entanto, quando da ideia e da experimentação de uma sensação ruim gerada por tais formas de opressão cotidiana, o trabalhador não contém os sentimentos e passa a expressar suas ideias, primeiro a partir de resmoneios que são a primeira forma de confronto direto, podendo se expressar pelo resmungo, por um grunhido, um suspiro ou um olhar. Em seguida, vêm as reclamações feitas de maneira literal (que algumas vezes toma a forma de ameaças) e que podem vir a tomar a forma de ofensas e agressões. Nestes casos, a ação no âmbito relacional ganha a sua forma

¹⁷⁷ Idem. p. 36.

expressa e, na narrativa apresentada à Justiça, ganha definições de desacato a superior hierárquico, ameaças etc. Pensando sobre situações análogas à descrita, James Scott também traz uma passagem que pode nos ser bastante elucidativa:

A questão não está em saber se a raiva encontrará uma via para se libertar ou não. O que importa é saber se tal passa por um processo mais seguro mas psicologicamente menos satisfatório de ‘aliviar a alma gota a gota’ ou por um processo de extravasamento gratificante mas perigoso (...).¹⁷⁸

Assim, ao submeter o sentimento de vingança ao crivo da razão, o trabalhador pode optar por silenciar ou por extravasar aquele sentimento de outra maneira, dentre as quais já vimos uma. No entanto, em algumas vezes, o trabalhador vivencia um rompante que o leva a expressar, em termos literais, a ideação experimentada e essa expressão também varia em intensidade, podendo ser mais ou menos violenta e tomando formas mais ou menos claras, podendo assim variar desde gritos até ofensas e turpilóquios.

O processo de número 599 de 1970, traz-nos uma narrativa bastante ilustrativa para este caso:

1. No dia 2 de abril do corrente ano [1970], no período da manhã, durante o trabalho, o reclamante, ao ser advertido por desídia, pelo seu chefe Osmar Ramos, respondeu a este ofensivamente: “Vá tomar no cu”. Estavam presentes o empregado s José Corres, Eurico Paes Vieira e Mário de Camargo.
2. Praticou assim falta grave que justificou plenamente a sua demissão do emprego, sem direito ao aviso prévio, indenização e 13o. mês proporcional. [sic]¹⁷⁹

Nota-se que a ação foi reativa. O trabalhador foi advertido e, num impulso, reagiu quebrando as regras de convívio e dirigindo palavras de baixo calão ao seu superior hierárquico, caracterizando esta ação como uma ação defensiva¹⁸⁰. Noutros casos, no entanto, a ação pode ser ofensiva, ou seja, o descontentamento do trabalhador é o que o motiva a romper com o aparente equilíbrio das relações. É o caso do que é narrado no processo de número 1.874, de 1969, quando um trabalhador com histórico

¹⁷⁸ Idem. p. 37.

¹⁷⁹ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 599*. Reclamante: Antônio Domingues Filho. Reclamada: Dias & Rodrigues Ltda. Jundiaí, 08 de abril de 1970.

¹⁸⁰ Pierre Dubois apresenta a expressão “Sabotagem defensiva” e, aqui, o termo é usado a partir da similaridade.

de descontentamento com o emprego expôs sua insatisfação com impropérios dirigidos aos seus superiores:

(...) o Reclamante, no final do expediente de trabalho, comparecia no Patio da firma reclamada, onde registrava sua entrada e saída do serviço, completamente embriagado. Que, nestas condições, permanecia longo tempo perturbando à ordem, prejudicando o andamento do serviço das pessoas que ali se encontravam trabalhando e, o que era pior, dizendo impropérios e dirigindo palavras desrespeitosas aos seus superiores hierárquicos. [sic]¹⁸¹

Note-se que, neste caso, o trabalhador teve uma postura não de defesa, mas de ataque e, provavelmente, motivado pelo consumo de álcool, ao menos se considerarmos verídica a informação prestada pela empresa reclamada.

Há casos, ainda em que as ofensas se transformam em esboços de agressão física, como podemos verificar na análise da narrativa trazido pelo processo de número 1.145, de 1973. O trabalhador operava como vigilante e apresentava, segundo alegações da reclamada, resistência em atender convocações para trabalho em regime de plantão. Os autos narram que:

Em 5 de setembro de 1973, o Reclamante compareceu ao plantão da Reclamada por volta de 14,00 hs, dizendo-se portador de atestado médico para faltar nos dias 5 e 6 de setembro. Nessa oportunidade, inquirido pelo plantonista sobre o motivo de sua falta no dia 1º/09/73, uma vez que houvera tido conhecimento do memorando que o escalara para prestar serviço na Firma FERNOX, respondeu que faltara por haver se enganado a respeito do dia e ao ser informado de que não seria punido com suspensão dada a falta de vigilantes, mas que perderia o dia em que faltou, ficou indignado, passando a ofender o plantonista com palavras de baixo calão, dizendo inclusive ao plantonista que se o mesmo fosse à Campo Limpo, correria sangue, numa clara ameaça contra a vida de seu superior hierárquico, tudo isso ocorrendo na presença do vigilante Sr. Valter Euflosino que se encontrava no plantão naquele momento.¹⁸²

Como se vê, as ideias de vingança, neste caso, adquiriram tons de ameaças que, dada a natureza do trabalho, ganha contornos bastante graves do ponto de vista das histórias individuais envolvidas. O fato é que o olhar, o suspiro, o grito e a ofensa deixaram de dar a necessária vazão ao crescente sentimento de insatisfação e, portanto,

181 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1874*. Reclamante: Osvaldo Lopes. Reclamada: Reniva S/A Engenharia e Comércio. Jundiaí, 10 de dezembro de 1969.

182 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1145*. Reclamante: Manuel Aparecido de Camargo. Reclamada: Oesve São Paulo Ltda. Jundiaí, 11 de setembro de 1973.

o trabalhador buscou formas que, então, pareceram-lhe mais aprazíveis enquanto elemento de vazão às frustrações. A ameaça ganhou corpo. É comum que a próxima etapa da evolução das ações seja a agressão física, o que, no caso em tela, não se constatou narrado.

Como pode ser observado em todos os casos até aqui analisados, as ofensas e ameaças transparecem, na verdade, um conflito maior que, até aqui, tem sido o conflito gerado pelo antagonismo de interesse das classes. E, na mesma medida em que revela o conflito das classes, essas ofensas podem, também, revelar um esboço do reconhecimento de aliados da classe – sem deixar de compor o grupo de ações *interclasse*. O processo de número 96 de 1970 narra que, ao ser pego brincando durante seu expediente em uma indústria têxtil, o trabalhador Nilton foi advertido verbalmente pelo contramestre, Francisco Margarotti, na presença dos colegas de seção. Um destes colegas,

(...) ao encontrar-se com o contramestre Francisco Margarotti no sanitário da seção, a êle se dirigiu nos seguintes termos: ‘Quanto lhe paga o Sr. João Devasto (êste é o mestre da seção) a você para que seja dedo duro da tecelagem, pucha-saco e sem vergonha como foi há pouco entregando o Nilton’.[sic]¹⁸³

Observável é que neste caso a ação não foi deflagrada no calor do momento, com agentes permeados pelas forças da emoção. O trabalhador, de fato, queria registrar seu descontentamento com a prática de seus superiores para garantir a manutenção da organização fabril. Ato contínuo, o trabalhador aguardou a oportunidade que ele considerou a mais adequada para imprimir o registro de seu descontentamento: a relativa reserva proporcionada pelo ambiente sanitário da seção fabril.

Resgatando as definições já apresentadas até aqui, note-se que houve, por um lado, uma relação *intraclassista* harmônica (a exposição do trabalhador foi um ato de solidariedade para com o trabalhador punido) e, por outro, uma ação *interclassista* que podemos considerar de cunho relacional expreso, o que reforça a importância da definição como um recurso para tornar possível a identificação das ações segundo sua predominância, sendo infrutífero para quem espera uma divisão simplista e categórica.

183 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 96*. Reclamante: Aparecido de Camargo. Reclamada: Indústrias Têxteis Barbero S/A. Jundiaí, 13 de junho de 1970.

Como já descrito, algumas vezes, as ações relacionais podem desembocar em agressões por vias de fato tal qual pôde ser notado durante a análise das ações e relações *intraclasse*. Este evento foi observado no processo de número 1.077, de 1973. O referido auto nos narra que, ao estar cometendo uma prática de sabotagem (que Celso Frederico categorizou como operação zelo), um trabalhador foi interpelado pelo seu chefe – identificado como responsável pela garantia dos interesses do patrão -, o que gerou discussão seguida de agressão, como nos traz o excerto a seguir:

- a.- O Rte. [Reclamante], no dia 21.7.73, por volta das 17.50 horas, sem a competente autorização de seu supervisor, ao retirar do Almoxarifado 4 (quatro) ferramentais de forjar peças, mais conhecido por ‘punções’, e sem qualquer razão plausível, jogou-os ao chão, perto de sua máquina de trabalho.
- b.- Interpelado por seu Supervisor, alegou o Rte. que tais punções não iriam forjar mais nenhuma peça do Kr.860.
- c.- Estranhando este fato alegado pelo Rte., seu Supervisor chamou outro forjador, e pediu a esse último que provasse os punções do Rte., no que o Rte. revidou de pronto mandando-o embora (...)
- e.- Não satisfeito com o gesto de seu Supervisor o Rte. sem qualquer razão, passou então, a dirigir-lhe palavras grosseiras, e, em seguida, agrediu fisicamente seu Supervisor.
- f.- Saindo do local, o Supervisor agredido, a dar conhecimento dos fatos à Chefia do Departamento, foi, outra vez, agredido a socos pelo Rte. necessitando se apresentar na enfermaria para receber curativos. [sic]¹⁸⁴

É possível notar no excerto apresentado que existe uma fluência em relação aos tipos de ação e, além disso, uma escalada de intensidade da ação, sendo que, no quesito relacional, esta se inicia com um resmungo, evolui para uma discussão na qual o trabalhador tenta expulsar seu superior hierárquico e culmina na agressão física que, mais tarde, a partir de testemunhos, mostrou-se mútua, motivo pelo qual tanto o trabalhador quanto o supervisor decidiram amenizar este evento em seus respectivos depoimentos pessoais *sub judice*. No entanto, nota-se que as formas de ação de resistência ganham tons plurais, sendo impossível isolar apenas uma, afinal, o conflito é perene.

Esgotadas as reflexões desejadas para o grupo Relacional, é hora de apresentarmos o segundo grande grupo de ações, que chamamos de “Comportamental” e que agrega todas as ações de resistência silenciosa que estão ligadas à disciplina, ao cumprimento de metas, respeito às regras e afins. Enquanto o grupo de ações “Relacionais” está mais ligado à expressão do descontentamento, neste grupo temos um

184 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1077*. Reclamante: Salvador Finto Camargo. Reclamada: Krupp Metalúrgica Campo Limpo S/A. Jundiaí, 23 de agosto de 1973.

equilíbrio sendo que as ações podem ser, também, um meio para que o trabalhador angarie algumas pequenas conquistas individuais.

Aliás, aqui parece ser o ponto mais apropriado para que se apresente uma conceituação que Pierre Dubois desenvolve para definir as formas de sabotagem e que, como alertado anteriormente, pode ser utilizada, a partir de alguns pequenos ajustes teóricos, por extensão, para definir as diversas formas de resistência silenciosa: trata-se da sabotagem em sua forma expressiva e em sua forma instrumental. Essa teoria de Dubois foi trazida ao Brasil, na década de 1970, através do trabalho de Celso Frederico: *A vanguarda operária*, obra sociológica na qual o autor descreve as lutas cotidianas dos trabalhadores da indústria automobilística do ABC paulista. Ocorre que, no entanto, a teoria apresentada por Frederico não corresponde à narrada por Dubois, embora aquele autor credite a teoria a este. Explica-se: Frederico menciona que:

Segundo Dubois, haveria dois tipos básicos de sabotagem com fins bem diferenciados:

- a) O primeiro deles é a *sabotagem instrumental*. Neste caso, o operário pode visar apenas a uma transformação limitada de sua situação: complementar os salários vendendo peças roubadas da fábrica, conseguir uma pausa para descanso enquanto se conserta a máquina quebrada etc. (...)
- b) O segundo tipo, embora não vise a melhoria da condição operária, não deve ser considerado um ato gratuito. Por isso, o autor chama de *sabotagem expressiva*. O título não poderia ser melhor, pois aqui o operário está exprimindo um desacordo, uma oposição.¹⁸⁵

Mas, na verdade, o não é exatamente essa a divisão que Dubois faz. Este autor até menciona as práticas que alteram diretamente a realidade do trabalhador, mas não são essas que o autor define como sabotagem em sua forma “instrumental”, como se pode verificar no excerto abaixo apresentado:

Portanto, sabotagem instrumental é sabotagem direcionada à conquista de certas demandas limitadas (...). Uma menção separada deve ser feita para ação direta enquanto sabotagem instrumental. A sabotagem [instrumental] pode estimular a administração a fazer concessões, mas algumas formas de sabotagem [a da ação direta] realmente alcançam a mudança desejada. No primeiro caso, a administração toma a decisão de mudar, e há ou não negociação prévia com os sabotadores. Mas no último caso não há negociação: a mudança na condição do trabalhador é imposta pela força e assumida imediatamente – isto é, por ação direta.¹⁸⁶

185 FREDERICO, Celso. Op. Cit. p. 71.

186 Dubois, Pierre. Op. Cit. pp. 60-61. “Separated mention must be made of direct action as instrumental sabotage. Sabotage may stimulate management to make concessions, but some forms of sabotage actually

Assim, o que Frederico considera sabotagem instrumental é o que Dubois descreve como “ação direta *enquanto* sabotagem instrumental”, afinal o ato descrito por Frederico, de vender peças roubadas, é uma forma de complementar o salário, conquistando as mudanças pontuais imediatas sem a necessidade de negociação com a administração, o que Dubois descreve como uma característica da ação direta. Neste sentido, para Dubois a sabotagem instrumental existe, mas, no entanto, é uma ação de sabotagem deflagrada de maneira que obrigue a administração a tomar decisões que promoveriam as melhorias ensejadas. Portanto, o que Dubois chama de sabotagem instrumental são os atos que, forçosamente, impelem os administradores a atenderem algumas demandas impostas pelos trabalhadores, ela permite, portanto, conquistas indiretas.

Já em relação à sabotagem expressiva, Dubois a define:

A sabotagem demonstrativa [expressiva, na tradução de Frederico] não demanda qualquer melhoria nas condições de trabalho – mas não significa que seja simplesmente gratuita. Ela expressa uma verdadeira discordância, uma inimizade de classe. Pode ser pura vingança, a única coisa que se restou fazer quanto todo o resto falhou, um grito de desespero, o último suspiro (...) ela pode ser uma crítica implícita a toda [forma de] produção capitalista e à maneira como ela cresce (...).¹⁸⁷

Destarte, para o caso da sabotagem expressiva, parece que a definição dada por Frederico tem consonância com a dada por Dubois. Esclarecer esta questão é algo importante porque, como já mencionado, esse conceito de “expressivo” e “instrumental” será aplicado, por extensão, a todas as ações de resistência silenciosa e, por existir relativa disparidade teórica entre o trabalho de Dubois e o de Frederico, a escolha por qual caminho seguir deve ser justificada. Assim, no fazer-se do presente trabalho, ao tratar o caráter das ações, distinguiremos ambas as formas como de caráter expressivo,

effect the desired change. In the former case management makes the decision to change, and there may or may not be previous negotiation with the saboteurs. But in the latter there is no negotiation: the change in the worker's status is imposed by force and takes place immediately - i.e., by direct action.”

187 Dubois, Pierre. Op. Cit. p. 62. “Demonstrative sabotage is not demanding any improvement in working conditions - but does not mean tha it is simply gratuitous. It is expressing a real discord, a class enmity. It may be sheer vengeance, the only thing left to do when all else has failed, a cry of despair, a last gasp (...) it can be an implicit criticism of the whole of capitalist production and the way it grows.”

caráter de *ação direta*, e caráter instrumental, para estar mais próximo da definição original, a dada por Dubois.

Desse modo, quando as intenções do trabalhador identificadas for simplesmente expressar desacordo, diremos que se trata de uma ação de resistência silenciosa do grupo Comportamental de caráter expressivo. Já quando, diferentemente disso, se identificar uma ação deflagrada com a finalidade de promover alguma correção das distorções causadas pela relação trabalho *versus* Capital, então se dirá tratar de uma ação de resistência silenciosa do grupo Comportamental com caráter de ação direta e, por fim, quando a ação for deflagrada com a clara intenção de forçar a administração a tomar alguma ação em benefício do trabalhador, então a chamaremos como ação de resistência silenciosa Comportamental de caráter instrumental.

Feito esse adendo teórico, sigamos, refletindo acerca do grupo “Comportamental” das formas de resistência silenciosa, lembrando que elas podem assumir o caráter de expressivas ou de ação direta, nos termos em que nos traz Pierre Dubois. Em verdade, as ações compreendidas no grupo definido como “Comportamental” compõem a maioria das ações que culminaram em rescisão contratual por justa causa e, conseqüentemente, nos processos analisados. Para se ter ideia, 31 dos processos analisados continham ações de natureza comportamental e que aparecem, no meio jurídico, como manifesta indisciplina, desídia, inobservância das regras disciplinares fabris, entre outros. Apesar disso, como veremos, as ações de resistência silenciosa de natureza comportamental são aquelas a partir das quais o trabalhador retoma o domínio sobre o próprio corpo ou, ao menos, expressa sua discordância em relação às regras estabelecidas para o ambiente laboral, manifestando tal discordância com algumas ações que extrapolam aquilo que convencionalmente se espera assistir em um ambiente de labor. Por exemplo, correr: “(...) a reclamante foi dispensada sob alegação de justa causa, pelo fato de estar correndo dentro das dependências da reclamada, o que era proibido”¹⁸⁸; caçar: “(...)uma quando foi apanhado dormindo e, de outra vez, quando abandonou suas funções para ir caçar”¹⁸⁹; “brincar”: “(...) passando a trabalhar na seção de Serviços Gerais, onde também não

188 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 2447*. Reclamante: Judite de Almeida Leite. Reclamada: Vigorelli do Brasil S/A. Jundiaí, 14 de julho de 1969.

189 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 2301*. Reclamante: Izaque Martins. Reclamada: Fazenda Santa Gertrudes. Jundiaí, 19 de setembro de 1975.

correspondeu com a necessária dedicação, sendo advertido duas vezes por brincar em serviço (...) ¹⁹⁰, causar tumultos ou uma infinidade de outras formas que puderam ser encontradas como exemplares de ações de tal natureza. Como será possível observar, algumas dessas ações se dão sob influência de fortes emoções, após uma briga com a chefia ou uma reprimenda, em outras, no entanto, o ato se dá em função de um rompante lúdico, num momento de suspiro de vida no estéril e quase sempre violento ambiente de trabalho.

Há, ainda, os casos em que o ato se dá como forma de protesto contra a implantação de políticas impostas pelos administradores. Um exemplo disso é o que foi registrado no processo de número 1.264 de 1973 no qual uma trabalhadora, ao postular contra uma demissão por justa causa que lhe foi imposta, foi acusada de subverter a ordem disciplinar, como podemos ver:

A reclamante foi dispensada por cometimento de falta grave; consubstanciada em subversão da ordem disciplinar e hierárquica [hierárquica] da empresa; por isso que incitava as colegas de trabalho a não cumprir o regulamento da empresa – consistente em disciplinar o uso dos banheiros; está autorizada a rescisão sem ônus. [sic] ¹⁹¹

Como se observa, o comportamento da trabalhadora de instigar a ação de colegas foi considerado um ato de subversão passível de demissão por justa causa, o que, no universo do trabalho, é um ato simbólico de expurgar o agente indesejado do grupo em questão. Apesar disso, as ações da trabalhadora materializavam o esforço em retomar o controle sobre o próprio corpo diante de uma vil ação que visava regular a própria fisiologia do trabalhador – na verdade, esse caso parece bastante emblemático na medida em que denuncia ambos os lados de uma mesma relação: em um deles, o empregador, cuja ideia de que o trabalhador é uma extensão da máquina é algo que o é de maneira tão arraigada, que este acredita poder controlar o ritmo biológico do outro e, por outro lado, o trabalhador, considerado expurgável por tentar retomar o direito sobre suas próprias vontades e necessidades. Assim, o fato de a trabalhadora “insuflar as colegas” afasta sua ação dos meandros das formas expressivas de ação de resistência.

190 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 277*. Reclamante: Nelson Pedro. Reclamada: Indústrias Têxteis Barbero S/A. Jundiaí, 16 de fevereiro de 1970.

191 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1264*. Reclamante: Aulinda dos Anjos de Melo. Reclamada: Tutex S/A Indústria Têxtil. Jundiaí, 08 de outubro de 1973.

Mas essas formas expressivas também são comuns e se expressam como casos de flagrante ataque às normas disciplinares, como podemos encontrar exemplificado no caso da trabalhadora que se recusou terminantemente a utilizar o uniforme: “(...) a verdade, entretanto, é que demitiu-se, isso porque não concordou em usar uniformes, dizendo que não era menina de grupo escolar.”¹⁹², o que também pode ser interpretado como uma busca (ainda que em plano inconsciente) pela manutenção de sua individualidade e como uma recusa a assunção da identidade enquanto trabalhadora.

Em um outro processo, o de número 1.083, de 1973, é possível encontrar um documento em anexo que traz alguma ilustração de outra ação comportamental, na qual o trabalhador manifesta seu desacordo com as regras disciplinares. Trata-se de um relatório de vigilância, no qual o profissional vigilante, no dia primeiro de agosto do ano de setenta e três, registra “que o funcionário Ézio Fabrício entrou as 21:40 no recinto da fábrica montado em sua bicicleta. Fui avizá-lo que não era permitido e ele desacatou-me. Peço-lhes que seja tomada as devidas providências.[sic]”.¹⁹³ Note-se que a ação do trabalhador não chega a trazer nenhuma melhora imediata em sua condição material ou de trabalho, o que afasta a ação de ser uma ação direta de resistência, nos termos de Dubois. Na verdade, essa ação tem a finalidade pura e simples de expressar o descontentamento que, muitas vezes, tem origens a partir de outras regras ou outros eventos e que desembocam nesses pequenos conflitos cotidianos, a *ação expressiva*, e quem geram novos conflitos, forçando a adoção de algumas mudanças pontuais, sejam no sentido de tornar o ambiente de trabalho mais agradável, seja aprimorando as ferramentas ou os métodos de controle e coerção do trabalhador. O fato é que a organização da produção não se mantém incólume às sistematizadas investidas dos trabalhadores.

Finalmente, passemos a versar sobre o último grupo que compõe as formas de ação *interclasse*: o grupo “Sabotagem”. Como o próprio nome sugere, este grupo elenca as ações que, de alguma maneira, a despeito das intenções, estão ligadas à sabotagem, ou seja, ao desvirtuamento do exercício da função do trabalhador - no ambiente fabril,

192 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 880*. Reclamante: Cacilda Roseli de Oliveira. Reclamada: Bar e Lanchonete Caju. Sorocaba, 20 de maio de 1970.

193 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1264*. Reclamante: Ézio Fabrício. Reclamada: Cia. Fiação e Tecidos São Bento. Jundiaí, 27 de agosto de 1973.

são ações relacionadas à produção, no ambiente de comércio e serviços, são ações ligadas ao atendimento, à cobrança de valores etc.

Para compreender melhor o significado deste grupo, talvez, valha recorrer à definição do termo e, preliminarmente, à origem dele. Quanto à origem, muito comum tem sido a alegação acadêmica de que o termo sabotagem tem origem numa prática comum aos trabalhadores franceses, a de utilizar seus tamancos – os *sabots* – para emperrarem as engrenagens de máquinas, danificando-as. Em função do nome do instrumento utilizado, a ação ganhou o nome, em francês, de *sabotage* – que, em adequação à lusofonia, ganhou a letra “m” ao final, gerando o termo sabotagem. No entanto, para o historiador inglês especializado em história do trabalho na Inglaterra, Geoff Brown, essa não é a explicação mais satisfatória:

(...) velho mito de que a palavra ‘sabotagem’ deriva do fato de que tamancos eram lançados por trabalhadores francófonos no interior de suas máquinas para danificá-las. Isso bem pode ter acontecido, mas na verdade a palavra *sabotage* deriva de um costume francês mais antigo envolvendo a palavra *sabot*: qual seja [a expressão] ‘*dormir comme un sabot*’ (dormir profundamente) e ‘*travailler comme un sabot*’ (trabalhar devagar, de modo desajeitado).¹⁹⁴

Ainda para o autor, o problema da busca pela origem da expressão é que ela, cada vez mais, reforça o tom pejorativo e muitas vezes violento do termo, quando não é. Para o autor, é possível praticar formas de sabotagem não destrutiva. Essa parece, também, ser a ideia de Rudolf Rocker, importante escritor anarquista alemão, para quem:

A sabotagem consiste nos trabalhadores colocarem qualquer obstáculo possível no modo comum do trabalho. Na maior parte, isso ocorre quando os empregadores tentam se aproveitar de uma má situação econômica ou alguma outra situação que lhes é favorável para piorar as condições normais de trabalho, através da redução de salário ou aumentando a jornada de trabalho. (...) Toda a importância da sabotagem se resume no mote ‘para mau salário, mau trabalho’.¹⁹⁵

194 BROWN, Geoff. *Sabotage: a study in industrial conflict*. Bristol: Spokesman Books. 1977. p. XXI. “(...)the hoary old myth that the word ‘sabotage’ itself derives from the fact that clogs were thrown by French speaking workers inot their machines in order to damage them. This may well have happened, but in fact the word sabotage derives from the older French usage involving the word sabot: such as ‘*dormir comme un sabot*’ (to sleep extremely deeply and heavily) and ‘*travailler comme un sabot*’ (to work slowly, clumsily, and over-deliberately).”.

Necessário é dizer que, muitas vezes as ações descritas anteriormente, de algum modo, acabam afetando as questões funcionais do trabalhador. No entanto, a discriminação se mantém porque, ao contrário daquelas formas de ação, essas estão *diretamente* relacionadas a tais objetivos: a recusa no uso do uniforme, a agressão ao superior hierárquico, a ofensa, entre outras práticas descritas perturbam de alguma maneira a ordem no ambiente de trabalho, mas não visam interferência direta na produtividade: ali, não é o trabalho ou a produtividade que está em risco, é a ordem “fabril”, cujos efeitos estão muito mais relacionados às questões ideológicas que envolvem, entre outras coisas, a submissão do trabalhador e o domínio sobre seu corpo do que aos efeitos positivos de tais políticas sobre a produtividade. Assim, ficaremos com a definição de sabotagem apresentada por William Mellor, para quem: “Sabotagem significa a interrupção do maquinário da indústria capitalista a partir do uso de certas formas de ação, não necessariamente violentas, nem necessariamente destrutivas.”¹⁹⁶

Uma vez apresentada a origem do termo sabotagem, bem como a definição deste, ao menos no âmbito circunscrito à prática do presente trabalho, cabe-nos apresentar, de maneira mais aprofundada, as categorias as quais podemos distribuir as ações de sabotagem.

A primeira categoria elencada é a da Sabotagem Destrutiva, aquela em que a ação é direcionada para a destruição das instalações, dos equipamentos, da matéria prima ou do produto acabado. Esta modalidade é, na verdade, o desdobramento, em condição mais bem elaborada, da ideiação de vingança já apresentada, podendo, quando for o caso, adquirir o caráter de ação expressiva – podendo essa expressão ocorrer de maneira declarada ou não.

Um caso de ação de sabotagem destrutiva de caráter expressivo é trazido pela análise do processo de número 285, de 1970. Nele, narra-se que:

195 ROCKER, Rudolf. *Anarcho-syndicalism*. Londres: Pluto Press. 1989. p. 125. “Sabotage consists in the workers putting every possible obstacle in the way of the ordinary modes of work. For the most part this occurs when the employers try to avail themselves of a bad economic situation or 'some other favourable occasion to lower the normal conditions of labour by curtailment of wages or by lengthening of the hours of labour.(...) The whole import of sabotage is actually exhausted in the motto : for 'bad wages, bad work.”

196 MELLOR, William. *Direct Action*. London: Leonard Parsons. p. 105. “Sabotage means the clogging of the machine of capitalist industry by the use of certain forms of action, not necessarily violent and not necessarily destructive.”

O Reclamante já fôra advertido em 21/6/67, 2/4/69 e 1/8/69, por desídia, a saber: por produzir tecidos defeituosos; por passar 50 mts. de tecido com 14 chumbinhos caídos no tear 120; por passar 30 mts. de tecido com alinhavos, falta de fios, cartela estourada, canastra, no tear 268. Finalmente, em 4 dezembro de 1969 deixou passar 49,20 mts. de tecido com ‘sombra’, ‘trama cortada’ ‘fio e graxa’ no tear 218, o que motivou a suspensão sub-júdice. [sic]¹⁹⁷

Importante parece sublinhar que, segundo dados constantes no auto, o trabalhador iniciou suas atividades em 17 de novembro de 1959 e que, portanto, os defeitos apresentados nos produtos confeccionados não parecem fruto de imperícia, restando-nos a hipótese da sabotagem destrutiva. Devido ao fato de o trabalhador não obter nenhuma vantagem com a ação deflagrada, podemos categorizá-la como uma ação de sabotagem destrutiva expressiva, tendo como alvo o produto.

Uma outra ação de sabotagem destrutiva de caráter expressivo pode ser identificada no processo de número 1.512, do ano de 1978. No entanto, esta tem como alvo não o produto, mas a máquina, conforme podemos verificar:

Que no dia 9 de Julho último, o reclamante entrou em serviço as 14,00 horas e após 15 minutos de serviço de prensagem de pastilhas, ou seja, as 14,15 horas, o mesmo atirou propositadamente e com má fê, um punhado de quartzo na rosca da prensa, ficando a mesma emperrada e impossibilitada de operar nesse dia.[sic]¹⁹⁸

Como se pode notar, não parecia haver nenhum motivo para que o trabalhador se arriscasse na presença de seu superior hierárquico, agindo em exposição característica do caráter expressivo das ações de sabotagem. Neste caso em específico, a ação não se encerrou, fluindo para outras categorias já expostas na pesquisa:

Que seu superior hierarquico tendo presenciado o reclamante atirando objeto estranho na prensa, ao indagar-lhe do motivo desse seu mau proceder, o reclamante rebelou-se contra o mesmo. (...) sendo que o reclamante tumultuou a mesma com ameaças de bater numa das testemunhas Sr. Jorge Marcílio, caso o mesmo contasse a verdade. [sic]¹⁹⁹

197 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo n° 285*. Reclamante: Victor Thomaz. Reclamada: Indústrias Têxteis Barbero S/A. Sorocaba, 18 de fevereiro de 1970.

198 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo n° 1512*. Reclamante: Gilmar Leon. Reclamada: Cerâmica Jatobá S/A. Jundiá, 20 de julho de 1978.

199 BRASIL. Idem.

Já uma ação de sabotagem destrutiva de caráter de ação direta pode ser identificada no processo de número 318 de 1973, documento onde a empresa, assegurou ter sido o funcionário demitido por justa causa (o que foi negado nas alegações iniciais) e alegou que:

No dia 28.11.72 foi o Autor surpreendido quando jogava fora, de forma intencional, é claro, a anilina que é empregada em um dos estágios da produção. Mercê do expediente adotado pelo Autor, resultava-lhe, é claro, a possibilidade de a uma certa altura do dia, não ter trabalho por executar, visto como a anilina é elemento imprescindível para a sequência da produção. Assim, não houvesse anilina e o Autor não teria tarefas por executar. Ressalte-se, de resto, o elevadíssimo custo da anilina resultando pois para a empresa, dessa atitude, dolosa e irresponsável, duplo prejuízo: (a) o Autor era remunerado sem que prestasse serviço e (b) a grande quantidade de anilina desperdiçada, cujo preço, repita-se, é elevadíssimo.²⁰⁰

A lógica da ação deflagrada pelo trabalhador é bastante clara: ao fazer mau uso da matéria prima, esgotava-se sua quantidade e o trabalhador estaria sem nenhuma atividade laboral, percebendo o mesmo valor de salário. Na verdade, ao trabalhar menos e manter o mesmo salário, o trabalhador está agindo de maneira a valorizar a própria mão de obra: menos trabalho pelo mesmo salário é uma maneira de angariar aumento salarial, motivo pelo qual esta ação pode ser enquadrada na categoria de ação direta. A ação do trabalhador continuava para uma segunda fase:

Mas não é só. O intuito do Autor de não trabalhar, quedando inativo, era tão pronunciado, que a par de jogar fora a anilina, deixava aberta a torneira do reservatório d'água. Desnecessário dizer que em não havendo água a produção era interrompida. Soube-o a empresa no dia 28 de novembro, quando da apuração dos fatos e responsabilidades, que tal expediente, lamentavelmente, já vinha sendo pelo autor adotado desde há muito.²⁰¹

Observável, portanto, que a ação do trabalhador ganhava contornos cuja ressonância ia para além do benefício próprio, de modo que, ao providenciar o esgotamento de água, o trabalhador interrompia divisões para além da sua, em um

200 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 318*. Reclamante: João Cypriano Porto. Reclamada: Têxtil Elizabeth S/A. Jundiaí, 23 de fevereiro de 1973.

201 Idem.

indício da existência de um relativo esforço em trazer algum benefício coletivo e demonstram-na as ações em redundância no esforço para que se abreviassem as atividades laborais – tratava-se de um ato de sabotagem de ação direta, de fato.

Adentremo-nos agora nos meandros da sabotagem não destrutiva. Mais comum que a versão destrutiva, foram encontradas menções ao que chamamos de sabotagem não-destrutiva 18 vezes ao longo da análise do conjunto de fontes. Esse dado confirma a observação de Mellor, segundo a qual: “Não há necessidade em se destruir o maquinário se alguma finalidade puder ser servida por métodos menos destrutivos (...)”²⁰²

As formas de ação no sentido não-destrutivo da sabotagem são muitas e variam em função da atividade exercida e do contexto em que é aplicada, guardando traços de sua similar: o alvo é sempre o mecanismo que garante a manutenção da produção. Assim, ela se expressa pela recusa ao trabalho (que assume diversas formas), pelo furto, pela subversão aos mecanismos de controle de presença e produtividade etc., sendo quase sempre ligada à ação direta.

A recusa ao trabalho é a forma mais plural que a sabotagem não-destrutiva pode assumir e, apesar de guardar alguns traços das formas de ação comportamental – e algumas vezes, ela chega a se utilizar mesmo do mecanismo comportamental, como veremos -, ela foi considerada, na presente pesquisa, como sabotagem por interferir diretamente no ritmo de produção, obrigando os administradores do Capital a se readequarem à realidade imposta pela recusa do trabalhador.

Esta subdivisão da recusa ao trabalho contém formas de sabotagem que variam em sua intensidade, sendo elas expressas por ações que vão desde a queda na cadência do trabalho, até a paralisação total da atividade laboral, sendo essa dividida em duas possibilidades: recusa presencial ou o absenteísmo. Celso Frederico fez importante trabalho na identificação das diferentes formas de ação de sabotagem não-destrutiva, em especial àquelas que correspondem à recusa presencial, expressada pela queda na

202 MELLOR, William. Op. Cit. p. 109.

cadência do trabalho. Assim, o autor apresenta duas categorias de ações, que ele chama “fazer cera”²⁰³ e “operação zelo”²⁰⁴.

Em ambas as formas de sabotagem, o trabalhador diminui o ritmo do trabalho, passando algum tempo com as atividades interrompidas. A diferença entre elas é estabelecida pelo discurso criado durante a execução de tal ato. Na primeira, o trabalhador não se importa com a criação de alguma justificativa para a protelação do início ou do retorno às atividades laborais, tentando não ser pego ou mesmo fingindo trabalho. Isso é o que se vê ao se analisar o processo de número 93 de 1977, cujo teor narra:

Que a despedida do reclamante ocorreu por cometimento de falta grave prevista no artigo 482, alínea ‘h’ [da CLT], isto porque no dia 13 de janeiro corrente, por volta das 9 horas, foi o reclamante surpreendido fora de sua seção, sendo encontrado parado nas dependências sanitárias durante 15 a 20 minutos, sem autorização de seu superior hierárquico, falta essa reincidente e punida anteriormente por escrito e verbalmente, sem que voltasse a cumprir o regulamento da empresa e – o que é mais grave – no dia de sua dispensa rebelou-se contra o seu superior, dirigindo-lhe ofensas com palavras de baixo calão (...).²⁰⁵

Observa-se que, ao buscar as dependências sanitárias, o trabalhador esperava estar fora do âmbito de vigilância de seu superior e, portanto, não havia uma preocupação com a justificativa para a protelação das atividades. Outro elemento observável no excerto é o desdobramento da ação, que culminou com a ofensa ao superior imediato, trazendo à tona aquilo que foi discutido anteriormente e que trata da afluência de categorias das ações, fazendo uma escalada exógena das formas de resistência silenciosa.

Outro exemplo dentre os encontrados é o expresso por uma notificação de advertência que compõe o rol de provas do processo de número 473 de 1971. Na

203 Esta forma de resistência tem tamanha difusão no imaginário proletário do Brasil que dois dos maiores dicionários da Língua Portuguesa apresentam definição para ela. O Dicionário Houaiss traz-nos que: “Fazer cera: 1. Simular que trabalha; 2. Prejudicar o andamento normal do jogo (...)”, já o Dicionário Priberam aponta: “Cera: (...) 7.(Brasil informal) Demora na execução de algo (...) Fazer cera: fingir que trabalha.”

204 FREDERICO. Celso. Op. Cit. *passim*.

205 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 93*. Reclamante: Geraldo Donizete de Aguiar. Reclamada: EASA – Engenheiros Associados Ind. e Com. S/A. Jundiaí, 18 de janeiro de 1977.

ocasião, o funcionário foi flagrado fora de seu posto de trabalho, caminhando: “Comunicamos a V.S. que por motivo de estar transitando pelo interior da fábrica sem necessidade do serviço resolvemos adverti-lo.”²⁰⁶ Mais uma vez, como nota-se, o trabalhador paralisa suas atividades laborais em benefício de seu próprio ócio, em outra clara ação que, ainda que no plano inconsciente, valoriza sua força de trabalho. Curiosa também é a rigidez com que a disciplina fabril é estabelecida de modo que o trabalhador somente possa transitar pelo espaço sob a justificativa da continuidade da execução de suas tarefas, reduzindo seu ser biopsicossocial a mera extensão do equipamento produtivo, como já observado anteriormente.

Na tentativa de burlar os mecanismos repressivos sem sucumbir totalmente à rigidez das normas, os trabalhadores buscam construir uma narrativa segundo a qual os atos de sabotagem possam parecer preocupação com a boa execução do trabalho, e a reflexão sobre este mecanismo traz-nos à ação até aqui apresentada por “operação zelo”, uma variação da ação de sabotagem e que foi observada durante a análise de um processo já apresentado aqui. Trata-se do processo de número 1.077 do ano de 1973, que narra um evento no qual um trabalhador queria substituir peças de uma máquina alegando que, com as que lá estavam, não seria possível continuar seu trabalho. A ação culminou no flagrante do trabalhador por seu superior imediato, o que culminou em agressão, mas o início da ação, segundo dados do processo, tem outra natureza:

Mesmo assim, o Supervisor colocou um dos punções que foram jogados ao chão pelo Rte. [Reclamante], e na mesma máquina em que estava o Rte. forjou com aquele punção mais de 40 peças do Kr. 860, que foram examinados pelo Controle de Qualidade, e aprovadas, estando dentro das medidas e tolerâncias. [sic]

O que se pode perceber, portanto, é que a recusa ao trabalho, aqui, vinha acompanhada de uma dissimulação travestida de preocupação (infundada) com a boa execução do trabalho, motivo pelo qual Celso Frederico nomeia-se a ação como “operação zelo”, na qual o “zelo” do trabalhador é um subterfúgio para o exercício à recusa do trabalho.

Dependendo do caso, essa recusa presencial ao trabalho pode se dar de maneira expressa. Foi o que ocorreu quando três trabalhadores do ramo madeireiro receberam ordens para efetuar corte de madeira na mata, atividade que eles não consideravam

206 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 473*. Reclamante: José Cláudio Lopes. Reclamada: Indústrias Têxteis Barbero S/A. Jundiaí, 3 de março de 1971.

compor o rol de suas atribuições. De acordo com depoimento do superior hierárquico dos trabalhadores:

os recltes. [reclamantes] se recusaram a executar o serviço de serra no local da derrubada; o serviço consistia em diminuir o tamanho das árvores; os dias que os reclamantes pleiteiam são relativos [aos] que permaneceram sem trabalhar, recusando o trabalho de serrar no local da derrubada (...).²⁰⁷

Importante salientar como este caso de recusa presencial expressa significa um passo adiante dos demais, até aqui apresentados. Isso porque esta foi uma ação em que os trabalhadores se uniram para, coletivamente, apresentarem a recusa, motivo pelo qual é possível defini-la, em alguns aspectos, como distinta da “cera”, da operação zelo ou mesmo das faltas, se assemelhando a uma greve. Isso porque, apesar de configurar como um obstáculo ao fluxo produtivo, a recusa expressa transborda esses limites, adentrando na esfera das formas de relação *interclasse* de natureza Relacional, uma vez que ignora a autoridade do superior hierárquico e subverte a origem de emanção do poder, o que simbolicamente representa a assunção do controle sobre si e a manifesta realização da própria vontade, quedando em um verdadeiro ataque às instituições disciplinares do mundo do trabalho, a partir declaração do conflito que, assim, emerge-se, revelando, ao menos em plano simbólico, o choque de interesses entre as classes sociais. Para o trabalhador, isso tem o preço de gerar conflitos de ordem pessoal e estigmas à sua imagem que pode acompanhá-lo por toda a sua jornada em determinada empresa.

Justamente para que se evite o acirramento das tensões geradas por esse desvelamento de interesses antagônicos e o subsequente desencadeamento de efeitos colaterais, o ato de recusa ao trabalho por se dar, algumas vezes, pela prática do absenteísmo.

Faltar ao serviço enquanto forma de recusa ao trabalho permite, ao trabalhador, uma margem de manobra argumentativa que pode explicar a ausência e, ainda que esta explicação seja claramente dissimulada, cuidar para manter o aparente apego às formas hierárquicas de controle do trabalho. Ação análoga é a que se observa no processo de número 185 de 1976, ensejado porque um trabalhador registrou, através do sindicato da

207 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 700*. Reclamante: Gilmar Leon. Reclamada: Cerâmica Jatobá S/A. Piracicaba, 19 de julho de 1968.

categoria, uma reclamação solicitando a revogação de uma suspensão disciplinar. No processo, a empresa reclamada alega que:

1º) - O Reclamante já teve duas punições anteriores a esta suspensão, ou seja:
a) Em 24-11-75, foi advertido por faltar ao serviço sem autorização da empresa; b) Em 01-12-75, foi suspenso, por faltar ao serviço sem autorização da empresa (documentos anexos);
2º) – O Reclamante, foi suspenso por um dia de trabalho, em 04 de março pp., por ter abandonado o local de trabalho onde opera, sem esperar a chegada do empregado que iria o render, fato que se passou no dia 03/03/76; (...)
[sic]²⁰⁸

A recorrência da ausência é o que torna possível caracterizar a ação como uma prática de resistência silenciosa, em especial quando observa-se que a recusa ao trabalho chegou a expressar-se pelo abandono do posto de trabalho, conforme mencionado, o que, evidentemente, disparou os mecanismos punitivos que vão desde o decréscimo salarial até a notificações de advertência ou aplicação de suspensões. Sabendo da existência destes mecanismos punitivos, é usual que os trabalhadores busquem amparo na própria legislação trabalhista para driblar eventuais retaliações, sendo uma dessas o recurso ao atestado médico para justificar as ausências ao trabalho.

Também neste caso é difícil identificar quando se trata de uma necessidade por motivo de saúde ou de um ato silencioso de resistência a partir da recusa ao trabalho. No entanto, a frequência em que isso ocorre pode ser um indicativo importante a ser considerado, como no caso narrado, a seguir, pelo processo de número 1.432 de 1976, no qual o trabalhador, ao pleitear, na Justiça do Trabalho, o pagamento dos dias de ausência, instigou a empresa reclamada a apresentar o seguinte argumento:

O reclamante, por sinal, nunca foi assíduo ao trabalho, tanto assim que faltou no mês de setembro dias 20, 21 e 22, dos quais reclamados o auxílio doença, logo em seguida faltou nos dias 25, 27 e 28. Em outubro, faltou os dias 7, 8 e 11, dos quais igualmente reclama auxílio doença (...)²⁰⁹

208 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 185*. Reclamante: Nelson Soares Delgado de Oliveira. Reclamada: S/A Indústria Votorantim – Fábrica de Cimento. Sorocaba, 06 de março de 1976.

209 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 1432*. Reclamante: Antônio Machado Júnior. Reclamada: A.A.R Engenharia e Construções. Sorocaba, 29 de novembro de 1976.

Note-se que, de acordo com o narrado pela empresa e com a respectiva apresentação de provas documentais, em um período de aproximadamente 20 dias, o trabalhador apresentou 9 atestados médicos. Informação que parece ser importante para a análise, tal qual se pretende fazê-la, é a de que os atestados foram emitidos por médicos diferentes a cada um dos dias, com exceção aos atestados médicos do dia 22/09/1976 e 07/10 do mesmo ano. Este é um indício de que os médicos não identificaram a necessidade de relevante período de repouso a ser feito pelo trabalhador, reforçando a hipótese de tratar-se de um ato travestido de recusa ao trabalho. Ou seja, o excesso de atestados, tão próximos do ponto de vista temporal e dado por sucessivos médicos, indica que o trabalhador recorria à prática justamente para dissimular uma possível recusa ao trabalho. Dessa maneira, o trabalhador em questão não precisava se expor, evitando declarar o conflito como observou-se em alguns casos mencionados nas páginas anteriores – apesar disso, a natureza da ação é a mesma: menos trabalho pelo mesmo salário, um combate, portanto à mais-valia.

O uso de atestados assume diferentes modalidades, que variam em função daquilo que se deseja e das circunstâncias nas quais se atuam. Assim, quando, por razões variadas, os dias de repouso proporcionado pelo fornecimento de atestados médicos não é suficiente para a demanda do trabalhador, este pode vir a adulterá-lo para atingir sua finalidade – que é, predominantemente, a recusa ao trabalho, embora outras finalidades possam ser observadas, como poderemos ver em um dos exemplos a seguir.

O primeiro caso encontrado e que ilustra a ação de falsificação ou adulteração de atestado médico atende, de fato, à demanda imposta pelo ato de recusa ao trabalho. Como se poderá verificar, o trabalhador postulou na Justiça do Trabalho com a finalidade de receber indenização rescisória como ato contínuo à sua demissão. No entanto, a reclamada alega que a demissão foi fundamentada como justa causa, ao que a, não obstante, expôs que:

O reclamante foi dispensado porque adulterou atestado médico, pretendendo, com isso permanecer maior número de dias em afastamento; por constituir o fato falta gravíssima, foi dispensado e a reclamada ficou exonerada dos ônus indenizatórios.²¹⁰

210 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 450*. Reclamante: Edivaldo Alves Costa. Reclamada: Indústria Têxtil Cosmopolitana. Jundiaí, 23 de março de 1973.

Em anexo ao processo, a empresa apresentou, além da carta de demissão por justa causa, a cópia do atestado médico, onde consta rasura no número de dias de afastamento necessários ao trabalhador. Ao que parece, a lacuna reservada à indicação do período considerado pelo médico necessário para afastamento das atividades laborais trazia o número 2, indicando a necessidade de dois dias de afastamento. No entanto, ao que parece, o número original foi rasurado para passar a indicar o número 3. O documento, que foi anexado aos autos, será parcialmente reproduzido com a finalidade de ilustrar o descrito, facilitando a visualização do leitor do que se descreve:

Imagem 1: Trecho destacado de atestado médico com sinais de rasura anexado ao processo trabalhista de número 450/73

INFORMAÇÃO DO MÉDICO	
O Funcionário foi examinado às 19.00 hs. e foi orientado:	
☐ Podendo retornar ao trabalho	
☐ Devendo permanecer em repouso hoje	
☒ Devendo Permanecer em repouso 3 dias, a partir desta data (máximo 15 dias a contar da data do afastamento do trabalho)	
Data 1/2/73	Médico (assinatura e n.º CRM) 13125

Não obstante, a empresa reclamada apresentou uma declaração do médico afirmando que a rasura no atestado médico não havia sido feita por ele. A declaração dizia: “Declaro p/ os devidos fins que o atestado [ilegível] fornecido ao sr. Edvaldo Alves da Costa no dia 1º de fevereiro de 1973, não foi por mim rasurado no tangente aos dias de afastamento.”²¹¹, o que reforça a tese de que se tratava de adulteração intencional como forma de ação de resistência silenciosa, mais especificamente, definida como recusa ao trabalho.

Um outro exemplo de processo que pôde ser analisado ilustra o caso em que o atestado médico não cumpre exatamente a função de ser um instrumento viabilizador da

211 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 450*. Reclamante: Edivaldo Alves da Costa. Reclamada: Indústria Têxtil Cosmopolita S/A. Jundiaí, 23 de março de 1973.

recusa impune ao trabalho, mas sim a função de tornar sem efeito os mecanismos de punição ao trabalhador, conforme mencionado pelo próprio processo:

Em 8 de janeiro de 1973, após chamada a atenção várias vezes, [a Reclamante] obrigou, por seu procedimento, a ser suspensa por três dias: chegava atrasada ao serviço, fora encontrada dormindo e respondera de forma desatenciosa à titular da firma.

Deveria [a Reclamante] 'retornar ao trabalho no dia 12' (Doc. 3). O aviso foi recebido pela Reclamante, que firmou o recibo na presença das testemunhas (...).

Numa atitude que não a recomenda, a reclamante entregou à reclamada, depois, o atestado médico datado de '9/01/1973', onde é dito que ela 'necessita de 6 (seis) dias de afastamento do trabalho, a partir desta data, por motivo de doença' (Doc. 4).

Queria, dessarte, trocar os dias de suspensão por doença remunerada. [sic].²¹²

A trabalhadora, portanto, após punição por recusa ao trabalho, entregou um atestado médico que teve a função de inviabilizar a punição, conforme a imagem abaixo:

Imagem 2: Destaque de trecho de atestado médico adulterado nos campos que apresentam o número de dias necessários ao repouso da trabalhadora

No processo, ao questionar a veracidade do atestado, a Reclamada apresentou o que ela diz ser a cópia do atestado médico antes de este passar pela adulteração, o que é anunciado na peça em que a reclamada se manifesta:

212 BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho (2ª Região). *Processo nº 253*. Reclamante: Valdete de Souza Pinto. Reclamada: Luiza Álvares Rappa. Sorocaba, 06 de março de 1976.

É fato que todas as ações de resistência silenciosas obedecem a uma lógica restitutiva, a de se fazer, no plano cotidiano, aquilo que se considera justiça, como uma ação de reparação a danos causados, ou, pelo menos, ao sentimento a ela correspondente.

Neste sentido, existe alguma similaridade com o conceito de Direito Restitutivo de Durkheim, uma vez que ela é uma espécie de recondução coercitiva da relação pautada em conduta não aceita e considerada “desviante”²¹⁴ – expressa pela mais-valia e pela rigidez da disciplina em ambientes laborais (em especial os fabris). Ocorre que, ao se sentir injustiçado pelas agruras que lhes são infligidas (provavelmente, este sentimento é decorrente do fato de o trabalhador acreditar não receber o reconhecimento, pecuniário ou não, merecido), o trabalhador tende a buscar, à sua maneira, a recompensa por tal: furtos compensam os baixos salários, as faltas compensam o excesso de tarefas, o desleixo, a falta de reconhecimento, entre outros. Assim, o trabalhador, ao buscar resistir cotidianamente às formas de opressão viabilizadas pelo capital, promove silencioso grito que ecoa pelos mais precários corredores fabris e é capaz de estremecer as colunas de privilégios que erigem do solo e sustentam um sistema perverso que garante que as regalias de uns se nutram do suor que escorre da testa de outros.

214 Para maiores detalhes acerca do tema, ver: DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. Trad. Eduardo Brandão. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

CONCLUSÃO

A partir de uma reflexão teórico-metodológica, buscou-se traçar um mapa do lugar onde a presente pesquisa finca suas bases. Mais que isso, onde guarda suas raízes e em que mesa se espera que sirvam-se seus frutos. Isto é, buscou-se apresentar os limites e possibilidades impressos pelas opções teóricas e pelas próprias fontes.

Assim, a pesquisa se apresenta como reverente às principais teorias do marxismo que viabiliza o estudo daqueles cuja trajetória costuma passar ao largo dos registros históricos, elegendo-se os documentos advindos de processos trabalhistas inaugurados no período abrangido pelo intervalo entre os anos de 1968 e 1978, período eleito como recorte temporal por representar a vigência do Ato Institucional número 5.

A pesquisa que parte da análise de processos trabalhistas traz alguns desafios que lhe são bastante peculiares, motivo pelo qual foi necessário, em diferentes momentos da pesquisa, apresentar discussões acerca da Justiça, seus ritos e métodos. Assim, inaugura-se o primeiro capítulo, momento em que é apresentada uma discussão acerca do papel da Justiça enquanto ente regulador de relações, afunilando a temática para Justiça do Trabalho e, conseqüentemente, o papel, que passa a ser ente regulador das relações de produção, a partir de intervenções em questões cotidianas. Em seguida, apresentou-se a possibilidades de apropriação da Justiça enquanto espaço político, processo que a transforma em um palco de luta, com possibilidades de conquistas pontuais do trabalhador. Além disso, demonstrou-se que a Justiça representa uma forma de extensão da luta travada no ambiente fabril, sendo a postulação na Justiça do Trabalho um ato no qual o trabalhador demonstra para o empregador que a extirpação do agente de perturbação do ambiente pode não ser suficiente para o estabelecimento da ordem segundo critérios da exploração da força de trabalho. Desse modo, a reclamação trabalhista coloca-se como ferramenta de expressão do descontentamento.

É notável, portanto, a importância que a Justiça do Trabalho passa a exercer sobre o cotidiano de trabalho, regulando as relações dadas no contexto laboral. Por isso, optou-se por apresentar a história do Direito do Trabalho no Brasil, demonstrando como as leis se originam em função das necessidades imediatas que surgem em decorrência da necessária renovação das relações de produção e se coadunam para, mais tarde, formarem um conjunto de regras com lógica e pressupostos próprios que vêm a compor

o que se conhece por Direito do Trabalho, com princípios que lhe são inerentes. Neste sentido, apresentou-se a criação, extinção e transformação de diferentes órgãos que apresentavam-se como o fiel da balança da relação entre capital e trabalho. O Conselho Nacional do Trabalho, criado em 1923, é um exemplo disso, uma vez que sua função foi se transformando com o passar dos anos, podendo-se dizer que, apesar de não ter poder de justiça, representou, de seu modo, a Justiça do Trabalho em sua fase germinal.

Após apresentar o processo de relações de trabalho que culminaram na obrigatoriedade da criação da Justiça do Trabalho, passou-se a apresentar sua atuação. Para tanto, recorreu-se a registros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) em relação à comparação dos números de reclamações registradas – indicando a demanda do trabalhador por intervenção do Estado nas relações de trabalho – com os números de reclamações atendidas – indicando a responsividade do Estado ao trabalhador. Ainda em termos comparativos, foram apresentados estes dados a nível estadual e a nível federal, notando-se que as curvas eram correspondentes, em grande medida porque a demanda surgida com a industrialização do Estado de São Paulo era mais expressiva e, portanto, era este o Estado que ditava as tendências, sendo seus números bastante proeminentes.

Foram encontradas, ainda nesta questão algumas variações relevantes em relação aos números da Justiça do Trabalho. No entanto, essas variações se dão sempre de maneira ascendente, acompanhando a industrialização do País, exceto em um intervalo de tempo, cuja causa, conforme apontado, foi a falta de repasse de dados do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, correspondente ao Estado do Rio de Janeiro, e, portanto, não expressa de maneira fidedigna o número de trabalhadores que buscaram intervenção judicial no referido período.

Ao buscar a Justiça do Trabalho, os números trouxeram relativa predileção dos trabalhadores por advogados particulares. Isso é expresso nas seguintes proporções: 50,6% dos processos analisados foram postulados a partir de um preposto particular, enquanto 28,9% destes buscavam os sindicatos. Por outro lado, a eficiência dos advogados particulares não apontava no mesmo sentido, uma vez que estes tendiam mais a ceder às conciliações propostas.

A pesquisa revelou também o perfil dos trabalhadores cuja trajetória estava narrada no conjunto das fontes: 43 trabalhadores eram homens casados, 40 eram solteiros. Em relação às mulheres, 9 eram casadas e 13 eram solteiras. As possibilidades

explicativas para estes números variam: a mulher tinha menos acesso ao mercado de trabalho, então, proporcionalmente, é previsível a existência de mais processos provocados pelo público masculino. Em relação à variação numérica em função do estado civil, notou-se que a maioria dos processos tinha como reclamante o homem casado e atribui-se essa expressão em função da condição material imposta pela figura de amparo econômico de sua família, o que pode incentivar a busca pelas verbas rescisórias, o que, nos casos analisados, significava reversão judicial da demissão por justa causa.

Notou-se que as empresas têxteis eram palco de maior número de conflitos, tendo sido 29 identificados em empresas deste ramo, o que confirma o que já é de público e notório conhecimento em relação à histórica precarização das condições de trabalho que aflige os trabalhadores têxteis. Além disso, o dado reforça a ideia de que a precarização do trabalho pode recrudesce as práticas de Resistência Silenciosa, sendo essas práticas sempre análogas, adequadas ao ambiente de trabalho, à atividade, às necessidades e às intenções dos trabalhadores.

Neste contexto, as ações foram classificadas em dois grandes grupos: as de ações *intraclasse* e as de ações *interclasse*, a partir das quais foi apresentada uma ramificação de características de ações, o que permitiu a categorização de tais ações e sua classificação depende da perspectiva a partir da qual se olha, da maneira como se passa a expor.

As ações *intraclasse* são aquelas que ocorrem dentro da mesma classe social, entre os próprios trabalhadores e, geralmente, estão ligadas a ações conjunta contra o patrão, a organização produtiva ou a chefia. Estas ações foram divididas em dois grupos menores: as de ações harmônicas e as de ações desarmônicas. O primeiro grupo é composto por ações em que os trabalhadores se uniram contra o patrão ou seus representantes, enquanto o segundo é composto quando um trabalhador ou grupo de trabalhadores identifica em outro trabalhador alguma forma cumplicidade entre um ou mais trabalhadores e o patronato, sendo uma relação conflituosa, portanto. Ambas as formas de ação (ou de relação) podem ser divididas em dois novos ramos: ações morais ou práticas, sendo que as ações morais são aquelas em que o trabalhador identificado inimigo (para o caso de ação desarmônica) passa a ser alvo de piadas, ofensas morais e afins e o grupo das ações práticas são aquelas em que o trabalhador é punido de maneira

a perder algo, sendo punido materialmente: o trabalhador pode ser vítima de furtos, de agressões e até de castigos por falta de colaboração laboral dos colegas.

Não obstante, fundou-se o grande grupo das ações *interclasse*, ou seja, aquelas em que há um conflito entre as classes sociais, adotando sempre a perspectiva do trabalhador. Este grande grupo subdivide-se em 3 outros grupos: ação Relacional, ação Comportamental e ação de Sabotagem. No primeiro grupo, os conflitos se expressam a partir das relações sociais criadas. Nele, estão ações como chistes contra chefes, apelidos, histórias e ofensas e eles se subdividem em oculto ou expreso, sendo o primeiro aquele que detém ações individuais, pensamentos ou compartilhamentos em grupos menores, mais sigilosos e o segundo grupo aquele que agrega ações manifestas. O segundo grupo, o Comportamental, agrupa as ações ligadas ao comportamento prático do trabalhador, ligado às questões disciplinares: a recusa no uso do uniforme, correria pela fábrica, promover brincadeiras, cantorias proibidas, etc. e pode ser subdividido entre ações expressivas, ações instrumentais e ações diretas. Este grupo é o grupo de maior expressão nos processos judiciais.

Por fim, foi possível construir o grande grupo de ações de Sabotagem, aquelas em que a produção, a máquina ou os mecanismos de controle sofrem burlas, e pode ser dividido em destrutiva e não destrutivas, sendo ambas divisíveis segundo o mesmo critério anterior: ações expressivas, instrumentais e diretas. As ações de sabotagem destrutiva são aquelas em que o produto ou a máquina são destruídos, mas a produção é comprometida de qualquer maneira: geralmente ganha corpo na recusa do trabalho, como a cera, a operação tartaruga, o absenteísmo, etc. Já as ações *interclasse* de sabotagem destrutiva são aquelas que objetivam a destruição de produtos ou do maquinário e ganham diversas formas, desde incêndio até o desgaste desnecessário de ferramentas.

O maior desafio para a categorização de tais ações foi a amplitude encontrada diante da realidade que a pesquisa enfrentou, de estudar relações de trabalho de diferentes ramos, desde produtivos até de comércio, sendo que as ações se transformam de acordo com as limitações e possibilidades inerentes a cada atividade profissional, se adequando à realidade daqueles que as praticam. No entanto, essa pluralidade tornou possível uma conclusão: a de que as ações, por distintas que sejam em sua deflagração, sempre cumprem com funções análogas e a categorização delas evidenciou tal

percepção. Assim, apesar da criatividade do trabalhador para burlar as regras e resistir, à sua maneira, às opressões que lhe são postas, quase sempre o foco é o mesmo, o que também é um reforço à teoria de que se tratam de ações classistas, ou seja, para os mesmos *meios* de dominação, os mesmos *meios* de resistência; para diferentes *formas* de dominação, diferentes *formas* de resistência.

Espera-se que se tenha, com essa pesquisa, aberto caminho para que leitores possam adentrar na densa mata dos estudos das relações cotidianas de classe, elemento necessário para a continuidade dos estudos acerca da transformação paulatina do sistema pelo homem e, na contramão, do homem pelo sistema. Enxergar a possibilidade da mudança social nas ações prosaicas e cotidianas é notar que o combate se faz por várias frentes e que, afinal, todos corroem as estruturas da maneira que podem e, a despeito do conhecimento científico que lhe falta, parece estar demonstrado que, neste sentido, o trabalhador não tem se furtado de fazer sua parte, transformando a vida profissional de gestores e patrões em algo bastante distinto do olimpo desejado. Afinal, se nosso suor é o que move os moinhos, então os moinhos são nossos dragões.

ANEXO

PROCESSOS		
Ano	Recebidos	Julgados
1978	40.364	39.283
1977	37.886	38.994
1976	33.607	36.766
1975	34.558	33.529
1974	29.866	29.342
1973	29.015	25.650
1972	24.634	23.403
1971	23.136	22.471
1970	22.303	26.154
1969	22.150	24.952
1968	14.113	15.714
1967	17.984	15.864
1966	20.741	17.896
1965	18.588	15.758
1964	18.029	16.829
1963	15.895	13.586
1962	12.920	12.347
1961	13.589	12.832
1960	12.624	11.765
1959	12.260	10.581
1958	11.394	9.710
1957	9.127	7.863
1956	7.359	6.365
1955	5.544	5.638
1954	6.178	6.796
1953	6.909	6.868
1952	6.157	6.496
1951	5.313	5.248
1950	5.198	5.019
1949	5.085	4.801
1948	4.655	4.629
1947	4.625	4.377
1946	4.259	4.037
1945	3.503	3.364
1944	3.153	3.161
1943	3.306	3.266
1942	2.944	2.698
1941	2.050	1.790
TOTAL	551.021	535.842

Tabela 1 – Número de processos recebidos e julgados pela Justiça do Trabalho em todo o País.²¹⁵

215 Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. *Tabela de processos recebidos e julgados pela Justiça do Trabalho*. Disponível em:

FONTES

ATO INSTITUCIONAL Nº 2, de 27 de outubro de 1965.

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 16 de julho de 1934.

DECRETO-LEI n. 1.313, de 17 de janeiro de 1891.

DECRETO-LEI n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907.

DECRETO-LEI n. 3.550, de 16 de outubro de 1918.

DECRETO-LEI n. 3.724, de 15 de janeiro de 1919.

DECRETO-LEI n. 13.498, de 12 de março de 1919.

DECRETO-LEI n. 13.990, de 12 de janeiro de 1920.

DECRETO-LEI n. 16.027, de 30 de abril de 1923.

DECRETO-LEI n. 17.496, de 30 de outubro de 1926.

DECRETO-LEI n. 18.074, de 19 de janeiro de 1928.

DECRETO-LEI n. 19.433, de 26 de novembro de 1930.

DECRETO-LEI n. 21.396, de 12 de maio de 1932.

<http://www3.tst.jus.br/Sceest/JT1941/TRT1941/TRT1941.htm>. Acesso em 20 fev. 2018.

DECRETO-LEI n. 22.132, de 25 de novembro de 1932.

DECRETO-LEI n. 1.237, de 2 de maio de 1939.

DECRETO-LEI n. 2.851, de 10 de dezembro de 1940

DECRETO-LEI n. 6.596, de 12 de dezembro de 1940.

DECRETO-LEI n. 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

DECRETO-LEI n. 8.737, de 19 de janeiro de 1946.

DECRETO-LEI n. 9.797, [de 09 de Setembro de 1946](#).

DECRETO-LEI n. 314, de 13 de Março de 1967.

DECRETO-LEI n. 7.520, de 15 de julho de 1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e partido no Brasil**: (Um Estudo sobre a Consciência de Classe: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora). São Paulo: Ensaio Cortez, 1988.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil nunca mais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARRUDA, José Jobson A. A Nova História Social do Crime. **Revista de História**, São Paulo: USP, n. 121, p.127-133, 1989.

BERNARDO, João. Crise dos Trabalhadores ou crise do sindicalismo? **Crítica Marxista**, 4. ed. Campinas, 1997.

BERNARDO, João. **Trabalhadores: classe ou fragmento?** Disponível em: <http://2007mayday.wordpress.com/2007/04/02/trabalhadores-classe-ou-fragmentos-por-joao-bernardo/>. Acesso em: 10 set. 2016.

BIAVASCHI, Magda B. **O Direito do Trabalho no Brasil, 1930 – 1942**: a construção do sujeito de direitos trabalhistas. São Paulo: LTr Editora, 2007.

ROSEMBERG, André e SOUZA, Luís A. F. Notas sobre o uso de documentos judiciais e policiais como fonte de pesquisa histórica. Patrimônio e Memória. São Paulo: UNESP, FCLAS, CEDAP, v.5, n.2, 2009.

CARRERA, Nicolás Iñigo. A lacuna entre E. P. Thompson e Karl Marx. **Crítica Marxista (Dossiê)**. 39 ed. Campinas: Unicamp, 2014 . Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2015_11_09_16_35_1868.pdf. Acesso em: 20 de Set. 2010.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: A criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro na Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COSTA, Emília V. Estruturas versus Experiências, novas tendências na História do movimento operário e das classes trabalhadores na América Latina: O que se perde e o que se ganha. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais - BIB**. Rio de Janeiro, n. 29, 1º semestre de 1990, pp 3-16;

DECCA, Edgar S. **O nascimento das fábricas**. 10. ed. São Paulo: Editora Brasiliense. 1996.

DEJOURS, Cristopher. **A loucura do trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez – Oboré. 2015.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. Trad. Marcus Orione (coord.) e outros. São Paulo: Boitempo. 2016.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T.A. Editora, 1982.

FERREIRA, Marieta de M. e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**, 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.) **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREDERICO, Celso. **A Vanguarda Operária**. São Paulo: Editora Símbolos, 1979.

FRENCH, John. **Afogados em Leis: A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.

GRINBERG, Keila. **História nos porões dos arquivos judiciários**. In: PINSKY, Carla B. e LUCA, Tania R. (orgs.) O historiador e suas fontes. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

HARDMAN, Francisco F. & LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte**. São Paulo: Global, 1982.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Tradução: Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola. 1993.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra filosofia, 1992.

HOBBSBAWM, Eric J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1979.

HUNT, Howard E. K.; SHERMAN J. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

LENIN, Vladimir. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1979.

LOPREATO, Christina S. R. **O Espírito da revolta** (A greve geral anarquista de 1917). São Paulo: Annablume, 2000.

MARTINS, Leôncio R. **Destino do Sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 2002.

MARX, Karl & Engels, Friederich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2006.

MARX, Karl. **O Capital [Livro II]** Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro, 2003.

NEGRO, A. L e SILVA S. (Orgs.) **Peculiaridade dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2001.

MARCUSE, Herbert (org.). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

NOBOA, Igor C. **Filmes do Fim do Mundo: Ficção Científica e Guerra Fria (1951/1964)**. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PACHUKANIS, Evgeni. **Teoria Geral do Direito e o Marxismo e ensaios escolhidos**. Tradução de Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017.

PANNEKOEK, Anton. **A Luta Operária**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000039.pdf>. Acesso em: 14 set. 2016.

PERICÁS, Luiz B. M. **Caio Prado Júnior: Uma biografia política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das Ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha**. Tradução: Lia Zatz. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1976.

_____. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes. 1977.

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985

SANTOS, Marcelo. **O poder norte americano e a América Latina no pós-guerra fria**. Campinas/SP, 2006. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.

SCOTT, James C. Exploração Normal, Resistência Normal. **Revista da Ciência Política**, n. 5. Brasília, jan-jul 2011. Tradução de André Villalobos. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522011000100009#tx24. Acesso em: 10 jan. 2018._

BURKE, Peter (org). *A escrita da História: Novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Claudiane T. **Justiça do Trabalho e Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985): Atuação e memória**. 2010. 150f. Dissertação (Mestrado em História PPGH - UFF). Niterói, 2010.

SILVA, Fernando T. **Trabalhadores no Tribunal: Conflitos e Justiça do Trabalho em São Paulo no Contexto do Golpe de 1964**. São Paulo: Alameda, 2016.

SIMÃO, A. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

SINGER, Paul. **A crise do milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Nelson W. **Capitalismo e Revolução burguesa no Brasil**. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1990.

SOUTO MAIOR, J. L. **História do Direito do Trabalho no Brasil**. São Paulo: LTr Editora, 2017

SOUZA, Samuel F. **A questão social é, principalmente e antes de tudo, uma questão jurídica: o CNT e a judicialização das relações de trabalho no Brasil (1923-1932)**. *Cadernos AEL*, Campinas, n. 26, v. 14, 2009.

SOUZA, Samuel F. **Na esteira do conflito: trabalhadores e trabalho na produção de calçados em Franca (1970-1980) 2003**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca 2003.

TAYLOR, Frederick W. **Princípios da administração científica**. Tradução: Arlindo V. Ramos. São Paulo: Ed. Atlas. 8ª edição.

THOMPSON, E. P. *A Formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade*. 4ª edição. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da Liberdade**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. Algumas observações sobre a “falsa consciência”. In: NEGRO, A. L. e SILVA, S. (org). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001.

_____. **Senhores e caçadores:** a origem da Lei Negra. 2ª Ed. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre o Socialismo**. SP: Editora Moderna, 1989.

TROTSKY, Leon. **Por que os marxistas se opõem ao terrorismo individual**
Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1911/11/terrorismo.htm>
Acesso em: 10 set. 2016

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

VIEIRA, Evaldo. **A República brasileira: 1964-1984**. 5. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1985.

ZENHA, Celeste. A Prática da Justiça no Cotidiano da Pobreza. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 5, n. 10, 1985.